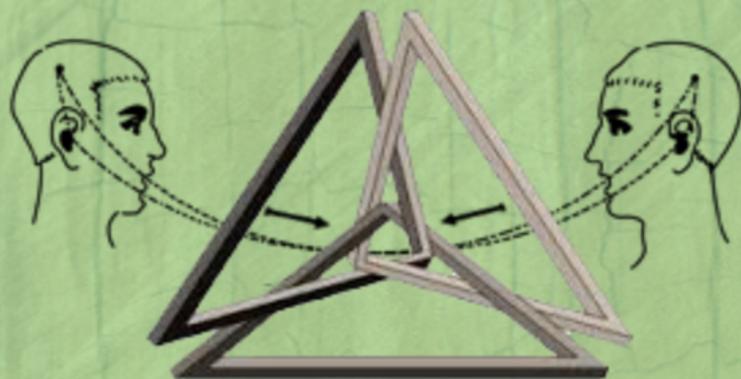


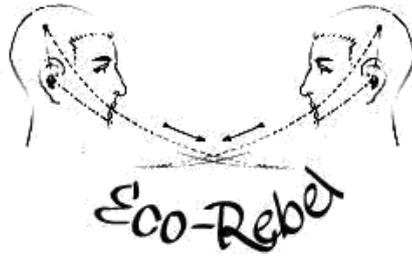
Ecolinguística

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem
(ECO-REBEL)**

Volume 3, número 2, 2017



**Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Linguística
Instituto de Letras
Universidade de Brasília**



EDITORIAL

Os organizadores

Prezada leitora, prezado leitor,

Eis o volume III, número 2, 2017, de nossa revista. Como vocês devem ter notado, temos conseguido manter a periodicidade semestral rigorosamente. O que é mais, normalmente cada número sai no início do semestre, não no final. Isso facilita a organização do currículo dos autores: textos que saem lá para o final de dezembro em geral não chegam a tempo de ser incluídos na produção do ano em curso. Como verão, este número de ECO-REBEL conta com artigos de três linguistas estrangeiros. O primeiro é ninguém mais, ninguém menos que Noam Chomsky, talvez o linguista mais conhecido mundialmente. O segundo é o ecolinguista Peter Mühlhäusler, da Universidade de Adelaide, Austrália. O terceiro é o ecolinguista português Rui Ramos, que tem colaborado frequentemente com o movimento ecolinguístico brasileiro, sempre com abordagens provocadoras. Vejamos uma breve apresentação de todos os artigos que compõem este número.

O artigo de Noam Chomsky "Biolinguística e a capacidade humana" está aqui publicado porque traz ideias muito interessantes para o entendimento da caixa preta que é o ecossistema mental da língua. Chomsky é sabidamente um paladino da visão de língua como fenômeno mental. Temos certeza de que ele será útil àqueles que se dedicam a esse aspecto da língua. Além disso, o texto toca na questão da biolinguística, que pode ser considerada uma prima da linguística ecossistêmica. Ele é o resultado de uma palestra que o autor proferiu no MTA (Academia Húngara de Ciências), em Budapest, 17 de maio de 2004. Ele está disponível no original inglês no *site* do autor <https://chomsky.info/20040517/> e é publicado em versão portuguesa pela primeira vez neste número de ECO-REBEL, com autorização do autor. O texto foi traduzido do inglês pela estudiosa de gramática gerativa Heloísa Maria Moreira Lima Salles, a quem agradecemos.

O ensaio "O conceito de texto na linguística ecossistêmica", de Hildo do Couto, foi apresentado no II Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística, UEG-Formosa

(GO), de 11 a 13 novembro de 2015, como se vê no *site* do evento <http://iiebime.blogspot.com.br/p/atas.html>. Trata-se da primeira tentativa de caracterizar o texto da perspectiva ecolinguística, no caso, a linguística ecossistêmica. Esperamos que ele possa ser útil aos estudiosos dessa vertente da ecolinguística que queiram analisar textos-discursos, sobretudo pela análise do discurso ecológica.

O texto seguinte, "O trajeto e a rua: a linguagem da cidade e a socialidade urbana", de Elza Kioko do Couto e Antônio Busnardo Filho, trata de uma questão que muito interessa aos praticantes de linguística ecossistêmica, ou seja, a cidade como linguagem. Na cidade temos representantes de todos os segmentos da sociedade e de sua variedade linguística. Mas, a própria cidade como ambiente construído é também vista como linguagem. O artigo mostra que ela exemplifica bem o lado proxêmico e o cinésico da linguagem, fazendo dela uma realidade semiótica por excelência, além dos aspectos arquiteturais e outros.

Em seguida vem o artigo de Anderson N. da Silva, "A criação de simulacros sobre o ecossistema linguístico: a comunicação virtual em jogos de RPG e MMORPG". Trata-se de criar realidades virtuais, mas simulando realidades do mundo real. O texto nos leva a refletir sobre desterritorialização e a questão de que não há mais espaço físico, só espaço virtual, tema bastante polêmico.

O artigo de Rui Ramos, "O interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal", contrapõe o discurso ambiental e o discurso político, a propósito dos programas e/ou manifestos dos partidos políticos portugueses durante as eleições legislativas de 2002 a 2009. Há grandes diferenças ideológicas entre as duas posições e a posição do autor é bastante polêmica, podendo dar margem a críticas por parte dos partidos de "esquerda".

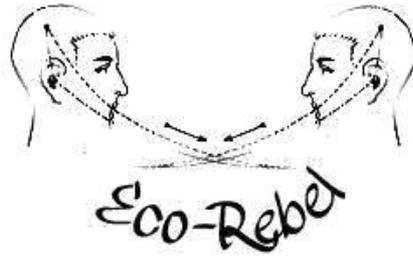
Por fim, temos o minitexto "Ecologia das línguas" de Peter Mühlhäusler. Ele fora divulgado originalmente em <http://cilp.arts.usyd.edu.au/Themes/CILP-LEcology.html> (acesso: 10/02/2002), mas o *site* saiu do ar inopinadamente. Devido a seu valor histórico e à importância do autor no movimento ecolinguístico mundial, reproduzimos esta tradução com autorização do autor. Ele foi escrito em uma época em que a ecolinguística estava apenas despontando. No entanto, contém diversas propostas interessantes que valem a pena ser levadas em consideração. Ele foi produzido então como uma espécie de agenda para a disciplina.

ECO - REBEL

O número se encerra com uma resenha da tese de Mário Luís Monachesi Gaio, intitulada *Etnicidade linguística em movimento: os processos de transculturalidade revelados nos brasileirítalos do eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora*. Ela foi defendida na Universidade Federal Fluminense (Niterói), sob a orientação de Mônica Savedra. Trata-se de uma tese defendida fora do eixo Brasília-Goiânia que aplica o modelo da linguística ecossistêmica. Por esses e outros motivos está inteiramente no âmbito de interesse de ECO-REBEL. A resenha foi feita por Elza Kioko N. N. do Couto. A segunda resenha é da recém-lançada revista *Language Ecology* v. 1, n. 1, 2017. General Editors: Umberto Ansaldo & Lisa Lim. Amsterdam: John Benjamins Company. ISSN 2452-1949 / E-ISSN 2452-2147, 103p., resenhada por Hildo Honório do Couto.

Boa leitura!

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 3, n. 2, 2017.



A BIOLINGÜÍSTICA E A CAPACIDADE HUMANA¹

Noam Chomsky (MIT)

R e s u m o : A perspectiva biolinguística atualiza abordagens que remontam à tradição filosófica aristotélica, em relação ao que foi posteriormente interpretado como entidades mentais. Nesse sentido, a língua de um indivíduo é vista em todos os seus aspectos – som, significado, estrutura – como um estado de algum componente da mente, que se manifesta por intermédio das estruturas do cérebro, como atributo inato, resultante da evolução biológica do ser humano. De acordo essa abordagem, a língua é um estado da faculdade de linguagem – “uma língua-I no uso técnico, em que “I” põe em destaque o fato de que a concepção é internalista, individual, e intensional (com “s”, não com “c”) – ou seja, a real formulação dos princípios gerativos, não o conjunto por ele enumerado; este último pode ser visto como uma propriedade mais abstrata da língua-I(nterna), assim como podemos pensar no conjunto de trajetórias possíveis de um cometa através do sistema solar como uma propriedade desse sistema”. A argumentação baseia-se na hipótese de que a faculdade de linguagem tem as propriedades gerais de outros sistemas biológicos, apontando-se três fatores que entram no desenvolvimento da linguagem no indivíduo, a saber: fatores genéticos, que determinam a manifestação do estado mental definido como Gramática Universal (GU), considerado o aparato responsável por interpretar a experiência linguística, no processo de aquisição da linguagem, o que resulta no desenvolvimento das línguas particulares; a experiência, que conduz à variação, em uma gama limitada de possibilidades; e princípios não específicos à faculdade de linguagem, que incluem princípios da arquitetura estrutural que determinam o caráter geral dos tipos de sistemas linguísticos que podem surgir.

P a l a v r a s - c h a v e : Biolinguística; faculdade da linguagem; arquitetura mental da linguagem.

A b s t r a c t : The biolinguistic perspective brings to the fore approaches that go back to the Aristotelian tradition, with respect to what was later interpreted as mental entities. Accordingly, a person’s language, in all of its aspects– sound, meaning and structure – is seen as a state of some component of the mind, which manifests itself through the brain, as an innate attribute, given the biological evolution of human beings. Within this approach, a given language is a state of the faculty of language – “an I-language in technical usage, where “I” underscores the fact the the conception is internalist, individual, and intensional (with na “s”, not a “t” – that is, the actual formulation of the generative principles, not the set it enumerates; the latter we can think of as a more abstract property of the I-language, rather as we can think of the set of possible trajectories of a comet through the solar system as na abstract property of that system”. The discussion is based on the hypothesis that the faculty of language involves general properties that are found in other biological systems, pointing out three factors that might enter in the development of an individual’s language, namely: genetic factors, which determine the manifestation of the mental state called Universal Grammar, the genetic endowment that is responsible for interpreting the linguistic experience, in language acquisition, giving rise to the languages attained; the experience, which leads to variation, within a fairly narrow range; and principles not specific to

¹ Traduzido do inglês por Heloísa Maria Moreira Salles.

the faculty of language, which include the structural architecture of language, limiting the general character of attainable languages.

Keywords: Biolinguistics; faculty of language; mental architecture of language

Gostaria de dizer algumas palavras sobre o que veio a ser denominado “a perspectiva biolinguística”, que começou a ganhar forma há meio século em discussões entre alguns estudantes de pós-graduação que estavam influenciados pelos desenvolvimentos em biologia e matemática nos primeiros anos do pós-guerra, incluindo-se trabalhos em etologia que acabavam de se tornar conhecidos no Estados Unidos. Um deles era o de Eric Lenneberg, cujo estudo seminal *Biological Foundations of Language*, permanece um documento básico para o campo. Até então um intercâmbio considerável estava em andamento, incluindo-se seminários e conferências internacionais. O de maior alcance, em 1974, foi chamado pela primeira vez, “Biolinguística”. Muitas das questões orientadoras então discutidas permanecem em pauta atualmente.

Uma das questões, repetidamente trazida como “uma das questões básicas a serem colocadas do ponto de vista biológico”, é em que medida princípios evidentes da linguagem, incluindo-se alguns que só recentemente foram trazidos à luz, são únicos para o sistema cognitivo. Uma questão ainda mais básica do ponto de vista biológico é quanto da linguagem pode receber uma explicação em termos de princípios (gerais), ou se elementos homólogos podem ser encontrados em outros domínios ou organismos. O esforço para refinar essas questões e investigá-las em relação à linguagem veio a ser chamado recentemente de “programa minimalista”, mas as questões se colocam para qualquer sistema biológico, e independem da orientação teórica, em linguística ou em outro domínio. Respostas a essas perguntas são fundamentais não só para o entendimento da natureza e do funcionamento dos organismos e de seus subsistemas, como também para a investigação de seu crescimento e de sua evolução.

A perspectiva biolinguística olha para a língua de um indivíduo em todos os seus aspectos – som, significado, estrutura – como um estado de algum componente da mente, entendendo ‘mente’ no sentido dos cientistas do século 18, que reconheceram que, depois da demolição da “mecânica filosófica” de Newton, baseada no conceito intuitivo de mundo material, nenhum problema coerente do tipo “mente-corpo” permanece, e só podemos ver os aspectos do mundo referidos como “mentais” como o resultado “de uma estrutura orgânica como a do cérebro”, conforme observou o químico e filósofo Joseph

Priestley. O pensamento é “uma pequena agitação do cérebro”, destacou David Hume; e como comentou Darwin um século depois, não há razão por que “o pensamento, sendo uma secreção do cérebro”, deva ser considerado “mais maravilhoso do que gravidade, uma propriedade da matéria”. Até então, uma visão mais ponderada dos objetivos da ciência que Newton introduziu tornou-se senso comum da ciência: a relutante conclusão de Newton de que devemos ficar conformados com o fato de que a gravidade existe, mesmo que não possamos explicá-la em termos da por si evidente “filosofia mecânica”. Conforme muitos comentaristas têm observado, esse direcionamento intelectual “estabeleceu uma nova visão da ciência”, em que o objetivo “não é buscar explicações de última instância”, mas encontrar a melhor explicação teórica possível para os fenômenos de experiência e de experimentação (I. Bernard Cohen).

As questões centrais no domínio do estudo da mente ainda emergem do mesmo modo. Elas surgiam proeminentemente no final de “Década do Cérebro”, que encerrou o último milênio. A *Academia Americana de Artes e Ciências* publicou uma obra para marcar a ocasião, sintetizando o estado atual da arte. O tema orientador foi formulado pelo neurocientista Vernon Mountcastle em sua introdução ao volume: é a tese de que “Coisas mentais, de fato mentes, são propriedades emergentes dos cérebros; [embora] essas emergências não sejam vistas como irredutíveis, mas sejam produzidas por princípios...

ainda não são bem entendidas”. A mesma tese, que parafraseia de perto Priestley, foi formulada em anos recentes como “uma hipótese impressionante” da nova biologia, “uma ideia radicalmente nova” na filosofia da mente, a saber, “a asserção evidente de que os fenômenos mentais são inteiramente naturais e causados por atividades neurofisiológicas do cérebro”. No entanto, isso é um mal-entendido. Esta tese decorre da derrocada de qualquer conceito coerente de “corpo” ou “matéria” no século XVII, como foi logo reconhecido. Deixando de lado a terminologia, a tese fundamental permanece em torno do que foi chamado de “sugestão de Locke”, segundo a qual Deus deve ter escolhido “adicionar à matéria uma faculdade de pensamento”, da mesma forma que “anexou efeitos ao movimento, os quais não podemos de nenhuma forma conceber que o movimento seja capaz de produzir.

A referência feita por Mountcastle a princípios reducionistas que “não entendemos ainda” também suscita questões interessantes, como ilustrado pela história da ciência, mesmo da ciência mais recente. Atribui-se a Bertrand Russell a observação, em 1929, também apoiada em entendimentos reconhecidos, de que “leis da química não podem, no

ECO-REBEL

momento, ser reduzidas a leis da física. O uso do termo “no momento”, assim como o da palavra ‘já’, por Mountcastle, expressa a expectativa de que a redução deveria ocorrer em consonância com o progresso científico, talvez em breve. No caso da física e da química, isso nunca aconteceu: o que aconteceu foi a unificação da química, virtualmente intocada, com a física, radicalmente revista. É necessário acrescentar que o estado de entendimento e de resultados nessas áreas há 80 anos ia muito além do que pode ser postulado para o cérebro e para as ciências cognitivas hoje. Portanto, certeza de “reducionismo” para o pouco que é compreendido não é necessariamente apropriado. Da lista de fenômenos que se pode supor relacionados à língua, a abordagem biolinguística orienta sua atenção para o componente da biologia humana que está envolvido com o uso e a aquisição de língua, como quer que seja interpretado o termo “língua(gem)”. Vamos chamá-lo de “faculdade da linguagem”, adaptando um termo tradicional a um novo uso. Esse componente está mais ou menos alinhado com o sistema da visão dos mamíferos, com o sistema de navegação dos insetos, entre outros. Em muitos desses casos, as melhores teorias explicativas disponíveis atribuem ao organismo sistemas computacionais, além do informalmente chamado “seguir regra” – por exemplo, quando um texto recente sobre a visão apresenta o chamado “princípio da rigidez”, tal como foi formulado há 50 anos: “se possível, e se outras regras o permitirem, interpretem-se deslocamentos de imagem como projeções de deslocamentos rígidos em três dimensões”. Nesse caso, estudos subsequentes trouxeram *insights* substanciais em relação às computações mentais que parecem estar envolvidas quando o sistema visual segue essas regras, embora, mesmo para organismos muito simples, isso não seja tipicamente uma tarefa insignificante, e relacionar computações mentais com análises no nível celular é comumente um objetivo distante. Alguns filósofos se opuseram ao conceito de “rule-following” – aplicado à língua, raramente à visão. No entanto, acredito que isso é outra má interpretação, uma entre muitas, na minha opinião. Seria interessante comparar hesitações vigentes sobre teorias da linguagem, e sobre aspectos do mundo referidos como “mentais”, de modo geral, com debates entre lideranças científicas, nos anos 1920, quanto a se a química seria um mero dispositivo de cálculo para prever os resultados dos experimentos, ou se mereceria o honroso estatuto de explicação da realidade física, debates que foram posteriormente considerados completamente inócuos. As similaridades, que discuti em outros contextos, são evidentes, e creio que instrutivas.

Deixando esses interessantes temas de lado, se adotamos a perspectiva biolinguística, a língua é um estado da faculdade de linguagem – uma língua-I no uso técnico, em que “I” põe em destaque o fato de que a concepção é internalista, individual, e intensional (com “s”, não com “c”) – ou seja, a real formulação dos princípios gerativos, não o conjunto por ele enumerado; este último pode ser visto como uma propriedade mais abstrata da língua-I(terna), assim como podemos pensar no conjunto de trajetórias possíveis de um cometa através do sistema solar como uma propriedade desse sistema.

A decisão de estudar a língua como parte do mundo nesse sentido foi vista como altamente controversa naquele momento, e ainda o é, por muitos linguistas também. Parece-me que os argumentos aduzidos contra a legitimidade dessa abordagem têm pouca sustentação – uma tese fraca; e seus pressupostos básicos são assumidos tacitamente inclusive por aqueles que rejeitam esses mesmos argumentos cuidadosamente – uma tese mais forte. Neste ponto, não vou entrar nesse capítulo da história intelectual contemporânea, mas simplesmente assumir que os aspectos cruciais da língua podem ser estudados como parte do mundo natural, no sentido da abordagem da biolinguística, que ganhou forma há meio século, e que tem sido amplamente adotada desde então, em diferentes vertentes.

A faculdade da linguagem é um componente daquilo que o cofundador da moderna teoria da evolução, Alfred Russel Wallace, chamou de “natureza moral e intelectual do homem”: são as capacidades humanas de imaginação criativa, de linguagem e outros modos de simbolismo, matemática, interpretação e registro de fenômenos naturais, práticas sociais intrincadas, e similares, um complexo de capacidades que parecem ter-se cristalizado bem recentemente, talvez um pouco depois de 50.000 anos atrás, entre os membros de um grupo pequeno, dos quais somos todos descendentes – um complexo de capacidades que isola os humanos dos outros animais, incluindo-se outros hominídeos, a julgar pelos registros arqueológicos. A natureza dessa “capacidade humana”, como alguns pesquisadores a ela se referem atualmente, permanece um mistério considerável. Foi motivo de uma famosa controvérsia entre os dois fundadores da teoria da evolução, em que Wallace sustentava, contrariamente a Darwin, que a evolução dessas faculdades não poderia ser explicada em termos de variação e seleção natural somente, exigindo “alguma outra influência, lei ou agentividade”, algum princípio da natureza assim como a gravitação, a coesão e outras forças, sem o que o material universo não poderia existir.

Embora essas questões estejam formuladas de forma diferente atualmente, elas não desapareceram.

É amplamente reconhecido que qualquer que seja a definição da capacidade intelectual, a faculdade de linguagem é essencial a sua manifestação. Muitos cientistas concordam com o paleontologista Ian Tattersall, que escreve estar “quase certo de que foi a invenção da linguagem, que foi um evento “repentino e emergente”, que se constituiu como o estímulo desencadeador para o surgimento da capacidade humana nos registros evolucionários – “o grande salto adiante”, conforme referido por Jared Diamond, o resultado de algum evento genético que reconfigurou o cérebro, propiciando a origem da linguagem com a sintaxe rica, que provê a multiplicidade de modos de expressão do pensamento, um pré-requisito para o desenvolvimento social, e as finas mudanças no comportamento reveladas pelos registros arqueológicos, também consideradas o gatilho para o rápido trajeto a partir da África, onde, caso contrário, os homens modernos aparentemente teriam ficado por centenas de milhares de anos. Essa concepção é similar à dos cartesianos, mas ainda mais forte: eles viam o uso normal da língua como a clara evidência empírica de que outra criatura teria uma mente como a nossa, mas não como a evidência decisiva para a existência da mente e para a origem da capacidade humana de linguagem.

Se essa concepção tem alguma validade, então a evolução da linguagem pode ser um fenômeno muito breve, embora seja um produto recente da evolução. Claro que existem inúmeros fatores precedentes, e eles sem dúvida tiveram uma longa história evolutiva. Por exemplo, os ossos do ouvido médio são um sistema espetacular de ampliação do som, maravilhosamente projetados para interpretar a fala, mas parecem ter migrado da mandíbula dos répteis como um efeito mecânico do crescimento do neocórtex dos mamíferos, que começou há 160 milhões de anos, conforme reportado. Conhecemos ainda muito pouco sobre sistemas conceituais para dizer um pouco mais, mas é razoável supor que tais sistemas também tiveram uma longa história depois da separação dos hominídeos, produzindo resultados com nenhum similar em outros contextos. No entanto, a questão da evolução da linguagem por si só tem a ver com a forma como esses vários fatores prévios se organizaram no âmbito da faculdade de linguagem, talvez por meio de eventos genéticos sutis que trouxeram uma inovação crucial. Se é assim, então a própria evolução da linguagem é breve, sendo possivelmente produtivas as especulações que tenham algum respaldo no tipo de investigação a ser feita em relação à linguagem.

ECO-REBEL

Tattersall considera a linguagem “virtualmente sinônima do pensamento simbólico”. Elaborando em relação a um dos iniciadores do simpósio de 1974, o ganhador do prêmio Nobel François Jacob observou que “o papel da linguagem como um sistema de comunicação entre indivíduos deve ter acontecido secundariamente”, talvez se referindo a discussões da conferência de 1974, em que seu colega, o ganhador do prêmio Nobel Salvador Luria, foi um dos mais aguerridos advogados da visão de que as demandas comunicativas não teriam oferecido “nenhuma pressão seletiva para produzir um sistema como a língua” e sua relação crucial com “o desenvolvimento do pensamento produtivo ou abstrato”. “A qualidade da língua que a faz única não parece ser tanto o seu papel nas diretrizes comunicativas para a ação” ou outras características comuns da comunicação animal, prossegue Jacob, mas antes “seu papel simbólico na evocação de imagens cognitivas”, em “moldar” nossa noção de realização e em produzir nossa capacidade de pensamento e planejamento, por meio de sua capacidade única de permitir “combinações infinitas de símbolos” e, portanto, “a criação mental de mundos possíveis”, ideias que remontam à revolução cognitiva do século XVII.

Jacob também ressaltou o entendimento recorrente de que respostas às questões sobre evolução “na maioria dos casos...dificilmente podem ser mais do que suposições razoáveis”. Na maioria dos casos, nem mesmo isso. Um exemplo que é talvez de interesse é o da evolução do sistema de comunicação das abelhas, incomum no sentido de que permite a transmissão da informação através de um espectro (contínuo) infinito. Existem centenas de espécies de abelhas produtoras de mel e sem ferrão, algumas com sistemas variantes de comunicação, outras não, embora pareçam ter sobrevivido bem até agora. Portanto, existe muita oportunidade para trabalho comparativo. Abelhas são incomparavelmente mais fáceis de estudar do que humanos, em qualquer dimensão. Mas muito pouco é conhecido. A literatura é esparsa. A revisão mais recente e extensa de que tenho notícia, do entomologista Fred Dyer, observa que mesmo os mais básicos problemas computacionais de codificação espacial da informação em comandos motores, e o inverso para as abelhas seguidoras, permanece um “quebra-cabeças”, e “que tipos de eventos neurais devem estar subjacentes a esses vários processos de mapeamento é ainda desconhecido”, enquanto as origens evolucionárias vão pouco além da especulação. Não existe nada que se compare à imensa literatura e aos pronunciamentos confiáveis sobre a evolução da linguagem humana – algo que se deve achar um tanto “intrigante”.

Podemos acrescentar outro *insight* da filosofia dos séculos XVII e XVIII, com raízes que remontam à análise de Aristóteles, em relação ao que foi posteriormente interpretado como entidades mentais, a saber: que mesmo os conceitos mais elementares da linguagem humana não se relacionam a objetos independentes da mente por meio de uma relação baseada na referência entre símbolos e traços físicos identificáveis do mundo externo, conforme parece ser universal nos sistemas de comunicação animal. Antes, tais conceitos são criações dos “poderes de conhecimento”, que nos proporcionam os ricos meios de fazer referência ao mundo externo a partir de certas perspectivas, mas são individuados por operações mentais que não podem ser reduzidas a “uma natureza peculiar” pertencente a esse fenômeno de que falamos, como sintetizado por Hume em relação a um século de pesquisa. A “semântica situacional” de Julius Moravcsik é um desenvolvimento recente de algumas dessas ideias, a partir de suas origens aristotélicas e com fortes implicações para a semântica das línguas naturais.

Estas são observações críticas sobre a semântica elementar, a sugerir que os elementos mais primitivos das línguas naturais estão relacionados ao mundo que é independente da mente, tanto quanto os elementos da fonologia, e não por uma relação baseada na referência, mas como parte de uma espécie de concepção e ação mais intrincada e específica. Não vou elaborar essa questão neste ponto, mas acredito que tais considerações, se devidamente assumidas, revelam que é inútil tentar basear a semântica das línguas naturais em uma relação do tipo ‘palavra-objeto’, por mais intrincada que seja a noção construída de ‘objeto’, da mesma forma que seria inútil basear a fonética das línguas naturais na relação do tipo ‘símbolo-som’, em que os sons são considerados eventos físicos construídos – talvez construtos indescritíveis em quatro dimensões, com base em movimentos de modelos, com questões adicionais remetidas à parte física, ou se quisermos tornar o problema ainda mais incontornável, à parte sociológica. Já é amplamente aceito que essa orientação é incorreta para o estudo do lado do significante, e acredito que tal conclusão é igualmente razoável para o lado do significado. Para cada enunciado, existe um evento físico, mas isso não implica que se deva buscar uma relação mítica entre um objeto interno como a sílaba /ta/ e um evento identificável independente da mente; e para cada ato de referenciação, existe um aspecto complexo do mundo vivenciado ou imaginado no qual a atenção está focalizada, por esse ato, mas isso não significa que a relação de referência exista para as línguas naturais. Acredito que essa relação não existe no nível mais primitivo.

ECO-REBEL

Se isso estiver correto, então, pelo menos dois problemas básicos surgem, quando se considera a origem da faculdade de linguagem, e seu papel na emergência repentina da capacidade intelectual humana: em primeiro lugar, a semântica básica dos elementos mínimos portadores de significado, incluindo-se os mais simples deles; e em segundo lugar, os princípios que autorizam combinações de símbolos independentes, hierarquicamente organizados, que fornecem os meios para o uso da língua em seus muitos aspectos. Pelo mesmo princípio, a teoria central da linguagem – a Gramática Universal (GU) – precisa prover, primeiramente, um inventário estruturado de itens lexicais possíveis, que são relacionados, ou talvez idênticos, aos conceitos que integram os “poderes cognoscentes”; e em segundo lugar, os meios de construir, a partir desses itens lexicais, a variedade infinita de estruturas internas que propiciam o pensamento, a interpretação, o planejamento e outros atos mentais, e que são incidentalmente externalizados, um processo secundário, caso estejam corretas as especulações que revisamos. A respeito do primeiro problema, o aparato conceitual lexical aparentemente específico aos humanos, existem trabalhos interessantes sobre noções relacionais ligadas a estruturas sintáticas e sobre os objetos parcialmente internos à mente, que parecem ter um papel crítico (eventos, proposições etc). No entanto, existe muito pouco além de observações descritivas sobre o aparato referencial central usado para falar sobre o mundo. O segundo problema tem sido central à pesquisa linguística ao longo de pelo menos meio século com uma longa história anterior, em diferentes termos.

A abordagem da biolinguística adotada desde o início é o ponto de vista que o neurolinguista cognitivista R. G. Gallistel chama de “a norma em neurociência” hoje, a “visão modular da aprendizagem”: a conclusão de que, em todos os animais, a aprendizagem é baseada em mecanismos especializados, ou seja, em tipos específicos de “instintos para a aprendizagem”. A sugestão é que esses mecanismos sejam vistos como “órgãos dentro do cérebro”, que atingem estados em que desempenham diferentes tipos de computação. Excluindo-se “contextos extremamente hostis”, os estados são modificados sob o efeito desencadeador e modelador de fatores externos, de forma mais ou menos reflexiva e de acordo com o *design* interno. Este é o “processo de aprendizagem”, embora “desenvolvimento” talvez seja um termo mais apropriado, evitando-se assim conotações inadequadas do termo “aprendizagem”. Essas ideias poderiam ser relacionadas ao trabalho enciclopédico de Gallistel sobre a organização do movimento, com base em “restrições estruturais”, as quais estabelecem “limites sobre os

tipos de soluções que são encontradas por um animal para uma situação de aprendizagem”.

A visão modular da aprendizagem não implica que os componentes do módulo sejam exclusivos de um dado módulo: em algum nível, assume-se que não o são – por exemplo, no nível celular. A questão do nível de organização no qual propriedades exclusivas emergem permanece uma questão básica do ponto de vista biológico, como o foi na conferência de 1974. Observações de Gallistel retomam o conceito de “canalização” introduzido na biologia evolucionista e desenvolvimental de C. H. Waddington, 60 anos atrás, na referência a processos “ajustados de tal forma a fazer acontecer um resultado final definido, independentemente de variações menores nas condições durante o curso da reação”, garantindo-se assim “a produção do tipo normal, ou seja, ótimo, diante das vicissitudes inevitáveis da existência”. Parece tratar-se de uma descrição justa do desenvolvimento da linguagem em um indivíduo. Um problema central do estudo da faculdade de linguagem é descobrir os mecanismos que limitam resultados (*outcomes*) para os tipos ótimos.

Já é reconhecido, desde as origens da biologia moderna, que restrições de desenvolvimento externas ao organismo e princípios arquitetônicos estruturais participam não somente do crescimento dos organismos, mas também de sua evolução. Em um artigo contemporâneo clássico, Maynard Smith e seus associados retomam a versão pós-Darwinista a partir de Thomas Huxley, que se surpreendeu com o fato de que parece existirem “linhas de modificação predeterminadas” que conduzem à seleção natural a fim de “produzir variedades de cada espécie de número e tipos limitados”. Os pesquisadores revisaram um conjunto dessas restrições no mundo orgânico e descreveram como “limitações na variabilidade fenotípica” são “causadas pela estrutura, natureza, composição ou dinâmica do sistema em desenvolvimento”. Foi também apontado que “tais restrições de desenvolvimento têm indiscutivelmente um papel significativo na evolução”, embora haja ainda “pouco consenso sobre sua importância em comparação com a seleção, a deriva, e outros fatores que modelam a história evolutiva”. Na mesma época, Jacob escreveu que “as regras que controlam o desenvolvimento embrionário”, praticamente desconhecidas, interagem com outros fatores físicos para “restringir possíveis mudanças de estruturas e funções” no desenvolvimento evolutivo, fornecendo “restrições arquiteturais” que “limitam o escopo adaptativo e encadeiam os padrões evolutivos”, para citar apenas uma resenha recente. As figuras mais conhecidas que

ECO-REBEL

dedicaram muito do seu trabalho a esses temas foram D'Arcy Thompson e Alan Turing, que assumiram uma posição forte sobre o papel central de tais fatores em biologia. Recentemente, tais considerações foram aduzidas a uma ampla gama de problemas acerca do desenvolvimento e da evolução, desde a divisão celular em bactérias até a otimização da estrutura e das funções das redes corticais, para chegar a propostas de que os organismos têm “o melhor dos cérebros possíveis”, conforme argumentou o neurocientista Chris Cherniak. Os problemas estão no limite da investigação, mas seu significado não é controverso.

Assumindo-se que a faculdade de linguagem tem as propriedades gerais de outros sistemas biológicos, caberia, portanto, buscar três fatores que entram no desenvolvimento da linguagem no indivíduo:

- (1) Fatores genéticos, aparentemente quase uniformes para as espécies, o tópico da GU. O aparato genético interpreta parte do ambiente como experiência linguística, uma tarefa não trivial que a criança desempenha de maneira reflexa, e determina o curso geral do desenvolvimento da faculdade de linguagem em direção às línguas particulares.
- (2) Experiência, que conduz à variação, em uma gama limitada de possibilidades, como no caso de outros sistemas da capacidade humana e do organismo em geral.
- (3) Princípios não específicos à faculdade de linguagem.

O terceiro fator inclui princípios da arquitetura estrutural que restringem os *outcomes*, incluindo-se os princípios da computação eficiente, que se espera sejam de significância particular para os sistemas computacionais como a língua, ao determinarem o caráter geral das línguas que podem ser atingidas.

Pode-se reconhecer o interesse nesse terceiro fator desde a intuição de Galileu de que “a natureza é perfeita”, das marés ao voo dos pássaros, sendo o papel dos cientistas apenas descobrir em que sentido isso é verdadeiro. A certeza de Newton de que a Natureza deve ser “muito simples” remete à mesma intuição. Quão obscura possa parecer a intuição sobre o que Ernst Haeckel chamou de tendência da natureza para o belo (“*Sinn fuer das Schoene*”) tem sido um tema orientador da ciência moderna desde suas origens modernas. Os biólogos têm pensado de forma diferente sobre o objeto de sua pesquisa, ao adotarem a imagem de Jacob da natureza como a de um ‘consertador’ habilidoso, que faz o melhor que pode com o material de que dispõe – uma tarefa bem simples, tanto quanto a

inteligência humana parece se dispor a demonstrar sobre si. O geneticista britânico Gabriel Dover capta a visão que prevalece quando conclui que “a biologia é um negócio estranho e confuso e ‘perfeição’ é a última palavra que seria usada para descrever como os organismos funcionam, particularmente para qualquer entidade produzida pela seleção natural” – embora seja produzida somente em parte pela seleção natural, conforme ele enfatiza, e todo biólogo sabe, a um ponto que não pode ser quantificado pelas ferramentas disponíveis. Essas expectativas fazem sentido para sistemas com uma história evolutiva longa e complexa, com muitos acidentes, efeitos persistentes de história evolutiva que conduzem a soluções não ótimas de problemas, e assim por diante. Mas essa lógica não se aplica a uma emergência relativamente repentina, que deve conduzir a sistemas diferentes dos complexos *outcomes* de milhões de anos dos ‘consertos’ jacobianos, sendo talvez mais comparáveis a flocos de neve, ou filotaxias, ou divisões celulares em esferas e não em cubos, ou poliedros como materiais de construção, ou tanto mais do que pode ser encontrado no mundo natural. O programa minimalista é motivado pela suspeita de que algo semelhante pode ser verdadeiro para a linguagem humana, e creio que os trabalhos recentes trazem motivos para acreditar que a língua é, em muitos aspectos, uma solução ótima para as condições que precisa satisfazer, muito mais do que poderia ter sido antecipado anos atrás.

Retornando ao passado, nos quadros teóricos estruturalista/ behaviorista da década de 1950, o que havia de mais análogo à GU eram as abordagens procedurais de Trubetzkoy, Harris e outros, concebidas para determinar as unidades linguísticas e seus padrões, a partir de um *corpus* de dados linguísticos. Na melhor das hipóteses, tais procedimentos não podem ir muito longe, não importa quão vasto o *corpus* e quão futurísticos os dispositivos computacionais usados. Mesmo os elementos formais elementares portadores de significado, os morfemas, não têm o caráter de “contas em um colar” que é requerido para abordagens procedurais, mas se relacionam muito mais indiretamente à forma fonética. Sua natureza e suas propriedades são fixadas dentro do sistema computacional abstrato que determina a gama ilimitada de expressões. As primeiras abordagens da gramática gerativa assumiram, portanto, que o aparato genético provê um formato para os sistemas de regras e um método para a seleção de instanciações ótimas deste, a partir de dados da experiência. Propostas específicas foram feitas então, e nos anos que se seguiram. Em princípio, ofereceram uma solução possível para o problema

da aquisição de língua, mas esta envolveu cálculos astronômicos, portanto, não enfrentou seriamente as questões.

As principais preocupações nesses anos eram bem diferentes, e ainda o são. Deve ser difícil acreditar atualmente, mas era comumente assumido, há 50 anos, que a tecnologia básica da descrição linguística estava disponível, e que a variação linguística era tão livre que nada de maior generalidade poderia ser descoberto. Logo que esforços foram feitos no sentido de propiciar explicações razoavelmente explícitas das propriedades das línguas, imediatamente ficou óbvio quão pouco havia sido feito, em cada domínio. Cada proposta específica gerou um arcabouço precioso de evidência contrária, a requerer um complexo e variado sistema de regras para atingir uma aproximação bem limitada de uma adequação descritiva. Isso foi muito estimulante para a investigação sobre a linguagem, mas também deixou um sério desafio, já que as considerações mais elementares conduziram à conclusão de que a GU precisa impor restrições estreitas sobre os possíveis *outcomes*, a fim de dar conta da aquisição de língua, considerada a tarefa de alcançar “a adequação explicativa”, conforme é chamada. Algumas vezes estes são chamados problemas da “pobreza do estímulo” no estudo da linguagem, embora o termo seja inadequado porque isto é somente um caso especial de questões básicas que surgem universalmente para o desenvolvimento orgânico, incluindo-se o desenvolvimento cognitivo, uma variante dos problemas reconhecidos já em Platão.

Vários caminhos foram tomados a fim de resolver essa tensão. Os mais bem sucedidos foram os esforços para formular os princípios gerais, atribuídos à GU – ou seja, o aparato genético – deixando-se um resíduo de fenômenos que resultariam, de alguma forma, da experiência. Essas abordagens tiveram algum sucesso, mas as tensões permaneciam sem solução à época da conferência de 1974.

Em poucos anos, o cenário mudou consideravelmente. Em parte, foi o resultado de um vasto conjunto de novos materiais a partir de estudos de maior profundidade do que anteriormente, em parte pela abertura de novos tópicos de investigação. Há mais ou menos 25 anos, boa parte desse trabalho cristalizou-se em uma abordagem radical da GU, o quadro teórico de Princípios e Parâmetros (P&P), o qual, pela primeira vez, ofereceu a esperança de superar a tensão entre a adequação descritiva e a adequação explicativa. Essa abordagem buscou eliminar completamente o formato do quadro teórico, e com isso, a concepção tradicional de regras e construções que tinha sido bastante usada na gramática gerativa. Nesse sentido, era um abandono bem mais radical da rica tradição de

2.500 anos do que nas primeiras versões da gramática gerativa. O novo quadro teórico P&P levou a uma explosão de investigações sobre as línguas das mais variadas tipologias, o que conduziu a novos problemas não visualizados anteriormente, a algumas respostas e ao revigoramento de disciplinas correlatas voltadas para a aquisição e o processamento, com suas questões orientadoras, agora reformuladas em termos de fixação de parâmetros dentro de um sistema fixo de princípios da GU. Ninguém do campo tem qualquer ilusão atualmente de que os horizontes de pesquisa sejam sequer visíveis, quanto mais disponíveis.

O abandono desse formato do quadro teórico teve também um impacto significativo no programa biolinguístico. Se, como foi assumido antes, a aquisição é um problema de seleção entre as opções colocadas à disposição pelo formato oferecido pela GU, então esse formato precisa ser rico e altamente articulado, permitindo relativamente poucas opções; caso contrário, a adequação explanatória é inatingível. A melhor teoria da linguagem precisa ser uma teoria muito insatisfatória por outros pontos de vista, com um complexo conjunto de condições específicas à linguagem humana a restringir possíveis instanciações. A questão biológica fundamental da explanação baseada em princípios claros seria contemplada com dificuldade, e de forma correspondente, os prognósticos para uma investigação séria sobre a evolução da linguagem pouco esclarecedores; evidentemente, quanto mais variadas e mais intrincadas as condições específicas à linguagem, menos esperança existe para uma explicação razoável para as origens evolutivas da GU. Entre as questões levantadas no simpósio de 1974 estão estas, e outras da mesma época, mas foram deixadas como problemas insolúveis, aparentemente.

O quadro teórico P&P antecipou também os meios para a resolução dessas tensões. Na medida em que o quadro teórico se mostre válido, a aquisição é um problema de fixação de parâmetros e é, portanto, completamente separada do formato remanescente da gramática: os princípios da GU. Não há mais uma barreira conceptual para a previsão de que a GU seja reduzida a uma forma mais simples, e que as propriedades básicas dos sistemas computacionais da língua devam ter uma explicação objetiva ao invés de ser estipulada em termos de um formato para a gramática altamente restritivo e específico à língua. Retornando aos três fatores do *design* da língua, a adoção do quadro teórico P&P supera uma barreira conceptual difícil ao deslocar o ônus da explicação do fator (1), o aparato genético, para o fator (3), os princípios da arquitetura estrutural independentes da

língua, e a eficiência computacional, o que propicia algumas respostas para questões fundamentais da biologia da linguagem, sua natureza e seu uso, e talvez sua evolução. Diante da superação das barreiras conceituais impostas pelo formato do quadro teórico, pode-se tentar refinar mais realisticamente a questão do que constitui a explicação clara das propriedades da linguagem, e voltar a atenção para as questões mais fundamentais da biologia da linguagem: até que ponto a língua se aproxima de uma solução ótima para as condições que precisa atender para ser utilizável, dada a arquitetura estrutural extralinguística? Essas condições nos conduzem de volta à caracterização tradicional da linguagem desde Aristóteles como um sistema que liga som e significado. Nos presentes termos, as expressões geradas pela língua devem satisfazer duas condições da interface: aquelas impostas pelo sistema sensorio-motor e pelo sistema conceitual-intencional, que constituem a capacidade intelectual humana e a variedade de atos de fala.

Pode-se ver uma explicação das propriedades da língua como adequada, na medida em que possa ser reduzida a propriedades da interface dos sistemas de interface e a condições gerais da eficiência computacional, e similares. O mesmo é verdadeiro para os princípios da computação eficiente, aplicados à linguagem, por muitos pesquisadores, em trabalhos recentes, com importantes resultados, e talvez passíveis de serem estendidos à pesquisa comparada. É então possível tanto clarear quanto enfrentar, de várias formas, alguns dos problemas mais básicos da biologia da linguagem.

Neste ponto, é possível voltar a atenção para uma discussão mais técnica do que foi alcançado até o momento, mas algumas poucas observações informais podem ajudar na esquematização do cenário geral, pelo menos.

Um fato elementar sobre a faculdade de linguagem é que se trata de um sistema de infinidade discreta, raro no mundo orgânico. Qualquer sistema desse tipo é baseado em uma operação primitiva que toma objetos já formados, e constrói, a partir deles, um novo objeto: no caso mais simples, o conjunto que os contém. Chamemos essa operação de *Fundir/ Merge. Merge*, ou qualquer operação semelhante, é o requisito mínimo. Com *Merge* disponível, tem-se instantaneamente um sistema ilimitado de expressões hierarquicamente estruturadas. A explicação mais simples do “Grande Salto Adiante” na evolução humana seria aquela segundo a qual o cérebro foi reprogramado, talvez a partir de alguma mutação simples, a fim de prover, de uma vez, a operação *Merge*, estabelecendo a base central do que é encontrado no momento dramático da evolução humana: pelo menos em princípio, conectar os pontos está longe de ser um problema

trivial. Existem especulações sobre a evolução da linguagem que postulam um processo bem mais complexo: em primeiro lugar, alguma mutação que permite expressões de duas unidades, talvez gerando vantagem seletional ao reduzir a carga de memória para os itens lexicais; e então, mutações adicionais para permitir outras ainda maiores; e finalmente, o Grande Salto que gera *Merge*. Talvez os passos anteriores realmente aconteceram, embora não exista um argumento conceitual ou empírico sério para se acreditar nisso. Uma especulação mais parcimoniosa é que não aconteceram, e que o Grande Salto foi efetivamente instantâneo, tendo ocorrido em um único indivíduo, o qual foi instantaneamente dotado de capacidades intelectuais bem mais avançadas do que as dos outros seus contemporâneos, tendo ele transmitido a seus descendentes tais capacidades, as quais se tornaram predominantes na população. Na melhor das hipóteses, trata-se de uma suspeita razoável, assim como todas as especulações sobre tais questões, porém a mais simples possível, sem ser inconsistente com qualquer conhecimento que se tem, ou que seja inferido de forma plausível. É difícil ver que explicação da evolução humana não assumiria isso, pelo menos, de uma forma ou de outra.

Questões semelhantes surgem sobre o desenvolvimento da linguagem no indivíduo. É comumente reconhecido que existe um estágio de duas palavras, um estágio de três palavras, e assim por diante, com um Grande Salto Adiante para a geração sem limite. Isso é observado no desempenho, mas é também constatado que, no estágio inicial, a criança entende expressões muito mais complexas, e que uma modificação casual de expressões mais longas – mesmo as mudanças simples como colocação de palavras funcionais de forma inconsistente com a GU e com a língua adulta – leva a confusão e a má interpretação. Pode ser que esse *Merge* ilimitado, e o que quer que esteja envolvido na GU, esteja presente de uma vez, mas só se manifeste de forma limitada por razões estranhas, limitação de memória e de atenção, e similares; questões discutidas no simpósio de 1974, que podem agora ser investigadas de forma mais sistemática e produtiva.

O caso mais restritivo de *Merge* se aplica a um único objeto, formando um conjunto unitário. Restrição a esse caso gera a função de sucessividade, a partir da qual o resto da teoria dos números naturais pode ser desenvolvido nos termos já conhecidos. Tal concepção sugere uma resposta possível para o problema que inquietou Wallace no final do século XIX: nos termos desse autor, o de que “um gigantesco desenvolvimento da capacidade matemática permanece sem explicação pela teoria da seleção natural, e deve

ser devida a alguma causa distinta no conjunto”, somente porque permaneceu sem uso. Uma possibilidade é que os números naturais resultam de uma simples restrição na faculdade de linguagem, logo não doada por Deus, como dispõe o famoso aforismo de Kronecker, o resto é, porém, criado pelo homem, como ele acrescenta. Especulações sobre a origem da capacidade matemática como uma abstração a partir de operações linguísticas não são desconhecidas. Existem problemas aparentes, incluindo-se a dissociação, com lesões e diversidade de localização, mas o significado desse tipo de fenômeno não está claro por muitas razões (incluindo-se a questão da posse *versus* o uso da capacidade). Deve haver algo a sustentar essas especulações, talvez nos termos presentemente indicados.

Considerações elementares acerca da eficiência computacional impõem outras condições em relação a uma solução ótima à tarefa de ligar som e significado. Existe a essa altura uma literatura extensa a explorar os problemas desse tipo, sendo válido dizer que houve avanços consideráveis em busca de uma explicação objetiva e unificada. Está cada vez mais claro que esses esforços têm ido ao encontro de uma exigência primária para um programa consistente de pesquisa: estimular a pesquisa que tem sido capaz de superar alguns problemas antigos, enquanto traz, mais rapidamente, à luz novas questões, anteriormente desconhecidas ou até mesmo dificilmente formuláveis, ampliando-se assim os desafios empíricos da adequação descritiva e explicativa que devem ser encarados; além disso, pela primeira vez, tem-se, em consonância com os termos presentemente indicados, uma previsão realista de avanço significativo, para além da adequação explicativa, em direção a uma explicação unificada e objetiva.

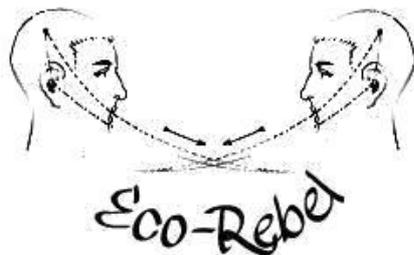
A busca por uma explicação unificada enfrenta tarefas desanimadoras. Podemos, porém, formular os objetivos com clareza razoável. Naturalmente, não podemos antecipar quão acertadamente eles podem ser alcançados – ou seja, em que medida os estados da faculdade de linguagem podem ser atribuídos a princípios gerais, ou mesmo em que medida são aplicáveis aos organismos em geral. Em cada passo em direção a esse objetivo, é possível ganhar um entendimento mais claro das propriedades centrais que são específicas à faculdade de linguagem, deixando-se ainda muitos problemas sem solução, que têm sido levantados por centenas de anos. Entre eles consta a questão de como propriedades referidas como “mentais” se relacionam “à estrutura orgânica do cérebro”, problemas que estão longe de uma solução, mesmo para insetos, com aspectos únicos e

ECO-REBEL

profundamente misteriosos quando se considera a capacidade humana e suas origens evolutivas.

Texto convidado.

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 3, n. 2, 2017.



NOTAS SOBRE O CONCEITO DE TEXTO NA LINGUÍSTICA ECOSISTÊMICA

Hildo Honório do Couto (UnB)

“A linguagem é por essência diálogo, e todas as outras formas do falar destituem sua eficácia. Por isso eu creio que um livro só é bom na medida em que nos traz um diálogo latente, em que sentimos que o autor sabe imaginar concretamente seu leitor e este percebe como se dentre as linhas saísse u’a mão ectoplástica que tateia sua pessoa, que quer acariciá-la — ou bem, mui cortesmente, dar-lhe um murro”. (Ortega y Gasset, *Rebelião das massas*, p. 13).

R e s u m o : O objetivo central deste artigo é argumentar no sentido de que o texto não é a manifestação prototípica da atividade linguística. Para o ramo da ecolinguística chamado linguística ecossistêmica, o núcleo da linguagem é a interação comunicativa. Consequentemente, o produto mais genuíno dessa atividade é o diálogo. O texto, no entanto, é basicamente monológico. Assim sendo, o texto que mais se aproxima da prototipicidade é o dialógico, como a peça teatral. Por outro lado, como a linguística ecossistêmica encara seu objeto de modo holístico, o que se tem chamado de “texto monológico”, a maioria dos textos produzidos em nossa cultura ocidental, são tidos como produzidos por alguém, com vistas a que ele seja lido por outrem. Portanto, esses textos só se completam quando se completa o ciclo emissor-receptor e, se possível, quando há um retorno do segundo ao primeiro e vice-versa. Os linguistas ecossistêmicos partem dos atos de interação comunicativa para chegar a suas partes, entre elas o texto. As abordagens tradicionais fazem o contrário: partem do texto (uma coisa) e procuram pelo contexto em que ele emergiu.

P a l a v r a s - c h a v e : Texto; linguística ecossistêmica; dialogismo; interação comunicativa.

A b s t r a c t : The main objective of this article is to show that the text is not the prototypical manifestation of the language activity. According to the branch of ecolinguistics known as ecosystemic linguistics, the nucleus of language is communicative interaction. Therefore, the most genuine product of this activity is the dialog. However, the text is basically monological. In this case, dialogical texts are the kind of text that most approximate the ideal of ecosystemic text, like a play. Ecosystemic linguistics looks at its object from a holistic point of view. This implies that what has been called “monological text” in our occidental culture are seen as produced by somebody in order to be read by somebody else. In other words, these texts are complete only when the cycle sender-hearer is reached, i. e., when there is a feedback from the hearer to the sender and vice-versa. Ecosystemic linguists depart from the act of communicative interaction to its parts, one of which is the text. Traditional approaches to text act the other way round, from the text in search of its conditions of production

Key words : Text; ecosystemic linguistics; dialogismo; communicative interaction.

1. Introdução

Esta não é a primeira vez que me debruço sobre a questão do texto. No início dos anos setenta do século passado, eu desenvolvi uma atividade de ensino de redação para alunos de quinta série. O objetivo principal era mostrar que é possível levá-los a sentir prazer com a tarefa de fazer redação. Uma síntese dos resultados foi publicada em Couto (1976) com o título de “Ridendo discitur” (é rindo que se aprende), depois retomada e ampliada em um curso de ensino de redação à distância, pela Universidade de Brasília, sob o nome de *A redação como libertação* (Couto 1988). Já na segunda década do ano de dois mil, tentei embasar a prática teórica e filosoficamente em Couto (2012), em que tento mostrar que aquelas atividades cheias de entusiasmo, porém, sem muita informação teórica, estavam em perfeita sintonia com a visão de mundo do taoísmo e a visão ecológica de mundo da ecolinguística. Na época não havia preocupação com o que pudesse ser texto. Eu partia simplesmente da classificação tradicional dos textos em descritivos, narrativos e dissertativos. Pois bem, o objetivo do presente ensaio é tentar mostrar o lugar do conceito de texto na ecolinguística, sobretudo na linguística ecossistêmica. Até onde sei, sequer no contexto da ecolinguística em geral existe algo sobre o assunto. O único ensaio que o tangencia do ponto de vista da pragmática e da ecolinguística europeia é Mey (2016).

A **ecolinguística** vem sendo definida como estudo das relações entre língua e seu meio ambiente. O problema é que essa definição tem levado a mal-entendidos, como a reificação da língua: haveria a coisa “língua” relacionada a outra coisa, seu “meio ambiente”. Talvez por isso tenha surgido um ramo da disciplina chamado **linguística ecossistêmica** (LE), exposta em Couto (2015) e Couto, Couto & Borges (2015), entre outras publicações, que evitam essa reificação. Como o nome já diz, a LE toma o conceito central da ecologia, **ecossistema**, como fonte para suas bases epistemológicas. O ecossistema consiste de uma população de organismos (P), vivendo em seu território (T) e as interações (I), que se dão entre eles. Essas interações são o conceito central do ecossistema. Se o ecossistema biológico é PTI, o **ecossistema linguístico** é PTL, ou seja, nele as interações são a própria língua (L). Linguístico-ecossistemicamente, língua é interação, comunicação, não instrumento para interação ou comunicação. As interações ecossistêmicas podem ser: a) interação organismo-organismo, equivalente à **comunicação**, e b) interação organismo-mundo (T), equivalentes à **referência** e, no caso do texto, à **descrição** e à **narração**. Como se vê no quadro apresentado na seção seguinte, o núcleo da língua/linguagem é a interação, melhor dizendo, a **interação comunicativa**, inserta na **ecologia da interação comunicativa**. Esta consta de um **falante** (F), um **ouvinte** (O), o que o falante diz ao ouvinte, ou seja, o enunciado ou **texto** (T). O texto por seu turno tem uma representação material, sua **expressão** (E) e se reporta a determinado assunto, que é o **conteúdo** (C) do texto. Esse assunto ou conteúdo é expresso por ELE₁ (aquele ou aquilo que está do lado do falante ou que tem a ver com ele) e ELE₂ (aquele ou aquilo que está do lado do ouvinte ou que tem a ver com ele). ELE₁ e ELE₂ juntos formam ELES.

Tudo isso no **cenário** da ecologia da interação comunicativa. Há muita coisa mais a ser dita, mas, por razões de espaço, remeto o(a) leitor(a) às obras recém-mencionadas.

Por ser a LE uma disciplina relativamente nova, ainda não há muitos estudos de casos aplicando seu arcabouço teórico. Sobre o ‘discurso’ já existe um pouco de literatura ecolinguística, como Couto, Couto & Borges (2015), que é uma apresentação da parte da LE dedicada à análise de discursos, a **análise do discurso ecológica** (ADE). Infelizmente, ainda estão faltando reflexões sobre o texto. Talvez Mey (2010), apesar de ser um pragmaticista, possa ser considerado a primeira tentativa de fazê-lo, sem usar a expressão ‘linguística ecossistêmica’, mas apresentado em um evento de Ecolinguística.

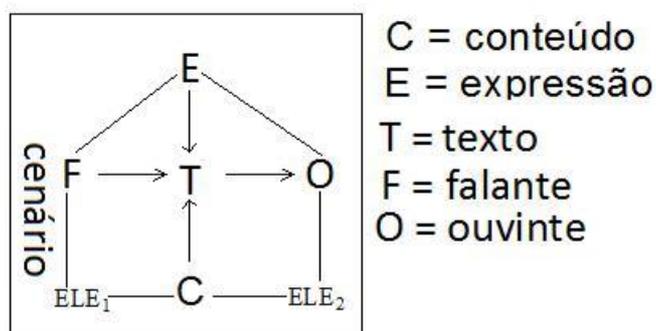
Diante do exposto, o objetivo principal deste ensaio é tentar conceituar texto na linguística Ecolinguística. Como linguístico-ecossistemicamente língua é interação, toda manifestação linguística deve ser encarada dessa perspectiva, inclusive o texto. Consequentemente, para a LE, o texto “natural”, prototípico e espontâneo é o dialógico. Todas as demais formas de texto representam algum grau (maior ou menor) de distanciamento dessa situação prototípica.

Atualmente, já há uma literatura considerável sobre a teoria do texto, inclusive a "linguística do texto (*Textlinguistik*)" e/ou “gramática do texto” (*Textgrammatik*), desenvolvida, sobretudo, nos países de língua alemã. O que pretendo fazer aqui não é chover no molhado, repetindo o que já foi dito zilhões de vezes sobre texto, mas mostrar o lugar dele na versão da ecolinguística chamada linguística ecossistêmica. De qualquer forma, quando o conceito de “discurso” – no sentido das teorias de análise do discurso – estiver implícito, usarei o termo composto **texto-discurso**, por motivos que estão amplamente justificados em Todorov (1988) e Greimas & Courtés (1989, p. 124-130, 461-462). Obviamente, essa concepção deve levar em conta as categorias ecolinguísticas, em especial, e, é claro, as ecológicas, em geral. Entre as categorias, uma das mais importantes é a da ecologia da interação comunicativa (EIC), pois é nela que surge o enunciado (E), de que o texto (T) é uma espécie.

Enfim, é da interação comunicativa resultam enunciados que serão qualificados como textos. Como tanto F quanto O podem estar *in praesentia* (face a face) ou *in absentia* (F distante de O), diversos recursos podem ser mobilizados em cada caso. No caso de estarem face a face, ocorre ou o diálogo normal ou narrativas como as que são comentadas em outro lugar deste ensaio. Se F estiver distante de O, ou se sequer souber que haverá um O, a mensagem (texto) pode ser escrita (carta, telegrama, romance, poesia etc.), mas pode ser oral com o auxílio da tecnologia (telefonema). Atualmente, o recurso do WhatsApp junta as duas possibilidades, ou seja, a mensagem pode ser escrita ou oral.

2. O texto linguístico-ecossistêmico

No contexto da linguística ecossistêmica, o texto é visto como um enunciado que faz parte de uma ecologia de interação comunicativa. Por esse motivo, a maioria dos textos foge um pouco do que é mais natural na linguagem, a interação comunicativa entre falante (F) e ouvinte (O)*. A interação comunicativa exige uma relação direta, prototipicamente face a face, entre F e O. O texto, ao contrário, geralmente é produzido por um F na ausência de O, só imaginado, ou esperado. Para entender melhor o lugar que o texto ocupa na ecologia da interação comunicativa e, conseqüentemente, na linguagem em geral, partamos da figura a seguir, adaptada de Couto, Couto & Borges (2015: 139).



Essa figura mostra que todo texto (T) é produzido por F e dirigido a O. Ele só se completa após ser recebido e interpretado por O. Ele consta de algo material, a sua expressão (E), produzida por F geralmente sob a forma sonora, embora em alguns casos os sons possam ser substituídos por outros meios, como a escrita por exemplo. Esse veículo material, digamos assim, está associado a um assunto, no caso, o conteúdo (C) que é aquilo a que F se reporta, ou seja, aquilo de que fala (ou escreve). Tudo isso se passa no contexto de um cenário. Juntando tudo isso, temos a ecologia da interação comunicativa (EIC). Os tratamentos tradicionais de texto geralmente partem de T e tentam recuperar F, O, E, C e cenário, se e quando o fazem. Mais ou menos como se faz na linguística da enunciação. Como disse Mariás (1960: 16), “não é só o texto que fala: tão eloquente como ele é o *contexto*”. Vale dizer, o texto não é uma ilha. Ele é apenas um dos componentes do ato de interação comunicativa.

O assunto ou conteúdo (C) da interação comunicativa é preferencialmente ELE₁ (aquilo/aquele que está no lado de F) ou ELE₂ (aquilo/aquele que está no lado de O), como se vê na ligação de C aos dois. Quando o âmbito do que se fala (C) vai se alargando, tanto ELE₁ quanto ELE₂ podem ser substituídos por nomes de coisas ou fenômenos, o que mostra que os nomes são substitutos dos pronomes. Mas, F pode falar também de qualquer uma das demais categorias do quadro (E, T, O, F, cenário). Quando o assunto (C) for F, este pode ser referido como *me, mim, comigo* e

ECO-REBEL

respectivos pronomes possessivos, além de *eu*, é claro. Quando for O, este pode ser referido como *te*, *ti*, *contigo* e pronomes possessivos, além de *tu*.

A linguagem é algo “natural”, espontâneo nos seres vivos e, sobretudo, nos humanos. Tanto que já foi proposta uma figura representando a árvore da linguagem (COUTO, 2015), por sugestão da “árvore do conhecimento” de Maturana & Varela (2011). A figura mostra ainda que a manifestação do texto, sua expressão (E), lembra a cumeeira de uma casa. Se a linguagem (e a língua) como um todo foi representada por uma árvore, algo dinâmico e vivo, no interior da ecologia da interação comunicativa a parte que tem a ver com o texto diretamente de certa forma constitui uma casa, que é um artefato, do qual pelo menos a manifestação material (E) é o teto, não os esteios, os baldrames, as paredes ou as vigas. Vale dizer, o texto não é parte da base da linguagem, mas de algo que está o mais distante possível dela.

A linguística ecossistêmica, pelo menos na medida do possível, parte do processo do interior do quadrado, ou seja, da EIC, para entender T. Tanto ela quanto os tratamentos tradicionais de texto veem nele um produto, algum tipo de enunciado. A grande diferença entre a visão ecolinguística e a tradicional (retórica, AD, enunciação etc.) é o fato de a tradicional partir do próprio produto, além de supervalorizá-lo. Na melhor das hipóteses, procura pelas condições de sua produção. O ecolinguista também vê no texto um produto da interação, mas um produto que é parte de uma EIC. É claro que no caso de um romance é muito difícil partir do momento em que o escritor o produziu e o leitor o leu, ou seja, é praticamente impossível abarcar esse processo como um todo, como um ato de interação comunicativa. É impossível reconstruir a EIC que lhe deu origem. No caso de textos filosóficos, científicos, de ficção ou poéticos, a dificuldade é ainda maior. No entanto, esse é o objetivo da concepção linguístico-ecossistêmica de texto. Ela faz um percurso no sentido contrário ao da tradição. Esta vai do produto para o processo de produção, à vezes ficando só no produto. A linguística ecossistêmica vai do processo de interação comunicativa para o seu resultado, às vezes ficando só no processo de produção, sendo o “produto” um componente desse processo. Do contrário tratar-se-ia de um texto morto, como alguém já disse. Enfim, os textos que Bakhtin chamou de monológicos não são o objeto preferencial da linguística ecossistêmica, embora ela não os ignore, justamente por encarar seu objeto de uma perspectiva holística.

Um autor que tem uma posição muito semelhante à defendida aqui é José G. Hilgert. Ele afirma que “todo texto, como enunciado, é produto da enunciação, a qual pressupõe um *eu* enunciador, cuja existência institui um *tu* enunciatário. Tal fato implica admitir que todo texto tem natureza dialogal”. Ainda em sua opinião, “a natureza dialogal determina, portanto, a produção de qualquer tipo de texto, uma vez que, conhecendo o destinatário, o destinador atribuirá características específicas a seu texto em função do interlocutor”. Enfim, “o leitor e o ouvinte sempre serão participantes ativos na construção do texto” (HILGERT, 2002: 89), remetendo a Kerbrat-

Oricchioni. Na conclusão ele afirma que “qualquer texto tem natureza interacional, já que a existência do enunciado pressupõe o enunciador, ou seja, pressupõe um *eu* que se institui simultaneamente a um *tu*. Este princípio, portanto, atribui caráter dialogal a qualquer texto” (p. 121).

Linguístico-ecossistemicamente, o texto pode consistir de apenas uma oração, como *O caçador matou o leão*, ou *Eu matei o leão*, se o ato tiver sido praticado pelo próprio narrador (F). A oração declarativa pode ser considerada a **narrativa mínima**. Nesse caso, isolou-se o que F proferiu de todo o complexo da EIC. Mas, o texto pode se constituir de mais de uma oração, o que é mais comum, como a conhecida expressão atribuída a Júlio César (cerca 47 a.C.) *veni, vidi, vici*, ou seja, *Vim, vi e venci*. Apesar de curto, esse texto contém três orações declarativas, logo, já não é uma narrativa mínima, embora ainda bastante simples. Na verdade, quando se fala em texto, está se pensando em enunciados de dezenas, centenas e até milhares de páginas, como um romance. Quem enuncia *O caçador matou o leão* pode dar detalhes do evento, especificando de qual caçador se trata, que leão ele matou, onde e quando o fato se deu, porque e como ele o matou. É assim que devem ter surgido as narrativas orais, parte integrante da literatura oral de vários povos, muito provavelmente inclusive de nossos ancestrais. Voltarei a elas abaixo.

Como produto da interação comunicativa, o texto é um artefato, embora um artefato *sui generis*. Como qualquer artefato produzido pela tecnologia, ao produzir seu texto F pode manipulá-lo, inclusive pondo enunciados e/ou diálogos de outros em seu interior. Como veremos na versão narracional do exemplo abaixo, o manipulador do diálogo (ou semidiálogo) pode acrescentar o que acha que está faltando para construir uma sequência de orações com coesão, sem sair do que acha que era a intenção original de F. Nesse sentido, o texto pode também ser considerado como a terceirização de um diálogo, uma vez que é posto em discurso indireto e/ou indireto livre por um terceiro, que não é ELE₁ nem ELE₂. No momento da reformulação, o reformulador passa a assumir o papel de F, embora, de novo, um F *sui generis*. De qualquer forma, diferentemente da maioria dos demais artefatos produzidos em nossa cultura, o todo do texto não é a mera soma das orações que o compõem. Ele é maior do que elas. Isso pode ser entrevisto na própria palavra “texto”, aparentada de “textura”, “tessitura”, “tecido” e “tecer”, que envolvem estruturação, organização.

Eu disse que não iria citar nada da quilométrica lista de publicações que existem sobre texto. No entanto, pelo menos uma citação eu gostaria de fazer. Trata-se de uma curta caracterização de texto feita por (Halliday & Hasan, 1976: 1-2). De acordo com eles, texto é

[Um termo] usado na linguística para se referir a qualquer passagem – falada ou escrita – de qualquer extensão, que forma um todo unificado [...]. Um texto é uma entidade da língua em uso, não uma entidade da língua. Ele não é uma unidade gramatical, como uma oração ou um período,

e não é definido pelo tamanho [...]. Um texto é mais apropriadamente considerado uma unidade SEMÂNTICA; uma unidade não de forma, mas de conteúdo.

Vê-se, portanto, que, para esses autores, primeiro o texto é parte de uma interação comunicativa: “o texto é uma entidade da língua em uso”. Segundo, ele é definido pelo assunto: “um texto é mais apropriadamente considerado uma unidade SEMÂNTICA; uma unidade não de forma, mas de conteúdo”, que é justamente o que a linguística ecossistêmica defende. Tanto que na figura é o conteúdo (C) que se encontra na base, não a expressão (E). Terceiro, é só depois de tudo isso que o texto é encarado como um produto: “[Um termo] usado na linguística para se referir a qualquer passagem – falada ou escrita – de qualquer extensão, que forma um todo unificado [...]”. Quarto, o texto tem coerência e coesão internas, ele não é uma mera soma de palavras, frases, orações, embora digam que “ele não é uma unidade gramatical, como uma oração ou um período, e não é definido pelo tamanho”. Os autores deixam implícito que tem que haver uma amarração, uma tessitura, a fim de que haja a textura dada pela “sequencialidade” temporal, um antes, um durante e um depois (no nível natural), além de uma sequencialidade espacial. Tem que haver o reconhecimento individual da associação entre os elementos (nível mental), seguido do reconhecimento coletivo de tudo isso (nível social) (cf. MEY 2016).

A interação da qual o texto é um produto, a ecologia da interação comunicativa, é apenas uma das duas interações linguísticas fundamentais da linguística ecossistêmica, ou seja, a interação organismo-organismo da ecologia, no caso presente, interação pessoa-pessoa ou falante-ouvinte (F-O). Pois bem, a definição de Halliday & Hasan recém-vista, lembra a segunda interação fundamental da atividade linguística, que é o fato de F se dirigir a O para lhe falar de algo, o assunto ou conteúdo (C). Como esta é a relação organismo-mundo da ecologia, na interação comunicativa o conteúdo tem a ver com a interação pessoa-mundo (natural, mental, social). Essa interação pode ser referência (da perspectiva de cada palavra do texto), descrição, narração ou dissertação, da perspectiva do texto.

Gostaria de terminar esta seção salientando que a ecologia da interação comunicativa geralmente dá lugar a “textos” multimodais. Assim, além dos textos orais ou seus substitutos escritos, pode haver textos que constam de: a) ingredientes verbais (palavra) mais ingredientes imagéticos; b) palavra mais som (música); c) palavra mais imagem mais som (vídeos, cinema etc.); d) palavra mais recursos proxêmicos e/ou cinésicos; e) palavra mais recursos proxêmicos/cinésicos mais música e assim por diante. Como mostram os semioticistas, todo e qualquer dado de uma cultura pode ser usado em uma interação comunicativa, logo, em princípio pode aparecer nos textos dela resultantes. Na linguística ecossistêmica, a língua (L) está inserida no ecossistema linguístico, como se vê figura a seguir.

ECO-REBEL

P
/ \
L----T

Ecosistema Linguístico

A cultura (C) está em um nível superior, num esquema exatamente igual, como se vê na figura a seguir, reproduzida de Couto (2017).

P
//\
/ / \
C--L----T

Ecosistema Cultural (CPT)

Ecosistema Linguístico (LPT)

Vale dizer, L é parte de C; a língua é parte da cultura, assim como o ecossistema linguístico é parte do ecossistema cultural. Não é de estranhar, portanto, que textos possam ser multimodais. Não é de estranhar tampouco que em seus atos de interação comunicativa os usuários da língua possam lançar mão de qualquer dado de sua cultura. A cultura é semiótica, sígnica, logo, é linguagem e, como linguagem, é comunicação (COUTO, 1981).

3. O texto narrativo

Linguístico-ecossistemicamente, e de um ponto de vista técnico, a narrativa é uma interação organismo-organismo relacionada a uma interação organismo-mundo. É a descrição de um evento para alguém. A hipótese mais plausível é a de que, filogeneticamente, os primeiros textos foram narrativas de experiências vividas pelos indivíduos da comunidade, como uma caça, ou seja, sua experiência com o mundo natural. Ao voltar de uma caça à tarde, por exemplo, um desses indivíduos deve ter tentado relatar a alguém ou a todo o grupo o que vivenciou (nível natural). Eventualmente, ele pode ter repetido esse tipo de narrativa individual, com o que deve ter começado a haver uma certa memória de fatos narrados na sua mente (nível mental). Com o passar do tempo, outros membros do grupo podem ter imitado esse primeiro narrador, emergindo sessões de narração, o que levou a narração a ser conhecida por toda a comunidade, ou seja, o fato começou a se coletivizar, passando a fazer parte da memória coletiva da cultura do grupo (social). Aparentemente, o mesmo deve ter acontecido no surgimento dos provérbios e das palavras e expressões da língua em geral. Vale dizer, o surgimento da língua e da própria cultura. Até os

ECO-REBEL

dias de hoje, ontogeneticamente, o surgimento desses fatos culturais deve seguir o mesmo percurso, ou algo semelhante.

Depois de as sessões de narração de eventos terem passado a fazer parte da cultura do grupo, certamente devem ter surgido alguns padrões; alguns hábitos foram se fixando. Com isso, foi surgindo o vocabulário necessário para a atividade de narração. Bem mais tarde, o narrador deve ter passado a usar algum termo para se referir a todas as entidades que compareciam em sua narração. Entre elas, o nome do animal que ele viu e/ou matou, as dificuldades que teve etc. Mas, ele teve necessidade de referir-se a si mesmo, com o que termos como *eu, me, mim, comigo* foram surgindo no emergente modo de os membros do grupo interagirem entre si. Mais tarde, a narrativa pode ter sido sobre algo que foi feito ou praticado por outra pessoa, portanto, o narrador falará em *ele (a)*. Aliás, *ele* certamente era usado também para caracterizar o objeto da narrativa, pelo menos quando as sessões de narração passaram a ser praxe.

A esmagadora maioria das teorias linguísticas, e não linguísticas, têm horror a qualquer menção ao mundo natural, ao mundo extralinguístico. No entanto, quando olhamos as coisas a fundo, sem preconceitos teóricos, as tipologias dos textos não fazem outra coisa que não seja classificá-los de acordo com aquilo de que tratam. Ora, o de que tratam os textos não é nada mais nada menos do que o assunto ou conteúdo (C), algo exterior à linguagem, o mundo (natural, mental, social). A única situação em que o texto não é classificado assim é a do texto artístico (e, talvez, a da lógica). Mas, nesse caso, trata-se de algo que certamente surgiu em época bem mais tardia. Na linguística ecossistêmica, todo enunciado assertivo (informação, declaração etc.) é resposta a uma pergunta mesmo que tácita. Esse enunciado pode ser afirmativo (*o caçador matou o leão*) ou negativo (*o caçador não matou o leão*). Mais genericamente, ele é uma satisfação a uma solicitação. Assim sendo, ao produzir um texto aparentemente monológico, o autor está "pressupondo" uma solicitação do potencial leitor, está de certa maneira levando-o em conta, supondo que alguém terá interesse em lê-lo, procurá-lo-á, o que é uma forma de indagação, de pergunta. O texto em si só se completará com a sua recepção pelo leitor que, em princípio, tentará recuperar a "intenção" do escritor. Só assim o texto estará em consonância com a dinamicidade (dialogicidade) da linguagem.

Uns tempos atrás eu estudei detalhadamente as narrativas africanas da Guiné-Bissau, presentes no crioulo português local, mas que, na verdade, são continuação das narrativas tradicionais étnico-africanas. Na prática de narração dessas *storias*, como elas se chamam em crioulo, o caráter dialógico fica patente. O narrador se dispõe a narrar dizendo *ier ier*, ou seja, algo como "era uma vez". A audiência responde *iera certu*, mais ou menos "é verdade, era uma vez". Após esse preâmbulo, ele começa a contar a história. Ao terminar, geralmente ele diz *sin storia kaba*, "e assim a história termina" (Couto, 2009). Na tradição africana elas estiveram sempre associados ao canto, às vezes até de pássaros.

Nas adivinhas o caráter interlocucional é mais patente ainda. Certa feita, eu solicitei a alguém que me contasse algumas adivinhas para eu gravar. Com isso, ele propôs a fórmula tradicional *dibinha, dibinha*, algo como “o que é, o que é”, mas não exatamente igual, pois, para a brincadeira da adivinha ter continuidade a audiência precisa responder *dibinha certu*. Como eu não respondi, ele ficou parado, esperando. Nisso, alguém da audiência percebeu que eu não conhecia as regras do jogo da adivinha e respondeu por mim *dibinha certu*. Nisso meu informante propôs a adivinha: *I ta leba kumida, ma i ka ta kumell/kujer*. Em português seria: “Ela leva a comida, mas não a come”. Resposta: “a colher” (COUTO, 2005).

4. Outros tipos de texto

Em termos tradicionais, temos diversos outros tipos de texto, além dos textos narrativos, os descritivos e os dissertativos. Na verdade, toda narração é também um tipo de descrição. A diferença entre as duas, se é que se trata de diferença, é que a narração descreve um evento, algo se desenvolvendo. A descrição descreve algo estático. Assim sendo, as duas se entremesclam. Em toda narração pode haver algum tipo de descrição, e toda descrição pode conter algum tipo de narração. O texto “O pidão, o ladrão e o assassino” apresentado abaixo já sugere alguns exemplos disso.

Um membro de uma tribo africana há milhares de anos atrás com certeza deve ter sentido a necessidade de descrever algo do cenário em que o evento narrado se desenrolou. Pode ter querido descrever algo do animal caçado, seu tamanho, sua ferocidade e assim por diante. De qualquer forma, a modalidade de texto descritivo deve ter emergido em uma época posterior ao aparecimento da narrativa. Por fim, devem ter surgido os comentários sobre a valentia do caçador, que era muito corajoso, que mesmo enfrentando perigos não se acovardou e continuou tentando abater o animal feroz. Nesse ponto, o narrador estará expressando sua opinião, ou seja, não está narrando nem descrevendo nada, apenas comentando. Aí surgiram os textos abstratos, que se tem chamado de dissertativos. É claro que atualmente há uma grande quantidade de classificações dos textos abstratos, mas todos são, ao fim e ao cabo, dissertativos.

A própria narrativa de eventos concretos vivenciados pelo narrador levou a outro tipo de texto, o ficcional. Se a linguagem é aquilo que permite mentir, como disse Umberto Eco, após adquirir experiência na arte de narrar fatos vividos, o narrador pode ter percebido que poderia narrar também fatos de que ouviu falar, narrados por outros. Daí para a invenção de “eventos”, “fatos” foi um pulo. Estava nascendo a ficção. Só mais tarde surgiram outros tipos de texto, como os filosóficos e os poéticos, pelo menos na feição formal que passaram a ter.

5. Discussão

Deve ter ficado patente desde o início que o texto pode ser oral ou escrito, talvez mais oral do que escrito, sobretudo no dealbar das sociedades humanas. Mesmo assim, grande parte das definições de texto que vemos por aí fala em texto escrito. Nossa cultura o supervaloriza. Tanto que já os latinos diziam que *verba volant, scripta manent* “as palavras voam, a escrita fica”. No entanto, nas culturas étnicas tradicionais (africanas, ameríndias, polinésias etc.) o que existe são “as palavras”, ou seja, a oralidade. A tal ponto que o sábio maliano Hampaté Bâ disse que quando morre um ancião na África é como se uma biblioteca inteira se queimasse.

Com o advento da galáxia de Gutenberg, ou seja, a invenção da imprensa, a escrita passou a ter uma enorme importância para nossa cultura, uma vez que guarda textos de modo relativamente econômico, frente aos manuscritos. Tornou-se possível a existência de diversas cópias do “mesmo” texto. Há uma diferença muito grande em relação à pintura e à escultura, que não admitem “cópias”. Estas até podem ser feitas, mas são altamente malvindas. Fazer cópia de um quadro de um pintor famoso e tentar vendê-la como se tivesse o valor do original é até considerado crime. Nesse sentido, o texto se assemelha mais a uma peça musical, que pode ser reproduzida em diversas partituras e ser representada de diversas maneiras, sem que se pense que se trata de uma fraude. Pelo contrário, é perfeitamente legítimo.

Por fim, gostaria de dizer que a superênfase dada ao texto, frente à fala natural, dialógica, é reveladora da visão de mundo capitalista ocidental, que valoriza mais os artefatos criados pelos humanos do que os “produtos” da natureza. A tal ponto que o ex-primeiro-ministro italiano Aurelio Peccei, presidente do Clube de Roma, disse que os humanos dão mais importância ao mundo artificial que criaram do que ao mundo natural que os criou. Os textos são criação humana, logo, são artificiais relativamente à interlocução, que é a situação prototípica, primeva da linguagem humana. A interação comunicativa, que é a essência da língua, é também sua faceta mais próxima do natural. Com efeito, todo ato de interação comunicativa (AIC) se dá entre duas pessoas de carne e osso, em um lugar físico determinado e em determinado momento do tempo. O processo como um todo constitui a ecologia da interação comunicativa (EIC). O AIC é visto como um todo, um processo. O texto é, ou deveria ser, produto de atos de interação comunicativa, o que significa que ele está, ou deveria estar, inter-relacionado com o todo da EIC.

6. Exemplo de diálogo convertido em texto narrativo

O texto a seguir é, na verdade, um misto de diálogo com descrição e narração. Ele foi narrado por Amadeu Cassiano, semianalfabeto, conhecido localmente como o Ferro Veio, da localidade de Major Porto, município de Patos de Minas (MG), em 1973. Apresento-o primeiro na versão original, tal qual Ferro Veio o narrou. Em seguida, apresento uma versão “monológica” dele feita

por mim, transformando o discurso direto em discurso indireto. Por fim, exponho essa segunda versão em português estatal, normalmente chamado de “português padrão”.

O PIDÃO, O LADRÃO E O ASSASSINO

Texto 1: Dialógico

Um homem (H) recebeu a visita de um estranho (F), que disse pa ele:

- F: Ocê tem três fio. Todo os três com a sorte muito rúim.

- H: Mais, por que que o senhor sabe que a sorte dees é rúim?

- F: Uai, porque um vai sê pidão, o oto vai sê ladrão e o oto vai sê assassino. O home ficô muito dimirado e disse:

- H: Isso num é possive, não pode ser! Meus fio é tudo ativo, vô estudá es tudo.

E garrô estudô os menino tudo, gastô quase tudo que tinha pa estudá os menino. Um formô pa padri, oto pa divogado e oto pa dottor. I formô tudo.

Passado uns vinte e tantos anu, já tava tudo home, habilitado, cada um nos seus ofiço. Chegô o estranho lá travez:

F: Cum é que é?

Texto 2: Descritivo-narrativo

Um dia um home recebeu a visita de um estranho que disse pra ele que seus treis fio ia tê uma sorte muito rúim. Aí o home perguntô porque ele pensava assim. O estranho respondeu dizeno que um ia sê pidão, o oto ia sê ladrão e o oto ia sê assassino. O home ficô dimirado e disse que isso não era possive porque seus fio era tudo ativo e ele ia estudá es tudo. E garrô estudô os menino tudo, gastô quase tudo que tinha pa estudá os menino. Um formô pa padri, oto pa divogado e oto pa dottor. I formô tudo. Passado uns vinte e tantos anu, já tava tudo home, habilitado, cada um nos seus ofiço, o home chegô lá travez e perguntô o que os treis menino tinha virado.

Texto 3: Adaptação para o português estatal

Certa feita um homem recebeu a visita de um forasteiro, que disse que os três filhos de seu anfitrião teriam uma sorte muito ruim. Por isso o homem quis saber porque ele sabia que a sorte deles seria ruim. O visitante acrescentou, após um "uai", que um seria pidão, outro seria ladrão e o outro assassino. O anfitrião achou que isso era um absurdo, que não havia como saber isso de antemão. Afinal, seus filhos eram muito inteligentes e ele iria lhes dar estudo.

É o que o anfitrião fez, pôs os filhos em boas escolas, gastando quase tudo que tinha. Um se formou como padre, outro como advogado e outro como médico. Enfim, todos se formaram. Passados uns vinte e tantos anos, estando os filhos já todos habilitados em suas respectivas profissões, o forasteiro os visitou de novo. Ele se virou para o anfitrião querendo saber qual era a profissão de cada um de seus filhos. Foi aí que ele se deu conta de que o visitante lhe havia dito que seus filhos seriam, respectivamente, pidão, ladrão e assassino.

Essas três versões do texto são interessantes no presente contexto. Elas representam um movimento que vai do que é mais natural na linguagem ao que é menos natural. A primeira apresentação do evento (Texto 1) fez uso intensivo de diálogo, apenas entremeando-o de

passagens explicativas, tal como acontece em uma peça de teatro que, talvez, seja o texto mais próximo do ideal linguístico-ecossistêmico. A segunda versão (Texto 2) simplesmente converte a exposição dialogada em descrição-narração, o que seria um distanciamento de primeiro grau do ideal ecolinguístico. A terceira versão (Texto 3) representa é um distanciamento de nível três, bem mais distante de um fluxo interlocucional.

7. Observações finais

O tema “padre pidão” era relativamente comum no local naquela época. O de “advogado como ladrão”, embora um pouco menos, também era comentado na mesma época. O que é preciso explicar é porque o médico foi encarado como “assassino” na história. É que por volta da década de quarenta e cinquenta do século passado esteve no local um tal de Agripa Vasconcelos que se dizia médico. Ele teria “matado” várias pessoas, fazendo cirurgias a frio, sem nenhuma anestesia. Depois, ele se tornou um famoso escritor, chegando a membro da Academia Mineira de Letras. Esse tema hoje em dia não apareceria em narrativas locais, pois a memória da presença desse “médico” já se apagou. Isso aponta para o fato de o texto estar intimamente ligado ao cenário em que foi produzido. Não apenas a ecologia da interação comunicativa em que emergiu, mas também a comunidade de fala em que a EIC se deu.

Como o texto dialógico é produzido em uma EIC concreta, muita coisa fica subentendida. Com isso, ele parece um tanto cheio de “lacunas”, de elipses, anacolutos e outras características. Na interação comunicativa o que importa é o entendimento, portanto, tudo que pode ser omitido em um AIC concreto geralmente é omitido. Os interlocutores compartilham muitas informações, de modo que dificilmente há incompreensões, incomunicação. Em suma, o texto espontâneo é o dialógico. O narrador preferiu a forma normal de uso da linguagem, o diálogo, mesmo que parcialmente. Ele poderia ter contado a história já como se vê na versão monológica que eu fiz, sob a forma de texto narrativo. No entanto, ficou no que é mais natural na linguagem, a interlocução.

Uma outra prova de que a interlocucionalidade é a situação normal da linguagem é que pode acontecer de a criança fazer “narrativas” a quem estiver por perto apenas pela interação pessoa-pessoa, ou seja, sem se referir a algo, a interação pessoa-mundo. É o caso de Aninha, que com aproximadamente um ano de idade

imitava o ritmo das narrativas que ouvira, às vezes usando apenas marcadores de discurso como “aí”, ou seja, sem usar palavras. Isso mostra mais uma vez que a essência da linguagem é a interação. Aninha estava “narrando-interagindo”, mesmo sem se referir a nada, apenas obedecendo as regras interacionais da língua. Isso mostra, adicionalmente, que o ritmo da narração é muito importante, a tal ponto que a criança o aprende antes de ser capaz de narrar fatos efetivamente ocorridos. O texto monológico está bem distante dessa situação prototípica.

Eu gostaria de salientar que minha intenção não foi desvalorizar o texto. Nos dias atuais, ele é parte integrante de nossas vidas, assim como os produtos dos supermercados. O linguista marxista italiano Ferruccio Rossi-Landi trata da língua como “trabalho” (interação) e como “mercado” (comunidade). As mensagens e os textos seriam “mercadorias”. De acordo com ele, “são as mensagens [=textos], não as palavras, que correspondem às mercadorias” (Rossi-Landi 1985: 163), embora às vezes ele deixe transparecer que as palavras também são mercadorias. Em outra passagem, o autor diz que “as palavras são, portanto, homólogas às partes constitutivas de um utensílio” (p. 191). O que eu quis mostrar é que o texto não é a manifestação mais natural da atividade linguística. Ele é um produto tardio, derivado, embora atualmente imprescindível para nossa civilização.

Nota

*Mesmo quando se tratar de texto escrito, preservo o símbolo F e O para emissor e receptor, respectivamente, para ressaltar o caráter originária e primordialmente oral da linguagem e de suas manifestações. Isso se justifica porque uma vez que determinado termo ou símbolo é introduzido no contexto de um modelo teórico, passa a ter exclusiva e univocamente o valor que lhe foi atribuído na teoria. De alguma forma ele se liberta de sua origem.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981, 2ª ed.
- COUTO, Hildo Honório do. *Ridendo discitur. Littera: Revista brasileira para professor de português e deliteatura de língua portuguesa*, Ano VI, número 16, 1976, p. 32-36.
- _____. *Semiótica da cultura e tradução*. In: Mattos, Delton de (org.). *Estudos de tradutologia* I. Brasília: Kontakt, 1981, p. 9-32.
- _____. *A redação como libertação*. Brasília: Editora da UnB, 1988 (Curso de Extensão Universitária à Distância).
- _____. *As adivinhas crioulo-guineenses: uma perspectiva ecocrítica*. In: ENDRUSCHAT, Annette & Axel SCHÖNBERGER (orgs.) *Portugiesische Kreolsprachen: Entstehung, Entwicklung, Ausbau und Verwendung*. Frankfurt/Main: Domus Editoria Europaea, 2005, p. 107-120.
- _____. *As narrativas orais crioulo-guineenses*. *Papia* 19, 2009, p. 51-68.
- _____. *O tao da linguagem: Um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. *Linguística ecossistêmica. Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)* v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/15135/10836> (acesso: 16/10/2015).
- _____. *Ecossistema cultural*. In: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/> (acesso: 10/07/17).
- COUTO, Hildo H. do; COUTO, Elza K. N. & BORGES, Lorena O. *Análise do discurso ecológica – ADE*. Campinas: Pontes, 2015.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989, 21ed.
- HALLIDAY, Michael A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.
- HARRÉ, Rom; Jens BROCKMEIER & Peter MÜHLHÄUSLER. *Greenspeak: A study of environmental discourse*. Thousand Oaks, Cal.: Sage, 1988.

ECO-REBEL

HILGERT, José Gaston. A colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante – um caso de interação intraturno. In: PRETI, Dino (org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFCL-USP, 2002, p. 89-124.

MARÍAS, Julián. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1960.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: As bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 9ed., 2011.

MEY, Jakob L. Sequencialidade: por uma ecologia do texto. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 2, n. 2, 2016, p. 4-14. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/> (acesso: 04/10/2016).

ROSSI-LANDI, Ferruccio. *A linguagem como trabalho e como mercado*. São Paulo: DIFEL, 1985.

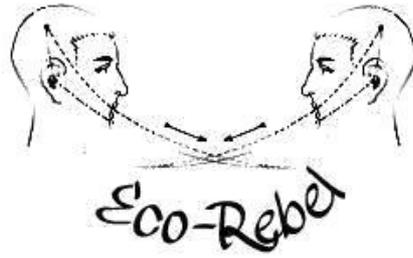
TODOROV, Tzvetan. O texto. In: DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1988, p. 267-271.

Recebido: 20/05/2017

Revisado: 10/07/2017

Aceito: 15/07/2017.

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 3, n. 2, 2017.



O TRAJETO E A RUA: A LINGUAGEM DA CIDADE E A SOCIALIDADE URBANA

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG)

Antonio Busnardo Filho (FIAM/FAAM)

R e s u m o : O objetivo deste ensaio é mostrar que o meio ambiente natural da língua se desdobra em meio ambiente natural propriamente dito e meio ambiente construído. Neste último entra a cidade, um dos construtos mais conspícuos da faina humana. A cidade será encarada como linguagem que, na linguística ecossistêmica é vista como interação. Partindo do pressuposto de que tudo nesse meio ambiente construído tem valor semiótico, ou seja, significa algo para os moradores, as atividades deles são vistas como um pôr em prática essa linguagem. Viver na cidade, andar por ela, usufruí-la é uma espécie de ato de interação comunicativa. Mas, nem tudo são flores. Há alegrias, mas também sofrimento, como é normal na vida.

P a l a v r a s - c h a v e : Meio ambiente construído, cidade, linguagem.

A b s t r a c t : The objective of this essay is to show that the natural environment of language unfolds in natural environment proper and built environment. The latter includes the city, which is one of the most conspicuous construct of human activity. The city will be considered as a kind of language, which in ecosystemic linguistics is defined as interaction. Since everything in this built environment has semiotic value, i. e., means something for its inhabitants, their activities (behavior) are seen as a kind of acts of communicative interaction. To live in the city, walk through it, enjoy it, is to communicate. However, there is also a bad side to it. There are moments of happiness, but also of suffering, as usual in life.

K e y w o r d s : Built environment, city, language.

1. Introdução

A proposta da pesquisa tem como foco principal o estudo da percepção do espaço urbano e sua representação subjetiva, comparada à lógica do mapeamento urbano, por meio da narrativa dos agentes/atores que perfazem trajetos cotidianos – habituais, na maioria das vezes –, para ir ao trabalho ou à escola. Com esta percepção, o que se pretende é demonstrar a importância da rua para a estruturação do espaço da cidade e para a convivialidade dos cidadãos, como espaço de socialidade. Como espaço de manifestações culturais que definem o sentido de apropriação, de territorialidade, de direito ao espaço urbano. Desse modo, segue uma metodologia interdisciplinar, que propõe um olhar sobre a cidade complementar da ecolinguística. Procura-se

pela a percepção prática da cidade que se justapõe e define o imaginário dos cidadãos urbanos, na compreensão e reconhecimento do "outro", do desconhecido, que existe na própria pessoa. O estudo do trajeto como forma de apropriação do espaço urbano é, também, um estudo do convívio e da socialidade como forma de amenizar a violência que se instaura, quando as ruas não são ocupadas; é um estudo da trajetividade do espaço urbano, em busca de uma redenção da cidade, mas também, um estudo da relação com o espaço, muito próximo da questão do mapa mental (COUTO, 2017). O diálogo com a ecolinguística se mostra também pelo fato de levar em conta não só as pessoas (P) mas também o espaço (T), apropriado simbólica e fisicamente pelas primeiras.

2. Ecolinguística

O assunto em tela se adéqua perfeitamente ao arcabouço teórico da ecolinguística. Afinal, ela tem sido definida como sendo o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Meio ambiente (MA) que precisa ser claramente delimitado, a fim de evitar uma reificação da língua, fato que acontece com a esmagadora maioria das teorias linguísticas ocidentais.

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro o que se entende por MA na ecologia biológica, a principal fonte de inspiração para a variedade de ecolinguística que praticamos, a linguística ecossistêmica. Na ecologia, ele é entendido como sendo o *habitat*, o meio em que a população de organismos vive. Aí se trata de relação entre organismo e seu meio, ou meio ambiente.

Quando se fala em MA da língua, porém, trata-se do *locus*, o lugar em que se dão as interações que constituem a língua. Por outras palavras, não se trata de relações entre uma “coisa” chamada língua e outra coisa, que é seu meio ambiente. Isso porque língua é o equivalente das interações que se dão no ecossistema biológico, ou seja, ela é interação, como se pode ver comparando (a) o ecossistema biológico e (b) o ecossistema linguístico da figura a seguir. No caso, em (a) P está para população de organismos, T para território/meio, I para interações ecológicas; em (b) L está para interações linguísticas. Isso significa que $I = L$.



Como se pode ver, um dos componentes mais importantes da linguística ecossistêmica é o espaço, meio ou território em que os falantes da língua vivem e convivem. Sem território (T) não há população (P) e sem população não há interação (I) nem língua (L). O espaço é imprescindível

ECO-REBEL

para a existência não só da língua como sistema, como mostra o modelo do ecossistema linguístico, mas também para cada ato de interação comunicativa, que tem que se dar em um lugar e um tempo específicos.

Sabemos também que o MA da língua pode ser natural, mental e social. Atendo-nos ao natural, é preciso reconhecer que, na verdade, o **MA natural da língua** se subdivide em (a) **MA propriamente natural** e (b) **MA construído**. A grande maioria da população não só do Brasil, mas do mundo inteiro, atualmente vive em MAs construídos, ou seja, em cidades. O MA propriamente natural é constituído, como Sapir já havia mostrado (SAPIR, 2016), por “topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo”. O MA construído, por seu turno, é constituído basicamente por cidades e seus traçados, além de estradas e outros ambientes construídos pelos humanos.

O traçado da cidade de certa forma reflete a mentalidade de seus habitantes, seus hábitos, sua cultura. Brasília, por exemplo, foi detalhadamente planejada, tanto que seu núcleo, o chamado Plano Piloto, apresenta o formato de um avião com suas asas e tudo mais. No entanto, a pressão habitacional dos imigrantes vindos dos mais diversos rincões do país fez surgir não só cidades-satélites, mas também toda uma periferia favelizada. O processo foi acirrado por administradores populistas que estimulavam “invasões” para, depois, angariar o voto de seus ocupantes. As casas da “invasão” que passou a ser chamada de Estrutural, ao lado da via do mesmo nome entre o Plano Piloto e Taguatinga, foram construídas aos deus-dará: cada um chegava e construía seu barraco como podia, no lugar que conseguia. Com isso, hoje ela é constituída de ruas irregulares e tão estreitas que os caminhões da administração têm dificuldade de passar por elas. Enfim, pode até ser “muito bonito e democrático”, mas nada prático. E quem sofre diretamente as consequências são os pobres moradores. Os políticos que estimularam a invasão, em vez de procurar dar condição de vida digna a eles, só se lembram deles na época das eleições.

Por outro lado, o traçado das cidades determina em grande parte a interação entre as pessoas que nela moram. Quem mora em uma cidadezinha do interior frequentemente se espairose em um banco na calçada, cumprimenta todo mundo que passa. Ele mesmo frequentemente anda pela rua cumprimentando os vizinhos. Os habitantes dos arranha-céus das grandes cidades, por outro lado, mal conhecem o vizinho da porta ao lado. Há casos em que quando passam umas pelas outras, as pessoas olham para o chão ou para o lado para não se cumprimentarem.

A convivência fisicamente próxima, mas sem envolvimento, está gerando uma mudança de comportamento. Além das neuroses e da agressividade geral no trânsito, por exemplo, a família está se esfacelando. A violência está chegando a graus paroxísticos. A vida do outro não vale nada. O outro não é mais o “próximo”, como no cristianismo, mas um potencial agressor, assaltante etc. Como os estudiosos de comportamento animal (etologia, sociobiologia etc.) têm

demonstrado, qualquer espécie animal cujos membros se veem amontoados em um pequeno espaço começa a dar sinais de anomia, de agressividade e outras patologias.

3. O meio ambiente construído como linguagem

Em um interessante artigo intitulado “A cidade na linguagem e a linguagem na cidade”, publicado em espanhol, os autores começam fazendo uma comparação da cidade com a natureza, obra de Deus, desde Vitruvio, logo, com o corpo humano, e até com a mulher. São comuns metáforas como “coração da cidade”, “as artérias”, “a circulação”, “pulmão” (as áreas verdes) etc. Depois como máquina, reportando-se a Ítalo Calvino. Partindo de exemplos como Nova Iorque, Montreal, Madri e Barcelona, os autores tomam a cidade como um ecossistema, de uma perspectiva ecolinguística, citando Harald Haarmann. Nesse ecossistema há uma grande diversidade de línguas e de variedades da mesma língua. Com isso, é na cidade que as mudanças linguísticas geralmente começam, dada a intensidade menor das interações linguísticas nas zonas rurais. O artigo termina pela seguinte asserção: “A cidade se mostra como a paisagem linguística por excelência” (PEÑALTA CATALÁN; MUÑOZ CARROBLES, 2010, p. 90).

Quanto a nós, vimos que, para a ecolinguística, a língua só existe se há um povo que a use. Esse povo, por seu turno, só será povo e terá uma língua se seus membros conviverem em determinado lugar. Esse lugar, que junto com a população constitui o meio ambiente da língua, é o que se tem chamado de território. Sabemos que meio ambiente da língua pode ser de três naturezas: natural, mental, social (COUTO; COUTO; BORGES, 2015). No momento, vamos nos concentrar no meio ambiente natural da língua. Mas, quando o território é urbano, o que temos é mais o meio ambiente natural, especificamente o meio ambiente construído.

Como meio ambiente construído (urbanismo) a cidade é uma expressão proxêmica da sociedade que a forma e habita. Se é expressão, comunica algo. Se comunica algo é linguagem. A cidade é de natureza semiótica, cada aspecto dela representa algo para seus habitantes. Considerando-a como uma comunidade de fala, no sentido ecolinguístico, o seu espaço é o lado T (território) dessa comunidade. E aqui temos uma grande novidade para a linguística ecossistêmica e até para o signo de Peirce. O conhecido tripé ecolinguístico reproduzido abaixo, não admite uma relação direta entre L (linguagem) e T, fato representado pela linha segmentada entre eles. Mas, o meio ambiente construído, que é o T da cidade, parece ser uma exceção a isso. Vale dizer, a cidade como linguagem mostra que há sim uma relação direta entre T (meio ambiente construído) e linguagem porque, se é construído é, como acabamos de ver, de natureza semiótica, é linguagem (L). Isso pode ser visualizado na parte (a) da figura supra.

Quem construiu cada detalhe do T da comunidade em questão queria dizer algo aos demais habitantes: “isso é meu” (minha casa), “isso é para uso da prefeitura” (prédio da prefeitura), “isso é para se dar aula” (escola) etc. Cada detalhe urbano representa algo e, como dissera Peirce, para

ECO-REBEL

alguém, parte do lado P do tripé. Trocado em miúdos, o T da comunidade urbana é uma exceção à regra de que não há relação direta entre L e T porque esse T é linguagem.

É no meio ambiente construído que se encontra a questão da arquitetura e do urbanismo. As cidades têm um traçado, que constitui uma malha, uma rede de ruas e avenidas, uma rede de canalização de água, outra de esgoto, outra de fiação elétrica e muitas outras. Alguns autores têm dito que o traçado das cidades tem tudo a ver com a mentalidade de seus habitantes, que a reflete. Outros dizem que esse traçado é que direciona o comportamento dos habitantes.

É bem provável que as duas posições estejam parcialmente certas. Há cidades que surgiram espontaneamente, com ruas tortuosas, que terminam inopinadamente, com outra que começa logo ao lado, também terminando de modo inesperado. Há muitos becos sem saída, as ruas são às vezes demasiadamente estreitas e assim por diante. Enfim, para alguns observadores, trata-se de um traçado caótico. Tudo isso pode ocorrer com cidades inteiras, mas pode se dar também no surgimento de bairros.

É nos bairros que vamos nos concentrar aqui. Todas as cidades brasileiras têm bairros que surgiram por “invasão”. Um grupo de pessoas pobres de repente chega com papelões, tábuas, todos os seus pertences e, de um dia para a noite (ou da noite para o dia) montam um bairro inteiro. Como cada um “constrói” sua casa como e onde quer (e pode), sem o mínimo planejamento, além de açodadamente antes que a polícia chegue, acaba surgindo um bairro como acaba de ser descrito. Em Brasília, estimulados por um político populista, isso aconteceu em grande quantidade, como no já mencionado bairro da Estrutural. É claro que isso ocorre devido à exclusão que essas pessoas sofrem, ao lado da opulência de políticos corruptos do Plano Piloto, do Lago Sul e do Lago Norte.

Para aplacar um pouco a pequena consciência que esses políticos têm, projetam bairros populares, relativamente planejados. As ruas são bem traçadas, as casas são construídas todas em alvenaria. No entanto, são todas iguais, as firmas contratadas para erguê-las geralmente superfaturam, usam material de segunda, enfim, fazem tudo para economizar o máximo que puderem. Com isso, logo começam a aparecer rachaduras, infiltrações, vazamentos, as paredes começam a descascar, o reboco começa a cair e assim vai, numa interminável ladainha de irregularidades.

Essas e outras questões urbanas já haviam sido investigadas pelos membros da Escola de Sociologia Ecológica de Chicago, cujos líderes eram Ernest Burgess e Robert Park. Já na década de 20 do século passado, eles dividiam a cidade em zonas concêntricas, que incluíam o distrito comercial central, zonas de transição, próximas às quais ficavam as elites e a extrema periferia, habitada pelos pobres que dependiam de transporte coletivo para ir trabalhar no centro e voltar para casa.

Essa escola associou pela primeira vez determinados grupos sociais com determinadas regiões da cidade. E, como se vê, a periferia sempre esteve relacionada com pobreza. Nessas condições, as

interações dos indivíduos com membros da própria família eram altamente prejudicadas. Frequentemente os pais viam os filhos apenas nos fins de semana. Tudo isso comunica algo, é linguagem.

4. A cidade, a rua, o trajeto

Aproximando o pensamento de Sapir (2016) e o de Berque, pode-se perceber que a relação do MA, o território, é transformado pelo MA construído – as cidades -, criando o ambiente apropriado para o ser humano viver, devendo ser, a princípio, uma relação “geográfica e ontológica” (BERQUE, 1987, p. 16) ou ‘ecumene’, como o autor chama. Aí a “terra é humana, e terrestre a humanidade” (...) O ecumene, é o conjunto e a condição dos meios humanos, naquilo que eles têm de propriamente humano, mas não menos de ecológico e de físico. Isto é, o ecumene, que é plenamente a moradia do ser humano”. Portanto, uma relação “às vezes, ecológica, técnica e simbólica da humanidade sobre a superfície terreste” (p. 17). É nesse espaço de trocas geográficas e ontológicas que surge a cidade, e que num processo fenomenológico permite ao homem compreender e vivenciar este espaço construído. Ainda com Berque (1993), a cidade é o mesocosmo, sendo a casa, o microcosmo, e a natureza o macrocosmo. Neste ensaio a ênfase será dada à percepção do mesocosmo.

A percepção do espaço urbano é o reconhecimento de um ambiente que se estrutura a partir de áreas construídas, os edifícios, áreas vazias – as praças - e locais de passagens, como ruas, calçadas, pontes, viadutos, e de todos os demais equipamentos necessários para dar suporte à vida das pessoas que habitam esse espaço. Na história da formação da cidade, os espaços vazios, parecem ter sido consequência da ocupação do território – isto, na Idade Média -; ou mais distante, no neolítico, esse espaço era o espaço comum do grupamento humano. Um espaço de reunião para a divisão da caça, a manutenção do fogo, a reunião do conselho dos mais velhos, a exemplo das tribos indígenas do Brasil e das tabancas africanas. Na Idade Média, pelo fato de as cidades se formarem ao redor de castelos ou igrejas – fontes de trabalho -, o agrupamento seguia o perfil do terreno, e as casas eram construídas ladeando as sendas e caminhos, num processo muito diferente das “invasões” modernas, cujos arruamentos emergem de modo inteiramente aleatório. Esses espaços de deslocamento eram na maioria das vezes estreitos e fechados sobre si mesmos.

É lógico que a orientação dessas grandes edificações eram pensadas, a partir de sua localização, de acordo com a vista, enquanto estratégia e proteção, definindo o formato do território e a importância do portão de entrada, que geralmente levava à entrada da igreja ou do castelo. A forma urbana esteve sempre relacionada ao terreno onde a cidade se implantava e adquiria, como na Grécia, uma importância política, ou era definida pelo auspício dos deuses, como a cidade etrusca, romana, principalmente. No entanto, não se deve deixar de dizer que essas duas dimensões da cidade eram consideradas no momento de sua fundação. O que de fato dominava o

ECO-REBEL

pensamento na fundação da cidade antiga era a sua orientação, conforme os pontos cardeais. Assim, Roma teve dois grandes eixos, o *Cardo* (norte – sul) e o *decumanus* (este – oeste). Detalhes teóricos sobre essas orientações podem ser encontrados em Couto (2012).

Essa não é a primeira preocupação urbanística, mas é a marca que ficou de culturas mais evoluídas (grega e etrusca) para a organização do espaço da cidade. O espaço da cidade, e a própria cidade, se organizava sem a necessidade, ou preocupação, de normatizar o método de fundação e sem a preocupação de definir o território; mas sempre se aconselhava que a cidade estivesse em local de fácil acesso, próximo a água, que pudesse tirar partido do campo, e que se situasse num lugar com facilidade de defesa, em caso de ataque. Talvez seja somente a partir do séc. V a. C. que se tenha a primeira preocupação com a morfologia urbana. Quando da reconstrução da cidade de Mileto, surge um plano quadriculado, levado da Jônia para a Grécia, por Hipódamo. Esse plano organizava o espaço da cidade pela separação de zonas, da ágora, dos santuários, a do *emporion* (setor comercial) e os setores residenciais (HAROUËL, 1990).

Essas preocupações permaneceram na formação da cidade romana antiga e, aparentemente, se perderam na formação das cidades medievais, que tinham um traçado mais espontâneo e de acordo com o terreno. No séc. XII, do período medieval, as ruas tornam-se largas e retas, mas isso não é norma. Às vezes as ruas se transformavam em escadarias, até mesmo como estratégia militar. Tanto na Antiguidade quanto na Idade Média, portanto, havia algum tipo de planejamento. Nas cidades modernas brasileiras, tanto as que surgiram “espontaneamente” quanto as “planejadas” não se vê algo semelhante.

Continuando a história do desenvolvimento urbano percebe-se que no espaço de deslocamento existente na cidade, delimitado por edifícios, as ruas integram-se na formação e organização das cidades como um dos elementos principais. Aquele que permitiria a ligação de todos os setores e áreas, facilitando o funcionamento dos negócios e o trânsito dos habitantes. A rua tornou-se a preocupação principal dos planejadores, como meio de ligar a cidade, de fazer do espaço urbano uma malha comunicável, sem considerar o transeunte, o homem do cotidiano, o que anda a pé para se locomover de um lugar para outro, o cidadão que transita, passeia, faz a *flânerie* despreocupado do trânsito de automóveis porque está na calçada. Desde a cidade moderna demarca-se claramente o espaço do deslocamento humano, a calçada; local de encontros, de socialidades e trocas sociais; local de passagens de todos os cidadãos pertencentes ou não ao bairro, à cidade. Na rua é que a vida da cidade deveria acontecer, não no eclausamento das moradias, ou nos confinamentos nos locais de trabalho.

Jacobs (2011) diz que as ruas devem tanto resguardar a cidade de estranhos que a depredam como também proteger os desconhecidos pacíficos que por elas transitam, e que quanto mais utilizadas forem as ruas, menor o perigo porque haverá uma grande movimentação e ali estarão os olhos dos transeuntes e moradores, os “olhos” como numa vigília compartilhada. Jacobs coloca o

ECO-REBEL

cidadão no centro das questões urbanas, numa crítica à desumanização da cidade moderna e contemporânea, dizendo que os planejadores e projetistas dificilmente compreendem isto, partindo do princípio de que os habitantes preferem contemplar o vazio e a ordem. As ruas dos eixos definidores do espaço das cidades transformam-se com o tempo em local de perigo, afastando as pessoas do convívio urbano. As cidades se esvaziam, mesmo tendo uma adensamento humano e urbano muito grande. Ninguém nas ruas, e todos em casa. A rua sobrou para os cidadãos mais desvalidos, ou para aqueles que fazem da rua seu local de trabalho ou moradia. Por isso Jacobs diz que

O planejamento urbano ortodoxo está muito imbuído de concepções puritanas e utópicas acerca de como as pessoas devem gastar seu tempo livre, e, na área do planejamento, esse moralismo sobre a vida pessoal confunde-se com os conceitos referentes ao funcionamento das cidades. (JACOBS, 2011, p. 42).

Percebe-se que Jacobs fala de uma cidade viva, com ruas movimentadas, onde os indivíduos se conhecem e trocam experiências, local que se transforma em um lugar fantástico nas madrugadas. A cidade é um grande balé, um teatro, um circo, ao mesmo tempo em que é um local de trabalho, de negócios e de investimentos. Todas essas funções podem e devem conviver, numa grande mistura, sem setorizações, permitindo a todos os indivíduos de todas as classes sociais terem as suas experiências, e o lugar sagrado desse acontecimento é a rua. Nesse sentido a rua oferecerá aos cidadãos a possibilidade de fazerem seus mapas sensíveis, sem trajetos pré-determinados ou racionalizados, o que demonstrará a fisionomia verdadeira da cidade, sem máscaras e sem maquiagem.

Quando a cidade é abstraída de sua realidade, transforma-se em um espaço funcional e os trajetos espontâneos das ruas se transformam em trajetos racionais, delimitadores de caminhos que levam da casa ao trabalho, do trabalho à escola, da escola à casa, por exemplo, definindo as vezes até mesmo o caminho do lazer. Tudo para não se perder tempo nem correr riscos. As ruas funcionalizadas tornam-se corredores de segurança. O deslocamento é pensado previamente e planejado, diminuindo a possibilidade do erro, do desvio, do acaso e do imprevisto e imprevisto, no trajeto urbano. Toda a certeza está colocada na cidade funcional, mesmo em detrimento da vivência e das experiências urbanas. Quando J. Jacobs fala da rua como um lugar de vivências, fala de uma cidade real sendo apropriada, em seu uso, pelo homem. Pode-se dizer que ela fala de *chôra* (BERQUE, 1987); o território próprio de uma cidade.

ECO-REBEL

Nós começamos a perceber aqui o traço decisivo do lugar da ecumene, em oposição àquele de um espaço abstrato: a impregnação recíproca do lugar e daquilo que aí se encontra. Na ecumene, o lugar e a coisa participam um do outro. Em um espaço abstrato. Em troca, a coisa pode estar situada aqui ou ali, isso não afeta seu ser; e reciprocamente, o lugar é definido independentemente da coisa (BERQUE, 1987 25-26).

A importância da rua só se reforça com o trajeto dos cidadãos, sendo considerados como cidadãos todos os habitantes da cidade, dos trabalhadores que cumprem a sua rotina de trajetos, aos moradores de rua, que caminham sem rumo certo ou definido, às pessoas que trabalham nas ruas, como os catadores de reciclados, as prostitutas e os drogados. A cidade e o caminhar tornam-se espaço e método de reconhecimento e de apropriação cotidianos. Narrativas de memórias que se perdem na ordem das coisas racionalizadas, ou ganham vida nos contos e histórias daqueles menos compromissados com o trabalho burocratizado e monótono da sobrevivência, do prestígio e do dinheiro.

Os passos dos transeuntes contam histórias e descrevem mapas, que moldam espaços e tecem lugares (CERTEAU, 1994), criando uma rede que constrói a cidade. Assim, “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (*speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos” (CERTEAU, 1994, p. 177). O ato de caminhar para Certeau tem três funções enunciativas: apropriação do sistema topográfico pelo pedestre; realização especial do lugar e, relações entre as diferentes posições – “‘contratos’ pragmáticos sob a forma de movimentos” (idem). A rua é o espaço instituinte da cidade, e organizador da vida urbana. É um lugar de socialidade (MAFFESOLI, 2006) e de trocas sociais, de vivências e experimentos emocionais, de histórias de vidas e dos dramas cotidianos, da violência etc. A rua é o lugar da afetividade urbana, da construção dos sentimentos e da memória individual e coletiva. É na rua que a vida acontece. A rua é *chôra* – “na insularidade do mundo, o lugar de Chôra é uma paisagem, e Chôra faz parte desta paisagem, que ela mesma supõe” (BERQUE, 1987, p. 26). Então, pode-se dizer que *chôra* é também o lugar da memória, da narrativa e da enunciação urbana, dos trajetos.

Caminhar é uma necessidade humana e um desígnio bíblico, desde que Caim matou Abel e teve como castigo a errância pelo mundo. Assim, pelo pecado bíblico, o mundo foi simbolicamente descoberto e conquistado. O deslocamento permitiu ao homem se relacionar com o território, deixando suas marcas e alterações, construindo seu *habitat*. Careri (2013) aponta o deslocamento como uma ação estética, exatamente pelo princípio de alteração que traz aos lugares.

A cidade é o espaço dos deslocamentos. É o lugar, por excelência, de uma mobilidade socializante, que constrói uma rede invisível de subjetividades, ou de racionalidades práticas diferenciando os usos dos espaços urbanos, e questionando constantemente a importância das ruas – nas suas dimensões de ligação e de espaço de memória. Os eventos acontecidos nas ruas são mais vivos nas memórias tanto individuais quanto coletivas. Os trajetos coletivos, as procissões e os blocos

ECO-REBEL

carnavalescos, por exemplo, são momentos de grande socialidade e de confraternizações. Mas, os trajetos individuais são lembrados, somente, como momentos de trabalho; ou melhor, como deslocamentos para o trabalho. Nesse caso, a cidade é um espaço de opressão; um local de vida para o trabalho, sem diversão. É possível que nesse caso haja um repúdio à lembrança e, para se safar disso, a uma racionalização do trajeto e do espaço urbano, como já foi dito. O mapa dos trajetos são diagramas de deslocamento para o trabalho, nos quais desaparece a observação afetiva e, conseqüentemente, a memória mais afetiva. A observação no processo do deslocamento é meramente funcional – há uma descrição do trajeto, numa abstração do espaço urbano. Relatam-se os semáforos, os cruzamentos, os buracos das vias, o trânsito, a violência etc., mas nunca o aspecto mais humano, as pessoas, os transeuntes, as crianças indo para a escola, os parques, os possíveis pássaros urbanos, os malabaristas de semáforos; o espaço humanizado perde o seu significado, restando o espaço mecanizado pelo hábito cotidiano.

Percebe-se que o meio ambiente construído fica alterado na sua abrangência, ou diminuído no seu uso, quando o simbolismo e a percepção de uma totalidade físico-espiritual desaparece, diante de urgências cotidianas da vida moderna. A ecumene, no seu processo ontológico mostra um lado mais hostil, que faz do território geográfico da cidade um espaço de disputas, mais do que um local de harmonia; influenciando, também, as memórias individuais, já que “as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis do nosso eu” (HALBWACHS, 2006, p. 157). Halbwachs ainda diz que “se as lembranças se conservam no pensamento do grupo, é porque ele permanece estabelecido no solo, é porque a imagem do solo perdura materialmente fora dele e ele pode retomá-la a qualquer instante” (p. 167), como nos lembra o ecossistema linguístico, constituído de um povo, habitando o próprio território e falando a própria língua. Há, aí, uma relação de lugar e formação do ser. A memória depende do lugar e das ações que se tem neste lugar. Memória e lugar são realidades que existem juntas. Por isso, quando se fala na abstração da cidade e na racionalização dos trajetos, apela-se a uma memória esquizóide que trata somente de um tipo de ação, conforme descrito acima, o deslocamento automático para se cumprir uma tarefa. O relato do percurso, que poderia resultar em um mapa afetivo demonstrando aspectos subjetivos da cidade, confrontando a memória racional com a memória das histórias de vida, torna-se um relato técnico, um relatório, que não permite a sensação de vivências nem de emoções, como se isso fosse pouco relevante para a constituição de um pensamento sobre a cidade e seus trajetos.

Essa funcionalidade do relato foi notada nas descrições que alunos de arquitetura e urbanismo faziam dos seus trajetos diários para a escola ou trabalho. A observação era meramente de um espaço abstraído das qualidades humanas, de aspectos urbanos que desconsideravam o potencial humano, os transeuntes, os moventes aos seus lados; o que existia no trajeto era somente o espaço de deslocamento e o próprio indivíduo. Conseqüentemente, a memória não é o receptáculo da humanidade que constitui os lugares, mas resquício de um tipo de lembrança de sobrevivência, que

caracteriza o lugar como espaço a ser vencido, desbravado; não mais um lugar a ser vivido, um lugar de re-ligação de experiências, experimentos, histórias, religiosidades. Enfim, um lugar de memórias afetivas que serão histórias futuras.

5. Observações finais

Como se pode notar, a questão do traçado das cidades e a de seu uso pelos humanos têm tudo a ver com o tripé do ecossistema linguístico, constituído, como já vimos, por um povo (P), vivendo em seu território (T) e se comunicando pelo modo tradicional de comunicar, que é sua linguagem (L). Tanto o ambiente propriamente natural quanto o ambiente construído são justamente parte do ângulo T desse ecossistema. O P representa as pessoas que utilizam o espaço, natural e construído. No caso das cidades, trata-se mais do meio ambiente construído. O natural é frequentemente ignorado, quando não simplesmente apagado.

Por fim, os padrões de comportamento no trânsito e as regras de civilidade que devem ser obedecidas para um convívio saudável constituem o lado linguagem das cidades. As ruas são canais de comunicação e o trânsito, o tráfego e o transitar por elas a própria comunicação, um dos lados mais importantes das interações ecológicas. O outro é a referência ao lugar, às ruas, aos monumentos etc.

Referências

BERQUE, Augustin. *Du geste à la Cité: formes urbaines et lien social au Japon*. Paris: Edition Gallimard, 1993.

_____. *Écoumène: introduction à l'étude des milieux humains*. Paris: Édition Belin, 1987.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COUTO, Hildo H. do. *O tao da linguagem*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Ecosistema cultural. Disponível em:

<http://www.meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/>, 2016.

_____. Mapa mental. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/24561> (acesso: 27/05/2017).

_____. COUTO, Hildo do; COUTO, Elza K. N. do; BORGES, Lorena. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HAROUEL, J.-L. *História do Urbanismo*. São Paulo: Papirus, 1990.

JACOBS, J. *Morte e Vida das Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MAFFESOLI, Michel. *Religação Imaginal*. *Cronos* v. 7, n. 2, 2006, p. 283-288. MAGNANI, José Guilherme. *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Disponível em

http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf (acesso: 06/07/16).

PEÑALTA CATALÁN, Rocío; MUÑOZ CARROBLES, Diego. *La ciudad em el lenguaje y el lenguaje en la ciudad*, 2010. Disponível em:

ECO-REBEL

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3262719.pdf> (acesso: 15/01/2017).

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem* (ECO-REBEL) v. 1, n. 1, 2016, disponível em:

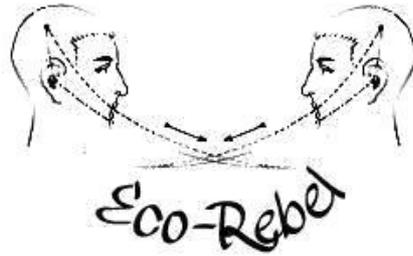
<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index>

Recebido: 20/01/2017.

Revisado: 03/04/2017.

Aceito: 05/07/2017.

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 3, n. 2, 2017.



**A CRIAÇÃO DE SIMULACROS SOBRE O ECOSISTEMA LINGUÍSTICO:
A COMUNICAÇÃO VIRTUAL EM JOGOS DE RPG E MMORPG**

Anderson Nowogrodzki da Silva (UnB)

Resumo: Este trabalho tem por finalidade apresentar o modo como simulacros são criados sobre o ecossistema linguístico em sua integralidade e dão forma a um véu ilusório, o qual se denomina, aqui, “virtualidade”. Toma-se por virtualidade a desterritorialização do espaço. Dessa forma, pretende-se observar jogos de RPG (*role-playing game*) de mesa, em que cada participante interpreta uma personagem com o objetivo de criar uma narrativa, e MMORPG (*Massive Multiplayer Online Role-Playing Game*), em que se assume o controle de uma personagem em um jogo de computador online, à luz das categorias da Ecolinguística, em razão de entender como a interação se configura em diferentes níveis, dependendo das regras interacionais e sistêmicas, além do suporte comunicativo, mobilizados.

Palavras-chave: Comunicação. Ecolinguística. Virtualidade. Ecossistema. RPG.

Abstract: This work aims, as objective, show how simulations are created on the integrality of the linguistic ecosystem, forming an illusory veil, which is called here “virtuality”. We understand by virtuality the space desterritorialization. Thus, we want to observe, using the Ecolinguistic categories, RPG games (*role-playing game*), in which the participant plays a character with the goal of to create a narrative, and MMORPG (*Massive Multiplayer Online Role-Playing Game*), in which you take controlo f a character in an online computer game, seeking to understand how the interaction is set at different levels depending on the interaccional and systemic rules and on the communicative support mobilized.

Keywords: Communication. Ecolinguistics. Virtuality. Ecosystem. RPG.

Considerações Iniciais

A **Ecolinguística** é descrita por Couto (2007), fundador dessa disciplina, como o estudo que relaciona língua e meio-ambiente por meio de uma perspectiva que é, acima de tudo, ecológica, e busca, nas interações, observar a manifestação da comunicação, olhando para a língua como um organismo simbiótico em relação às comunidades de fala, pois há uma pressuposição recíproca entre o existir-vida-humana e o existir-língua (interação). Por

isso, a rigidez dos olhares, tão criticada por Nietzsche (2006), principia por partir quando as perspectivas são trazidas para o espectro da ecolinguística na medida em que se olha para um novo horizonte de saberes e possibilidades de dizer sobre o cosmos e a vida. Partindo desse modo de olhar que prima pela harmonização constante das relações, pensa-se na língua como um espaço de interações, um construto que se edifica no contato interpessoal e, como assegura Couto (2007), nasce, cresce e morre na conexão com o outro.

Haugen (2016) traz à tona o foco dos estudos ecolinguísticos, evidenciando a interação como a base de toda produção comunicativa num ecossistema linguístico, já que a língua não se configura como organismo ou coisa, mas um elemento decorrente da interação em si. Fill (2016) demonstra a articulação entre organismo e mundo, o modo como a Ecolinguística concebe as interações, como ponto de partida para entender o ecossistema linguístico, assumindo em seu texto, “Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem”, que a pluralidade dos valores de verdade está intimamente arraigada à diversidade linguística. O autor coloca em evidência, num traçado da história da Ecolinguística e seus objetivos, o holismo inerente a esse estudo, que parte de um recorte, mas assume uma perspectiva integral, em razão de ser um estudo ecológico.

Funda-se, dessa forma, uma linha de pesquisa que é, antes de tudo, ecologia, ou seja, um estudo ecossistêmico (que envolve as relações organismo-organismo e organismo-mundo) das interações produzidas no ambiente integral da língua. Pensando nisso, afirma-se, aqui, que a Ecologia Linguística é o olhar holístico do pesquisador, na medida em que envolve diferentes níveis da composição vital (corporeidade, psiquismo e sociedade), sobre um recorte específico (em razão de ser uma observação perspectiva) das condições de existência das interações, ou seja, de todos os elementos que permitem sua emergência em dado momento e espaço. Tais condições são, portanto, elementos fundamentais para entender o modo como a vida se desenvolve e se transforma em um território, nas relações de uma população de indivíduos e, no caso dos seres humanos, na língua, que, junto aos falantes, está em constante devir.

Em busca de contemplar os conceitos da Ecolinguística, expô-los e dar passos além do que foi posto até então, proporcionando o caminhar ininterrupto da teoria e a ampliação das possibilidades de esmiuçar os *corpora* de pesquisa, desenvolve-se, neste artigo, a análise de duas plataformas de jogos coletivos com o objetivo de desenvolver os **níveis de derivação** para o conceito de **comunicação**. A primeira materialidade com a qual se

trabalha é o *Role-Playing Game* (RPG), utilizando, em específico, a mecânica do sistema de regras intitulado “*Dungeons and Dragons*”, que é representativo como exemplo efetivo da teoria proposta por ter regras interacionais comuns à interação prototípica (na medida em que há proximidade e conversação face a face entre os falantes), mas distanciando-se do território em que seus corpos se situam, na medida em que é criada uma narrativa medieval fantástica para que se possa interagir, interpretando diferentes heróis, dessa forma, compõe-se um simulacro. A segunda materialidade é o *Massive Multiplayer Online Role-Playing Game* (MMORPG), em que, via computador, pessoas se conectam a uma rede de servidores para interpretar personagens na tela, sendo a plataforma escolhida, nesse caso, o jogo *World of Warcraft* (WOW), em que dois grupos (A Horda e a Aliança) se enfrentam pelo bem de suas comunidades, demandando a imersão do jogador em um mundo de fantasia cheio de possibilidades de ações. A grande diferença da segunda materialidade é que as regras interacionais mobilizadas por ela se distanciam muito do que é o padrão comunicacional, na medida em que os falantes não se encontram no mesmo espaço, mas num território que é somente virtual. Pensando nisso, observa-se a necessidade de conceber uma nova estrutura para o ecossistema da língua no estudo de materialidades desterritorializadas, pois há uma quebra em uma de suas bases, que é a integração da comunidade (população) a um território comum.

Citado o Ecossistema da Língua, faz-se presente a necessidade de conceitua-lo, para tanto, retoma-se Couto (2007), em razão de explicar sua constituição e mobilidade, descrevendo suas características e possibilidades. A Ecolinguística olha para a língua, não como um sistema, mas como a interação comunicativa em si, ou seja, língua é interação, encontrando-se articulada ao meio ambiente e podendo suscitar um conjunto de regras descritas (gramática) que lhe é posterior. Pensa-se, dessa maneira, levando em consideração o fato de a Ecolinguística ser uma disciplina holística, numa forma de **Ecossistema Integral da Língua**, pois traz em seus fundamentos a união de três diferentes ecossistemas que, em conjunto, propiciam sua reprodução e disseminação como elemento imprescindível para a existência da comunicação, são eles: o **ecossistema natural** (visto por Sapir (2016) como a relação de fatores geográficos e de base econômica, levando em consideração os aspectos da matéria-prima), o **ecossistema social** (em que redes de interações perspectivas se conectam e se sobrepõem, dando forma ao construto social) e, a fim de modificar o que foi proposto inicialmente, pensa-se com Couto (2012), que vê o **ecossistema mental**, a partir das teorias de Durand (2002), como

o lócus em que as pulsões corpóreas, dinamizadas pelo inconsciente, chegam à consciência e se materializam em imagens. Observa-se, portanto, que, como assegura Couto (2012), existe uma integralidade que dá liga ao Ecosistema Integral da Língua, tudo o que é mental tem de ser sancionado pelo social, em razão da inserção da individualidade no coletivo, dando contornos à possibilidade de interagir comunicativamente. Não se desconsidera, porém, a materialidade física sobre a qual esses elementos se desenvolvem. O Ecosistema se concretiza, portanto, num triângulo que envolve a língua, a população e o território habitado, dessa forma, o território se torna a base existencial para a emergência da interação entre seres que entram em comunhão por meio da língua. No caso da virtualidade, esse ecossistema, necessariamente, muda, na medida em que se retira do triângulo sua configuração padrão e substitui-se, na formação do simulacro, o território natural (físico) por um território virtual (desterritorializado).

1. A formação do simulacro: virtualidade e desterritorialização

Na medida em que avançam os anos, a tecnologia e a ciência se tornam mais complexas e desenvolvem novas formas para que a humanidade possa interagir como comunidade global, podendo se comunicar em tempo real, ou em turnos que podem demorar dias e não necessariamente se findam. Além disso, a barreira do espaço se quebra ao incorporar, via redes de servidores, uma comunidade *online*, proporcionando a interação fora de um território natural. A esse fato chamamos “desterritorialização”, como princípio basilar para que se funde a virtualidade.

As tecnologias de comunicação, como a internet, encontram-se num estado que permanece entre a **potência** e o **ato**, como definidos por Aristóteles (2002). Para o filósofo, o ato está associado ao nível da realidade concretizada, a ação dada e feita, como acontece no que se chama aqui “**comunicação primária**”, ou seja, os falantes, face a face, se interpelam em turnos, interagindo comunicativamente. Por outro lado, a potência

é a possibilidade de existência, aquilo que não é, ainda, concreto, mas que poderá vir a ser. O senso comum trata o virtual como o inexistente, porém, o termo toma, aqui, outro delineamento. É preciso refletir sobre o modo como se dá a interação virtual. Ela não acontece num espaço físico efetivo, mas há uma comunicação estabelecida. Nesse sentido, ela não está totalmente nem para o ato, nem para a potência, constituindo-se num entremeio que pressupõe a interação distanciada entre um eu e um tu, que se intimam reciprocamente num espaço de possibilidades amplas, projetando-se fora de seus próprios

corpos. Quando essa comunicação se estabelece entre indivíduos que não ocupam o mesmo território físico, busca-se preencher as lacunas deixadas pela desterritorialização, como a falta dos gestos, do caráter proxêmico, das expressões, da entoação, da sonoridade, estando, porém, presos a uma derivação comunicacional que torna fria a relação humana, distanciando os indivíduos e restringindo a espontaneidade do contato, criando um ambiente mais técnico e mecanizado.

Não se desconsidera a existência da potência em tudo que é natural e concreto. De acordo com Nietzsche (2010), ela existe e em tudo está presente. No ovo há, potencialmente, a galinha, na semente, a planta, no barro, o tijolo. Todo ato no cosmos resulta de movimento e mudança e, por isso, pressupõe **vontade de potência**, como motor do devir ininterrupto. Porém, o contrário não procede, na medida em que, nem toda potência se realiza em ato, por isso, a potência é amplamente “possibilidade”, caracterizando a **comunicação terciária**, ou seja, as produções linguísticas efetivadas materialmente, como livros e filmes, mas que não se constituem como ato até que sejam acessadas por um interlocutor e compreendidas por ele, efetivando a comunicação. Ninguém comunica para si. É preciso do outro para que haja o diálogo, para que a comunicação se estabeleça como dialógica. Nesse sentido, a **comunicação secundária** é dialógica, mas não se estabelece necessariamente como ato efetivo e concreto no âmbito do real. De outra maneira, se constitui como uma extensão, uma malha ilusória criada sobre o real para que se estabeleça um tipo de comunicação diferente, mas que não é apenas potencial.

Já há em sociedade um véu ilusório em primeiro nível, que não é a extensão do virtual, e, nele, se constitui a comunicação primária, esse sistema representa o modo como os seres humanos se associam para a produção de uma trama linguística que sustenta os modos de ver o mundo, ou seja, as diferentes perspectivas que são formadas em redes de relações e que, por sua vez, se sobrepõem em um ambiente perspectivista, como propõe Nietzsche (2006). A sobreposição dessas redes provoca embates culturais, psíquicos e biológicos que produzem a mudança, a transformação. Assegura-se, dessa forma, que a base dos ciclos que permeiam a natureza, como dito em Nietzsche (2001), em sua generalidade, é a propriedade que o cosmos tem de mudar constantemente. Ou seja, o devir é a propriedade ontológica do universo. Portanto, tomam-se como princípios, os nós que o próprio sujeito faz aparecer a partir de um recorte perspectivo, assumindo a postura de que não há origem ou fim, em razão de não haver um ponto de partida para a rede aqui descrita, nem um limite que a encerre, mas um contínuo de relações e mudanças entre as

diferentes camadas que compõem o ecossistema da língua e que podem se estender para um espaço virtual, ou seja, desterritorializado, um simulacro.

Criam-se, portanto, diferentes relações interpessoais e modos de se comunicar, estando, porém, submetidas à busca por se aproximarem das formas prototípicas, padrões que aparecem nas práticas e nas conexões que constituem o ser, as espécies, o existir.

A **comunicação primária** seria toda a comunicação estabelecida na interação prototípica, ou as que mais se aproximam disso, sendo simples, cotidianas, espontâneas, ocorrendo em um mesmo espaço, ao mesmo tempo, carregadas de regras interacionais que pressuponham a presença corpórea do outro. A **comunicação secundária**, de outra forma, baseia-se na simulação de uma comunicação primária, buscando reproduzir, por meio da tecnologia, as regras interacionais de uma interação prototípica, utilizando, por exemplo, o auxílio de imagens que expressem emoções, ou gestos, de áudio e vídeo, mas dando mais tempo para a articulação dos enunciados de cada falante, possibilitando a comunicação entre pontos distantes e em horários diferentes.

A comunicação pode se efetivar, na contemporaneidade, de diversas formas, em razão da pluralidade de mecanismos que possibilitam a interação entre indivíduos. A Ecologia da Interação Comunicativa (EIC) é produzida e reproduzida no ambiente de interação. A partir da relação entre o eu e o outro, como interlocutores em contato, produz-se um ambiente de comunhão, em que os indivíduos criam a potencialidade para a recepção do outro, dando abertura para a conexão comunicativa, que cria um senso de pertencimento à própria comunidade. Por isso, diz-se que, estar em comunhão é fazer emergir uma microcomunidade linguística, em que os sujeitos se pressupõem reciprocamente. De acordo com Couto (2007), constitui-se, nesse ambiente, o fluxo interlocucional da EIC, ou seja, um complexo de elementos que possibilita a interação das subjetividades, criando um trajeto para a conversação, elencando turnos de fala que se constroem na reciprocidade. Para abarcar esse complexo de elementos, emergem duas categorias de base: Regras Interacionais (RI), priorizadas pela ecolinguística, e Regras Sistêmicas (RS). As RS se baseiam no conjunto gramatical, o código, que pode ser observado nas regularidades da comunicação, ou seja, as formas linguísticas utilizadas pelo indivíduo que se coloca em relação ao outro, objeto primordial para os estudos de gramática comparada, por exemplo. Sem desprezar as RS, a ecolinguística busca ver a língua como interação, por isso, a comunicação é seu ponto fundamental. Sendo assim, dá-se

prioridade às RI, primando pela conexão entre membros de um grupo (comunicação), em detrimento de um sistema abstrato (estrutura).

Entra em foco, portanto, a EIC como uma forma de olhar para a realidade existente no contato entre indivíduos de uma comunidade de fala.

O sistema se faz presente na fala, pois suas regras aparecem em uso, por outro lado, a fala, com todos os recursos e possibilidades de articulação, não se finda no sistema, excedendo o que é passível de padronização. Observa-se, portanto, a relação que decorre do conjunto “população”, “território” e “língua” em dado ecossistema de interação linguístico.

O diálogo é, nessa perspectiva, uma sequência de atos responsivos elencados pelos turnos de fala dos interlocutores, que devem estar em comunhão para que haja real abertura para a comunicação, ou seja, abre-se espaço para o uso comunal da língua, em que a conversação é o pressuposto para a efetivação da conjunção, provocando, por conseguinte, a comunicação.

Na comunicação secundária (virtual), a interação não precisa ser simultânea e, ao mesmo tempo, não depende da proximidade física, fugindo, muitas vezes, ao que é prototípico das regras interacionais (elementos regulares no estabelecimento de uma relação comunicativa entre indivíduos, como afirmam Couto, Couto e Borges (2015)) inerentes

à comunicação face a face, mas mantendo as regras sistêmicas (subconjunto das regras interacionais), que estão patentes nos códigos da língua. Percebe-se, portanto, que a interação entre o eu e o outro está alicerçada na relação estabelecida entre dois indivíduos ou mais, que estão em comunhão, ou seja, como dizem Couto, Couto e Borges (p. 113, 2015), “[...] uma predisposição para a comunicação, mesmo que ninguém diga nada”.

Existe, por isso, a comunicação mesmo que a presença física não exista no território comum, estando alicerçada, porém num ambiente desterritorializado, configurado como uma extensão do real, um ambiente virtual, ou um simulacro.

Essa conjuntura virtual baseada na quebra do tempo e do espaço permite maior maleabilidade na interação comunicativa, não demandando simultaneidade ou proximidade entre os falantes, o que leva à criação de outras medidas que possam suprir a falta do corpo-outro na ação comunicativa. Aparecem, dessa forma, estruturas como *emoticons*, *memes*, ou rubricas, que explicam as ações realizadas pelo corpo.

2. Comunicação em segundo nível: uma análise do RPG e do MMORPG

Após levar em consideração as peculiaridades, características e condições de existência da comunicação secundária, busca-se engajar a análise de duas materialidades multimodais (que fazem uso de imagens, áudio, jogabilidade, vídeo, interpretação, escrita, etc), que sejam representativas, na medida em que trazem tanto a virtualidade criada por falantes em um mesmo espaço, quanto a relação entre falantes em espaços totalmente diferentes, podendo exemplificar o modo como a desterritorialização se aplica à realidade.

As regras interacionais passam a se adequar, não mais à vida natural como ela é, mas ao ambiente de interação virtual, pois a relação organismo-mundo muda de forma e o falante passa a interagir num território que não é físico e não se constitui em ato, nem em potência, que só ganha sentido na relação com os demais jogadores, num espaço projetado virtualmente. Cria-se, dessa forma, um simulacro em que se desenvolve uma narrativa, seguindo as mesmas regras sistêmicas que fazem parte do cotidiano dos jogadores, mas reelaborando as regras interacionais.

Constitui-se, assim, uma comunidade de fala composta por indivíduos que, por um momento, incorporam dadas personagens e se projetam num território virtual para que possam interagir e atingir um objetivo coletivamente.

2.1 **RPG: entre masmorras e dragões**

De acordo com Moreira (2008), o *Role-Playing Game* (RPG) se caracteriza por ser um jogo de interpretação de papéis, no qual uma comunidade de amigos, que se encontra com relativa frequência ao redor de uma mesa, cria uma narrativa e interpreta as personagens que movimentam a história. Segundo o autor, o RPG pode estar contextualizado em diversas temáticas. Incluem-se aí, principalmente, os roteiros de fantasia baseada nas mitologias celta e nórdica e nas obras de J.R.R. Tolkien (*The Lord of the Rings*, *The Hobbit*, *The Silmarillion*, etc.), entre os quais se destaca o sistema de regras aqui analisado, *Dungeons and Dragons*.

O objetivo traçado numa sessão de RPG é contar uma história. São estabelecidas, portanto, regras interacionais e posições específicas para cada jogador. Um dos jogadores ocupa o lugar de mestre do jogo, ou narrador, sendo responsável por descrever cenários e eventos em busca de manter a interação constante entre os jogadores, conduzir a história

ECO-REBEL

e criar as intempéries a serem superadas, podendo utilizar para isso, mapas, cartas, miniaturas e livros como recurso lúdico, enquanto os demais participantes interpretam personagens (falando como elas e descrevendo as ações realizadas) que desenvolverão ações no cenário projetado pelo mestre, orientando-se por fichas que descrevem suas características.

Segundo Moreira (2008), a depender do sistema de regras utilizado, os conflitos são resolvidos utilizando dados, geralmente de 20 lados (também conhecidos como d20). Não há “vitória” ou “derrota” em uma partida de RPG e o mestre não se opõe aos jogadores, pelo contrário, os membros do grupo se juntam para criar a melhor narrativa possível enquanto se divertem juntos, como um todo harmônico, regados, geralmente, a petiscos e bebidas, como pode ser visto na figura 1. Uma sessão pode se estender por horas e, como a história não precisa, necessariamente, terminar com o fim da sessão, abre-se a possibilidade da construção de uma campanha, ou seja, um conjunto de encontros em diferentes dias para dar continuidade à mesma história.

Figura 1: Grupo de RPG



Disponível em: < <http://www.villagevoice.com/film/for-a-movie-about-role-playing-games-zero-charisma-is-more-affecting-than-goofball-6439740>>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

ECO-REBEL

Em *Dungeons and Dragons* (D&D), desenvolve-se um sistema de regras que gira em torno de uma temática de fantasia medieval. O jogo foi pioneiro entre os RPG modernos, sendo criado em 1974 por Gary Gygax e Dave Arneson. A dinâmica das regras se baseia no preenchimento das fichas de personagem, enfrentamento de desafios e monstros e ganho de experiência por superar os problemas propostos pelo mestre. Utilizam-se, geralmente, tabuleiros quadriculados e miniaturas para melhor visualizar a história.

Para que se desenvolva a narrativa, os jogadores precisam entrar em comunhão harmônica, ou seja, estabelecer uma condição de abertura para a comunicação, de forma pacífica e coletiva, levando a uma conjunção entre as partes para que possam fazer a narrativa avançar e conduzir o conto como esperado. Dessa forma, o RPG de mesa parece refletir a Visão Ecológica de Mundo, ao desconstruir o egocentrismo inerente ao homem, levando a refletir sobre a necessidade da cooperação e da boa relação com o todo à sua volta, buscando a manutenção da vida e diminuição do sofrimento, quando possível, na medida em que há um senso de conjunção e coletividade no RPG de mesa.

Apesar de ser antropocêntrico e agir por si, por suas pulsões e vontades, o homem é preñado de empatia para com o outro, pois só se constitui na coletividade. O RPG, como simulacro da realidade, intensifica a necessidade de empatia com o mundo, em razão da mobilidade inscrita nas regras do jogo. Reproduzem-se, assim, as relações organismo-organismo e organismo-mundo por meio de formas (a fala, a descrição das personagens, a descrição do cenário, as miniaturas, o tabuleiro) que remetam á realidade natural, como visto na Figura 2.

Figura 2: Tabuleiro de RPG de mesa



Disponível em: < <http://feelgrafix.com/1012245-dungeons-and-dragons.html>>.

Acesso em: 30 de junho de 2016.

ECO-REBEL

Nesse ambiente, toma forma uma comunidade de fala específica, em razão de os participantes compartilharem as regras interacionais, sistêmicas, o território e a cultura. Após pontuar essas questões e entender o funcionamento da jogabilidade, além de levar em consideração o fato de que a língua é interação e por isso é preciso observar a efetivação da conversação entre os jogadores, toma-se, como materialidade, parte de uma discussão que aconteceu em uma mesa de jogo, entre amigos que se encontram periodicamente (todos os fins de semana) para sessões de *Dungeons and Dragons*. O participante **Velho** foi o mestre do jogo, o jogador **Mecka** interpretava um anão da montanha (guerreiro) e o jogador **Clynz** interpretava um halfling (hobbit) pés leves (ladino). Observam-se, portanto, os enunciados extraídos do diálogo para que se possa entender como se dá a virtualidade na comunicação:

Velho: Amanheceu o dia nas infindáveis e brilhantes terras uivantes. O vento soava pelas montanhas e sobre elas corria como corcéis sem rumo. Assoviava pelas folhas das árvores o som sem mácula, o canto da donzela ressoava por entre os dedos atrofiados da terra. E lá estavam, os primeiros raios de sol.

Ascendiam ao longe, num espetáculo ofuscante. Ouvia-se o murmúrio baixo de uma voz que costurava uma melodia pouco agradável aos ouvidos, cheia de rasgos e tropeços guturais. A imagem de um ser esguio se projetava na copa de uma *árvore-libélula*, característica por possuir um grande tronco enraizado e quatro galhos que se dividem como as asas do inseto do qual herdara o nome. Em meio à névoa despontava o pico negro da montanha de Chamnst. Sobre ele voavam cavalos alados que relinchavam e trotavam através das nuvens enegrecidas pela fumaça que saía de chaminés gigantescas, fazendo movimentos leves a galopes calmos.

Sob os pés da grande montanha, estava a caverna dos anões, a pequena sombra, antes na *árvore-libélula*, correu para a entrada de Chamnst e se dirigiu à taverna. A porta possuía como símbolo duas canecas de hidromel confrontando-se. Ao entrar no estabelecimento, qualquer um perceberia a alegria do lugar, sempre muito animado pelos alaúdes de anões menestréis e suas correntes de alumínio que tilintavam enquanto moviam os pés, animados. Boa comida era servida a todo o tempo e hidromel jorrava dos barris. O dono do estabelecimento, Gambadil, era um anão rechonchudo, com seus poucos cabelos negros, seu grande bigode e suíças. O risonho taverneiro dava as boas vindas aos anões cansados, batendo em sua barriga com as duas mãos, fazendo o alumínio de sua corrente vibrar e cerrando seus grandes olhos amendoados. O pequeno halfling Clynz, que a pouco entrara na taverna, deparava-se, agora, com seu velho amigo, o anão guerreiro, Mecka.

Mecka: Chegou bem a tempo, Clynz. Acabo de receber uma missão do Gambadil.

Clynz: O que precisamos fazer?

Mecka: (Entrego uma carta ao Clynz). Aí estão todos os detalhes, precisamos proteger uma caravana que levará um duque para o Vale de Detarrow.

ECO-REBEL

Clynz: Preciso me alimentar primeiro (passo a mão pelos bolsos do meu casaco) e recuperar as moedas que me roubaram antes de entrar aqui. **Mecka:** Você é um ladino, faça isso. Eu os distrairei.

Velho: Para recuperar as moedas você precisa fazer dois testes. Primeiro, um teste de percepção. Como você é um ladino, tem bônus, então, jogue um d20, a dificuldade é 8. *Clynz joga o dado e rola um 12.*

Velho: Você achou os homens que te roubaram, eles estão em uma mesa, contando as moedas de ouro, bebendo e se vangloriando, são três anões de face dura e corpos robustos. Para pegar as moedas, faça um teste de agilidade, como você é um halfling pés leves e ladino, sua dificuldade é 5, role o d20.

Clynz joga o dado e rola um 20.

Velho: Você conseguiu rodopiar com maestria entre as mesas do salão. Por ser muito pequeno e ágil, passou despercebido entre os anões, enquanto Mecka os entretinha com uma conversa sobre hidromel, e tomou de volta a bolsa com as moedas. Você pegou 10 moedas de ouro e ganhou 5 pontos de experiência. [...]

Pensando nessa materialidade, pode-se perceber que os jogadores são introduzidos num território virtual, desterritorializando o espaço que ocupam na realidade natural por meio da chamada do mestre, um vocativo para que integrem um novo ambiente, localizado em potência nas mentes de cada um, mas compartilhado virtualmente, em ato, o que identifica, também, a abertura do coletivo para a comunhão.

Quando Velho diz:

“Amanheceu o dia nas infindáveis e brilhantes terras uivantes. O vento soava pelas montanhas e sobre elas corria como corcéis sem rumo. Assoviava pelas folhas das árvores o som sem mácula, o canto da donzela ressoava por entre os dedos atrofiados da terra. E lá estavam, os primeiros raios de sol.”

Percebe-se o modo como a realidade natural é projetada no jogo e não confere com o ambiente ocupado pelos jogadores, ao redor de uma mesa. Há uma marcação do tempo pelo verbo “amanheceu” e do espaço, pelo substantivo “montanhas”, que se intensifica em razão de estar no plural, o que remete a um ambiente ruralizado. Quando é dito que “o vento soava”, percebe-se uma focalização sobre um elemento da natureza, o verbo indica a calma, que é complementada e assegurada pela expressão “o canto da donzela”, que caracteriza o próprio vento, antropomorfizando a natureza e trazendo os jogadores para um mundo de fantasia. Em razão de aceitarem esse chamado a entrar em comunhão, o espaço de fala dos interlocutores é modificado e os leva a projetarem-se num tempo e espaço diferentes daquele que seus corpos ocupam. Mesmo o sotaque dos jogadores, por vezes, é modificado. Por isso, o anão, Mecka, por exemplo, foi interpretado

com um sotaque russo e gutural, enquanto o halfling, por ser uma criatura muito pequena e esguia, foi interpretado com o afinamento da voz. Os jogadores, por si só, projetam-se em corpos que não são seus, que estão entre a potência e o ato. Por isso, as regras interacionais estabelecidas entre eles são completamente diferentes e se adequam ao contexto dos eventos comunicativos desenrolados no território virtual, dando forma a uma comunicação virtual em um simulacro.

A descrição do narrador tenta sempre integrar os acontecimentos à natureza que cerca as personagens, para que haja maior imersão na narrativa, como podemos observar no trecho a seguir:

“A imagem de um ser esguio se projetava na copa de uma *árvore-libélula*, característica por possuir um grande tronco enraizado e quatro galhos que se dividem como as asas do inseto do qual herdara o nome.”

Ao criar a imagem da personagem e descrever a natureza, o narrador proporciona a aproximação do indivíduo com o território virtual, por isso, a descrição é parte fundamental de uma narrativa que se baseia apenas na imaginação dos participantes. Pode-se observar, também, o modo como os dizeres dos falantes se costuram por meio da troca de turnos e se materializam na descrição das ações, sendo interrompidos, às vezes, pelo mestre, para que possa descrever um acontecimento que independe das personagens ou fazer um teste utilizando dados para identificar as consequências de um desafio enfrentado pelos jogadores, podendo levar a uma recompensa ou a uma punição, dependendo do resultado. Simulando o acaso descendente da entropia em processo no cosmos.

A interação comunicativa no RPG de mesa só foge aos padrões prototípicos, pois os falantes interpretam personagens e levam a conversação para a instância da comunicação virtual, em que o território ocupado na realidade natural deixa de ser o lugar de fala e dá espaço a um território virtual, desterritorializado, que só se mantém na relação dessa comunidade de fala específica. É preciso pontuar ainda que a fala é polida e pensada e não espontânea. Até certo ponto, isso poda a conversação e a deixa mais técnica do que a interação comunicativa em seus padrões prototípicos.

2.2 *MMORPG*: entre orcs e humanos

ECO-REBEL

De acordo com a empresa Level Up (2016), um *Massive Multiplayer Online Role-Playing Game* (MMORPG) se caracteriza por ser um jogo online, podendo rodar em diferentes consoles (computador e vídeo-games), estando hospedado em servidores que conectam pessoas de diversas partes do mundo. Configura-se como um RPG, mas com algumas diferenças, entre elas: o afastamento dos corpos dos participantes, sem a mesa, sem o compartilhamento de petiscos e bebidas, sem a necessidade do uso da imaginação para visualizar a narrativa, sem a figura do mestre, sem as fichas de características ou dados materializados, demandando apenas a plataforma de execução para o jogo (tela) e o jogador frente a ela, como visto na figura 3. As semelhanças entre esses dois gêneros de jogos se encontram na criação e interpretação de uma personagem específica, podendo evoluir em níveis, escolher habilidades, selecionar classes e utilizar itens, trilhando diferentes caminhos, além de se reproduzirem em simulacros e poderem ser caracterizados no segundo nível de derivação da comunicação. Necessariamente, são jogos que demandam mínima interação entre os jogadores online, abrindo espaço para o jogador solitário, já que quem monta a potencialidade inscrita na dinâmica do cenário não é um mestre, mas o software do jogo. A temática segue, com frequência, o que é comum no RPG de mesa, primando pela fantasia.

Figura 3: Jogando WOW



Disponível em: < <http://www.folhajovem.com.br/news.php?news=4402>>.

Acesso em: 30 de junho de 2016.

ECO-REBEL

A própria Level Up (2016), empresa que desenvolve jogos MMORPG, assegura que o princípio desse gênero é criar:

[...] diversas opções de interação. Você poderá conversar e obter dicas com os NPCs (personagens controlado por inteligência artificial), realizar missões, forjar itens e armas e entrar em instâncias que possuem monstros muito poderosos e tesouros almejados por todos.

Porém, essas opções de interação são muito limitadas pela distância entre os interlocutores, impedindo que haja expressões, reações espontâneas, gestos e proximidade. Esses fatores podam a possibilidade de um contato prototípico, levando a uma mecanização mais acentuada do que no RPG de mesa, pois a fala é mais policiada por ser escrita, não em relação à gramática, mas ao que é dito e como é dito. Utilizam-se, por isso, códigos muito específicos de uma comunidade virtual de fala para tornar a interação comunicativa mais rápida e objetiva, na medida em que o jogo demanda que as personagens não parem de se mover para conversar, então as ações são contínuas e a fala é restrita.

O jogo que será analisado aqui é *World of Warcraft* (WOW), criado pela produtora Blizzard e lançado em 2004. Os acontecimentos de WOW se desenvolvem em Azeroth, em que a horda e a aliança, duas facções que reúnem diferentes personagens, se enfrentam, sendo, o cenário e o mundo, abertos. As personagens podem se mover e fazer o que preferirem dentro de um número limitado de possibilidades, com o objetivo de aprimorar-se, ganhando experiência, itens e habilidades. É o MMORPG mais popular do mundo, contando com milhões de jogadores. No jogo, há a possibilidade de criar uma personagem escolhendo sua raça (humano, anão, elfo, etc.) e classe (caçador, guerreiro, mago, feiticeiro, etc.), desenvolvendo profissões posteriormente (alquimia, mineração, alfaiataria, engenharia, etc.).

Em WOW há a necessidade de entrar em comunhão para que as personagens possam sobreviver e evoluir mais rapidamente, na medida em que podem se beneficiar no contato com o outro, gerando uma relação de mutualismo, porém, há a possibilidade de o jogador ignorar a interação organismo-organismo e viver apenas o território virtual. O simulacro criado pelo jogo não é uma ação coletiva como no RPG de mesa, mas o resultado de uma criação humana que é executada por uma máquina.

ECO-REBEL

Constitui-se uma comunidade de fala do WOW na medida em que os jogadores se comunicam com uma linguagem específica para descrever acontecimentos e se beneficiarem mutuamente, convivendo cotidianamente em um ambiente virtual.

Considera-se que há comunicação secundária em WOW, pois há interação em um ambiente que não é ocupado corporalmente na realidade natural, os indivíduos tomam diferentes subjetividades e se relacionam por meio da projeção de seus corpos num ambiente virtual.

Diferente ainda do RPG de mesa, o MMORPG se caracteriza pela exaltação do enfrentamento e do conflito em detrimento da interação comunicativa. Fala-se mais com os punhos do que com palavras, o que prejudica a comunhão do grupo, que só é assegurada pelo interesse em fazer progredir a própria personagem, levando à constituição de uma comunhão desarmônica e instável, tendendo sempre à descomunhão no jogo. Há suspensão de descrença para que os jogadores possam imergir na virtualidade, desterritorializando o espaço ocupado pelo próprio corpo e entrando em um simulacro. Diferente do RPG, em que o simulacro é criado na interação, o MMORPG traz um cenário pronto e regulado por uma máquina, por isso, a tendência é individualizar as ações num ambiente que simula a o espaço natural.

WOW é um jogo que acaba enobrecendo o egocentrismo e o enrijecendo. Mesmo a posição da personagem em relação ao mundo e a perspectiva do jogo trazem a impressão de centralidade. A personagem está sempre no centro da tela, o jogo se move ao seu redor, gerando a impressão de antropocentrismo, como podemos ver na figura 4.

Figura 4: WOW



ECO-REBEL

Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=QCi3wsPEZBw>>.

Acesso em: 30 de junho de 2016.

Nesse sentido, faz-se necessário evidenciar que o homem atua em favor de suas demandas e isso não mudará, mas é preciso entender-se como uma parte do todo. O egocentrismo é a negação da necessidade de interagir com o outro e esse outro é constituído por tudo que envolve o ser e lhe é, de alguma forma, extensão de si.

Após entender a lógica do meio ambiente físico virtual, que tenta reproduzir as relações entre organismo-mundo e organismo-organismo por meio de representações imagéticas e sonoras que remetem à realidade primária, pensa-se, no modo como a interação comunicativa acontece. Por isso, faz-se também necessário, buscar um diálogo entre jogadores de um mesmo grupo de amigos, para entender a diferença em relação ao RPG e o modo como se configura na comunicação virtual por meio de enunciados. Todos os excertos explicitados a seguir são derivados de conversas via chat do próprio jogo, abordando qual seria a melhor profissão para escolher para certa personagem:

[...]

Mecka: Estou usando este mago e estava procurando a melhor profissão para ele.

Clynz: Depende dos itens que você mais dropa e se você quer craftar. Eu gosto de vender, porque posso pegar mais gold.

Mecka: Eu estava pensando em pegar uma profissão de coleta.

Clynz: Pega mineração e herborismo. Me ajudaram muito.

Mecka: Mas se eu carftar, dá mais gold.

Clynz: Eu prefiro coletar, porque gera menos dinheiro, mas é mais rápido.

[...]

Pensando nessa materialidade, observa-se que, todas as frases do diálogo apresentam algum dêitico que marca o sujeito ativo da frase, observamos isso pela presença de pronomes em primeira pessoa como “Eu, me” sendo repetidos em toda a conversação, ou a marcação da primeira pessoa na desinência do verbo, como aparece em “Estou, estava, posso, prefiro”. As personagens não são incorporadas pelos jogadores como no RPG de mesa, elas são objetificadas, como se pode ver pelo dêitico que marca terceira pessoa nos enunciados “Estou usando **este** mago”, o pronome demonstrativo “este” demarca a relação de referência entre o jogador e a personagem, dessa forma, o jogador não se confunde com a personagem, como no RPG. Ele a utiliza para jogar.

ECO-REBEL

Os interlocutores estão em comunhão, mas insistem em focar sobre si mesmos a temática da fala, ignorando a necessidade de empatia, porque a virtualidade na qual estão inseridos não demanda a integração do todo.

As regras interacionais são extremamente reduzidas, porque a comunicação é quase nula, as frases, como é possível perceber, são curtas e diretas. O jogo se baseia na tentativa de superar os outros sempre e progredir, como um modelo miniaturizado do próprio sistema capitalista, buscando ascensão e glória individual por meio do conflito.

As regras sistêmicas se mantêm, na medida em que o grupo compartilha a mesma língua e consegue, efetivamente, se comunicar, porém, emerge um conjunto lexical derivado da necessidade de nomear a relação entre o jogador e o mundo. Palavras como “*dropa, craftar e gold*” aparecem no diálogo. São palavras retiradas do inglês, que comumente são utilizadas por brasileiros em jogos com servidores internacionais, como é o caso de WOW. Existe, portanto, uma variedade lexical derivada da realidade contida no ambiente virtual, do simulacro criado, facilitando, inclusive, formas de dizer. *Dropa* é uma referência aos itens que um monstro deixa cair quando é derrotado e é uma palavra derivada do inglês *drop* (derrubar), há ainda um nome para os itens que caem, *loot*, que, em tradução livre significa “saque”. *Craftar* vem do inglês *craft* (com o sentido de construir) e é utilizado para nomear a criação de novos itens a partir de matéria-prima. Por último, *gold* (ouro) é o nome dado ao dinheiro que circula no jogo, para que se possam efetuar trocas e transações.

O jogo tenta criar uma aproximação maior entre o jogador e o mundo virtual, incluindo características físicas do próprio usuário na tela, mas acaba dando forma a um sistema que gera um distanciamento mais acentuado da realidade natural, tendendo a afastar a interação prototípica entre os jogadores e intensificar a relação entre homem e máquina, que é muito mais técnica e objetiva, como visto nos enunciados anteriormente analisados.

Considerações Finais

Em primeiro momento, constatou-se que a língua está em constante mudança, visão que difere do corte sincrônico efetuado pelas teorias de cunho estruturalista. Ou seja, a ecolinguística observa a língua em seu ambiente histórico, modificando-se constantemente e tomando novas formas, variando num espaço de variedades. Essa mutação contínua ocorre como interação no status quo linguístico, em outras palavras, não é o sistema por si só que se modifica, nem a relação entre as estruturas materiais, mas

a interação organismo-organismo e organismo-ambiente que dão abertura para a propriedade do devir. Assim, aparecem, também os níveis de comunicação, se estruturando sobre as novas tecnologias e demandas da sociedade, utilizando as ferramentas possíveis para dar forma à interação comunicativa.

Provoca-se, dessa forma, um contínuo que, em Nietzsche (2001), não é começo nem fim, mas um eterno retornar das emergências, uma mudança infinita que se limita apenas em espaço, mas não em tempo, na medida em que o tempo é resultante da energia que impulsiona os corpos a movimentar-se. Por isso, assume-se que, vê-se a partir do lugar que lhe é próprio, mas não se é uma ilha isolada no oceano, o imaginário e o discurso não se constituem na solidão da palavra ou da psique, mas na interação com o outro, dentro de um ecossistema que é holístico, envolve o todo e é formado pela complexidade de redes que se sobrepõem e se interpelam. A alteridade é, portanto o combustível da interação.

Apesar de D&D e WOW serem jogos que configuram sua jogabilidade por meio da comunicação secundária, há entre eles uma grande diferença. Percebe-se que, o RPG tem a necessidade de comunhão entre jogadores, que devem trabalhar em equipe, como um conjunto em busca de contar uma história que tem início, meio e fim, situando os participantes de forma próxima e descontraída, interagindo de forma harmônica com o ambiente virtual. Por outro lado, o MMORPG individualiza a jogabilidade, tornando toda interação um momento de mutualismo que não prevê empatia, retirando a sua capacidade de se conectar harmonicamente com o ambiente virtual que os envolve.

Referências

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. 2. Ed. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola. 002.
- COUTO, H. H.; COUTO, E. N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: EDUFG, 2016.
- _____; COUTO, E. N.; BORGES, L. *Análise do Discurso Ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015.
- _____. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- COUTO, Elza K.N.N. *Ecolinguística e Imaginário*. Brasília: Thesaurus, 2012.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins fontes, 2002.
- FILL, A. *Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem*.
- COUTO, E.N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (org). *O Paradigma ecológico*

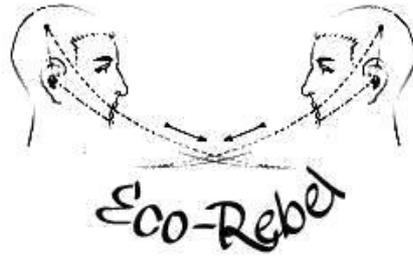
ECO-REBEL

- para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos.* Goiânia: Editora UFG, 2016.
- HAUGEN, E. *Ecologia da linguagem*. COUTO, E.N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (org). *O Paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos.* Goiânia: Editora UFG, 2016.
- LEVEL UP. *Jogos de MMORPG*. Disponível em: <<http://levelupgames.uol.com.br/levelup/jogos-online/jogos-de-mmorpg.lhtml>>. Acesso em: 30 de junho de 2016.
- MOREIRA, T.J.G. *Ao Cair da Noite: Livro de Regras*. Goiânia: Underground Haven, 2008.
- NIETZSCHE, F. *Crepúsculo dos ídolos*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *A Gaia Ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2001.
- _____. *Vontade de potência*. Parte 1. São Paulo: Escala, 2010.
- SAPIR, E. Língua e Ambiente. In: COUTO, H. H.; COUTO, E. N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos.* Goiânia: EDUFG, 2016.

Recebido: 20/01/2017.

Aceito: 30/05/2017.

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 3, n. 2, 2017.



O INTERDISCURSO AMBIENTAL NO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO EM PORTUGAL¹

Rui Ramos (Universidade do Minho, Portugal)

R e s u m o : O presente estudo pretende identificar indícios de interdiscursividade entre dois campos discursivos de relevo na esfera pública portuguesa contemporânea: o do discurso ambiental e o do discurso político. Para tal, analisa programas / manifestos eleitorais dos partidos políticos representados no Parlamento português, aquando das eleições legislativas de 2002, 2005 e 2009. Recorre, em particular, aos conceitos de *frame* e de repertório interpretativo, atribuindo relevo especial ao funcionamento da lexia “desenvolvimento sustentável”. Conclui que o discurso ambiental cruza o discurso político, mas o tratamento que os diversos partidos políticos fazem do ambientalismo manifesta diferenças ideológicas significativas.

P a l a v r a s - c h a v e : ecolinguística, análise do discurso, desenvolvimento sustentável, discurso verde, *greenwashing*.

A b s t r a c t : The present study aims at identifying evidence of interdiscursivity between two important discursive fields in the contemporary Portuguese public sphere: the environmental discourse and the political discourse. To this end, it analyses electoral programs / manifestos issued by the political parties represented in the Portuguese Parliament, during the legislative elections of 2002, 2005 and 2009. It focuses mainly on the concepts of frame and interpretive repertoire, with special emphasis on the way the formula "sustainable development" operates. The conclusion points to the fact that environmental discourse crosses the political discourse, but the treatment that the different political parties make of environmentalism manifests significant ideological differences.

Key words : ecolinguistics, discourse analysis, sustainable development, greenwashing

1. Introdução

O ambiente é omnipresente nos discursos da esfera pública das sociedades ocidentais. Tão fortemente presente, que acabou transformando-se em objeto de discurso – o que significa que, mais do que a experiência pessoal e circunstanciada que cada indivíduo tem do seu habitat, o ambiente é o que dele se diz, o que sobre ele se discute. Dito de outro

¹O texto deste artigo foi originariamente publicado na coletânea *Múltiplos olhares em linguística e linguística aplicada* (para a referência completa, ver Ramos, 2016).

modo: tendo-se transformado em objeto de discurso, a percepção que os indivíduos dele têm é largamente sobredeterminada pelos discursos que sobre o tema se produzem. O ambiente transformou-se em "ambientalismo", um "*publicly dominant discourse*" (JUNG, 2001: 271), um dos discursos salientes da esfera pública, construído pela fricção de vozes no espaço público, objeto de polémica discursiva e com a capacidade de influenciar substancialmente o pensamento e a ação dos cidadãos.

Assinale-se aqui que, apesar de cada indivíduo ter necessariamente acesso ao seu ecossistema mais próximo, de nele se integrar e sobre ele agir, nem sempre é possível ter experiência pessoal concreta de muitos elementos do ecossistema global, assim como nem sempre é possível ter percepção pessoal de fenómenos ou realidades afastadas no espaço ou no tempo, ou com dimensões temporais ou espaciais que ultrapassam a vivência e a experiência individuais. Aliás, mesmo no caso das experiências vivenciadas em primeira pessoa, o discurso que sobre elas se constrói produz efeito e marca a conceptualização e a percepção de cada indivíduo². Nessa medida, o ambientalismo, um conjunto organizado de discursos que evoluem na esfera pública, oferece aos indivíduos chaves de decodificação do real, seja ele próximo e quotidiano ou longínquo e excepcional.

Não será fácil identificar um traço específico, singular e verdadeiramente único do discurso ambiental, com a possibilidade de o distinguir dos restantes discursos da esfera pública. Mas poderá reconhecer-se um conjunto de marcas recorrentes que o particularizam, entre as quais se pode incluir o emprego de um vocabulário específico, parcialmente tomado às ciências, sejam as ciências da terra ou as ciências económicas e sociais (RAMOS e CARVALHO, 2008).

O discurso ambiental é também largamente marcado por uma dimensão pragmática diretiva, visto que assume o desejo de mudar a forma de pensar e as ações dos indivíduos (fala-se inclusivamente de educação ambiental e da ecoliteracia³).

Enquanto discursos construídos e circulando na esfera pública, poderá deduzir-se (e a nossa percepção de cidadãos também o sugere) que o discurso político e o ambientalismo apresentam múltiplos pontos de interseção. Afigura-se, portanto, francamente estimulante tentar identificar, de um ponto de vista científico e sistemático, o interdiscurso ambiental no discurso político – e é este o objetivo assumido pelo presente estudo. Em particular,

² Esta questão evoca o conceito de construtivismo linguístico (Halliday, 2001).

³ Ver Orr, D., 1992; Ramos, A. M. e Ramos, R., 2011.

parece ser interessante identificar e descrever o repertório interpretativo (o vocabulário e as fórmulas características do discurso ambiental) e os *frames* ou quadros conceptuais aos quais este repertório se encontra associado, para melhor caracterizar o discurso político português recente.

2. Método e corpus

O *corpus* recortado para a análise é constituído pelos programas / manifestos⁴ eleitorais dos partidos políticos representados no Parlamento português, aquando das eleições legislativas de 2002, 2005 e 2009, momentos-chave da constituição e da circulação do discurso político do século XXI em Portugal. Não se aborda os documentos relativos às eleições mais recentes por uma questão de distanciamento e maior objetividade.

O *corpus* foi sujeito a uma leitura intensiva, com o objetivo de nele se identificar o repertório interpretativo e os *frames* típicos do discurso ambiental ou aqueles que mais facilmente podem ser identificados como pertencendo, na memória interdiscursiva (MOIRAND, 2000, 2003) que os textos constituem na esfera pública, ao campo do ambientalismo. Neste quadro, a fórmula "desenvolvimento sustentável" assumiu um papel saliente na análise.

Os partidos políticos são, da esquerda à direita parlamentar, o Bloco de Esquerda (BE), um grupo de forças políticas radicais, de genérica inspiração socialista / trotsquista, que se dirige prioritariamente a um eleitorado urbano, instruído e jovem; o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), há vários anos eleitoralmente coligado com o Partido Comunista Português, que lhe concede um ou dois lugares no Parlamento; o Partido Comunista Português (PCP), um partido ortodoxo e tradicionalmente próximo do operariado; o Partido Socialista (PS), que se inscreve no movimento socialista europeu; o Partido Social-Democrata (PSD), pertencente à família da social-democracia europeia, e cujos eleitos no Parlamento Europeu alinham no Partido Popular Europeu; e o Centro Democrático e Social – Partido Popular (CDS-PP), representante nacional da Democracia Cristã, mas que também se integra, no Parlamento Europeu, no grupo do Partido Popular Europeu.

Na sua maioria, os manifestos eleitorais são longos e densos (entre 100 e 200 páginas). Contudo, alguns deles apresentam traços diferenciadores a sublinhar: os manifestos do PEV são muito curtos – não mais de cinco páginas; e o manifesto do PSD de 2009 é

⁴ Para simplificar a apresentação e a leitura, serão designados somente como "manifestos".

inusitadamente curto: apresenta somente 40 páginas, contra as 102 do manifesto de 2005 e as 198 do de 2002. Provavelmente, esta diferença não será alheia ao facto de, para as três eleições, o PSD ter sido o único partido que conheceu três líderes diferentes.

3. Instrumentos e procedimentos de análise

Como foi já anunciado acima, para o desenvolvimento da análise, recorreu-se aos conceitos de repertório interpretativo e de *frame* ou quadro conceptual.

Para os propósitos do presente estudo, e sucintamente, anotar-se-á que o conceito de repertório interpretativo se associa à conceção do discurso como veículo através do qual o sujeito e o mundo se articulam (TUOMINEM & SAVOLAINEN, 2002). Este entendimento afasta-se de uma conceção da linguagem e das línguas como instrumentos exteriores ao sujeito falante, vistos como simples produtos e práticas de rotulagem de uma realidade independente e ontologicamente anterior ao homem e à sua percepção / elaboração do real. Evoca o poder que a linguagem encerra de modelar a consciência dos falantes e de fornecer a cada indivíduo a teoria que suporta a sua interpretação do mundo e os quadros de “normalidade”. Portanto, em princípio, em termos analíticos, será possível reconstruir a visão do mundo dos decisores políticos portugueses a partir dos repertórios verbais respetivos fixados nos manifestos.

A noção de *frame* é explicada por Fillmore como sendo um “*certain schemata or frameworks of concepts or terms which link together as a system, which impose structure or coherence on some aspects of human experience and which may contain elements which are simultaneously parts of other such frameworks*” (1975: 123). Desta forma, o *frame* está associado a quadros prototípicos previstos pelo senso comum, determinados dentro dos limites de cada cultura (OIM & SALUVEER, 1985).

A análise inclui ainda a observação da fórmula “desenvolvimento sustentável”. Esta lexia corresponde à tradução de “*sustainable development*”, que constitui uma palavra-chave do discurso e do pensamento ambientais, expressão internacionalmente adotada sobretudo após a publicação do Relatório Brundtland (1987)⁵ e que adquiriu um reconhecimento global com a Cimeira da Terra do Rio de Janeiro (1992). De acordo com este documento, um desenvolvimento sustentável é aquele que responde às necessidades

⁵ Trata-se, em rigor, do “**Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**”, habitualmente designado como “**Relatório Brundtland**”.

das presentes gerações sem comprometer a capacidade de as gerações futuras responderem às suas. Para satisfazer este objetivo, o relatório defende a necessidade de articular as três dimensões, ou pilares, constitutivas do desenvolvimento: o pilar do desenvolvimento económico, o da justiça social e o da preservação dos sistemas naturais – sem contudo oferecer a chave ideal (e crucial) para a sua efetiva articulação (BEAURAIN, 2003: 45).

A investigadora francesa Alice Krieg-Planque (2010) defende que uma fórmula se caracteriza, nomeadamente, pelo facto de se ter afirmado como referente social e considera que a fórmula “desenvolvimento sustentável” é um caso de sucesso na sua circulação na esfera pública⁶. A presença respetiva nos discursos públicos em língua francesa já foi objeto de estudo aturado, no âmbito da linguística, mas não se conhece estudos correspondentes para o contexto português.

Há que assinalar, retomando as palavras de Krieg-Planque, que *“le caractère dominant d’une formule n’en implique nullement l’homogénéité: le fait que “développement durable” soit un passage obligé de nombreuses productions textuelles ne suppose pas – au contraire – la stabilité ou l’univocité du terme”* (2010 : 8). Discutir-se-á, neste texto, algumas das especificidades desta fórmula, naquilo que se apresenta como relevante para o presente estudo.

4. Evidências

4.1. A presença da ecologia nos manifestos

A primeira e mais ou menos óbvia observação que se pode fazer é que a temática ambiental e o discurso que lhe está associado estão contemplados em todos os manifestos. Uma leitura linear dos índices respetivos permite identificar imediatamente a presença das preocupações ambientalistas em todos os partidos políticos – com duas exceções: os índices dos manifestos do PCP de 2005 e do PSD de 2002 não lhes fazem quaisquer referências. Contudo, os conteúdos destes documentos não deixam de abordar a temática. Os manifestos do PEV não têm índice, mas os títulos que ostentam são eloquentes (o que não constitui qualquer surpresa, já que se trata de um partido que se reclama “ecologista”). A presença interdiscursiva do ambientalismo no discurso político manifesta-se essencialmente através do vocabulário: expressões como “poluição”, “ecossistema”, “biodiversidade” ou “ecologia” estão abundantemente representadas. Mas também é

⁶ Ver igualmente Krieg-Planque, 2009.

possível encontrar outros termos técnicos típicos, como “coincineração”⁷ (PSD, 2002: 94), “CO₂” (PSD, 2005: 11), “dioxinas” (BE, 2005: 49), “edafoclimáticas” (PCP, 2002: 25), “efeito de estufa” (PS, 2005: 93), “furanos” (BE, 2005: 49), “PCB”⁸ (PSD, 2005: 62), “pirólise” (PSD, 2002: 95), “solventes orgânicos halogenados” (PDS, 2005: 62)⁹. Além disso, ocorre nos documentos um conjunto importante de neologismos, entre os quais ocupam lugar de destaque os que são construídos a partir do prefixo “eco_”: “descarbonização da economia” (BE, 2002: 46), “eucaliptização” (PEV, 2005: 5), “ecocondicionalidade” (PSD, 2002: 56), “ecodesenvolvimento” (PEV, 2009: 1), “ecoeficácia” (CDS, 2005: 16), “ecoenergéticas” (PSD, 2005: 73), “ecorresponsável” (CDS, 2009: 9), “ecotaxas” (BE, 2002: 40), “ecoturismo” (PSD, 2005: 69), etc. Finalmente, há que referir a presença de estrangeirismos, como “produção de ovos free-range”, “eco-resort” (PSD, 2005: 79), “greening” (PSD, 2005: 63), “green building” (PSD, 2009: 32), “sistemas PAYT (pay as you throw)” (CDS, 2009: 8), por exemplo. Uma outra particularidade típica do ambientalismo é a criação de cenários catastróficos ou apocalípticos (HARRÉ, BROCKMEIER e MÜHLHÄUSLER, 1999; FROUST e MURPHY, 2009 ; RAMOS, R., 2009, 2011), reificando as alterações climáticas pelo processo de as tornar próximas dos indivíduos, acessíveis à sua experiência vital e com escala às suas dimensões. Este traço encontra-se igualmente presente, em particular nos discursos dos partidos de esquerda – e, entre estes, mais visivelmente nos manifestos do BE:

(1) Se é incontestável que as alterações climáticas têm origem na atividade do Homem e provocam cada vez mais desastres ecológicos e humanos é também um facto que combater este fenómeno é urgentíssimo (PEV, 2002: 2);

(2) Os três verões mais quentes desde que há registros ocorreram nos últimos seis anos: em 1998, em 2002 e, sobretudo, em 2003: nesse ano arderam 424 mil hectares em Portugal, e em 2004 foram mais 114 mil. A década de 1990 foi a mais quente que se conhece. A taxa de aquecimento global é agora de quase 0,2°C por década.

Em consequência, o número médio anual de grandes desastres meteorológicos e climáticos registados na Europa duplicou entre a

⁷ Neste caso de citação, como em todos os outros casos de citação dos manifestos, atualizou-se a norma ortográfica, seguindo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

⁸ Esta sigla, sem explicação no original, representa o lexema inglês “polychlorinated biphenyl”, um produto químico sintético.

⁹ Várias das expressões aqui coligadas encontram-se em diversos manifestos, de diferentes partidos.

ECO-REBEL

década de 1980 e a de 1990. Em África, na Ásia e nas Américas, são atingidos povos inteiros, com multidões lançadas na miséria por cada vez mais frequentes tufões e cheias, cuja frequência e intensidade são excepcionais quando comparadas com as décadas anteriores (BE, 2005 : 44).

O PEV, no exemplo (1), dá como saber partilhado e como estado de coisas inquestionável que as alterações climáticas têm origem humana, ainda que este continue a ser um assunto controverso, e associam a essa assunção que estas estão na origem de “cada vez mais desastres ecológicos e humanos”, conferindo ao discurso um tom tremendista e estabelecendo uma relação imediata de causa-efeito entre as primeiras e os segundos, oferecendo ao leitor uma explicação algo simplista, mas bem percecionável pelo indivíduo. As alterações climáticas, conceito vago e longínquo, são traduzidas em resultados que o leitor pode interiorizar facilmente, seja por ter tido experiência própria de tais estados de coisas, seja pelo discurso reificador dos meios de comunicação social, que permitem a vivência “em segunda mão” das experiências catastróficas de outros.

O BE, no excerto (2), emprega expressões que evocam *frames* extremos, como “desastres”, “catástrofes”, “riscos para a saúde”, “envenenamento do ar”, etc. E, de uma forma ou de outra, todos os partidos mencionam a crise ambiental, ou as ameaças ao equilíbrio natural, ao mesmo tempo que advogam o equilíbrio ou a harmonização entre a atividade humana e o ambiente natural.

O exemplo (2) permite igualmente identificar uma outra característica do ambientalismo, tomada do discurso científico: a presença frequente de números, quantificações exatas, cálculos científicos. Este traço encontra-se presente nos documentos do BE, como o exemplo mostra, mas é partilhado pelo discurso dos restantes partidos. Tal característica, para além de buscar a credibilização do discurso (RAMOS e CARVALHO, 2008), está associada a um certo caráter didático do ambientalismo, testemunhado igualmente por outros segmentos dos manifestos, como no caso seguinte:

(3) De acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, onde a proteção do ambiente surge a par da eficiência económica e do progresso social (PS, 2005: 26);

(4) Fim da produção de ovos por galinhas de bateria (criação intensiva) promovendo a transição para produção de ovos “free-range” (criação extensiva) (BE, 2009: 76).

No exemplo (3), o texto oferece uma definição sucinta de “desenvolvimento sustentável” (ou, pelo menos, aponta uma característica relevante desse conceito), o que pode justificar a adoção de determinadas opções políticas; no exemplo (4), evidenciam-se o emprego de termos técnicos, um deles um anglicismo, e dois segmentos reformulativos com função explicativa, entre parêntesis.

Finalmente, há que realçar uma outra característica típica da lógica ambiental e que aqui se manifesta no discurso político: o seu carácter teleológico (MYERSON e RYDIN, 1996), configurando as relações de tempo e a orientação prospetiva:

(5) O PCP considera que a política de ambiente e recursos naturais é uma questão fulcral para o presente e futuro do País e do povo português (PCP, 2002: 50);

(6) (...) melhorar o que nos foi legado, garantir o bem-estar das gerações atuais e assegurar que as gerações futuras também o possam fazer (CDS, 2009: 8).

Estes dois segmentos ilustram a orientação prospetiva de longo prazo marcante do discurso ambiental: somente esta visão dos estados de coisas pode justificar a mudança das atitudes e das ações no presente, em face de um futuro de qualidade – no fim de contas, trata-se de garantir o desenvolvimento sustentável.

4.2. A harmonização entre ecologia e economia: o desenvolvimento sustentável

Por opção metodológica, tendo em vista agilizar tanto a produção deste texto, como a respetiva leitura, estabelecer-se-á uma dicotomia simplista entre ecologia e economia. Ainda que os dois termos partilhem um radical grego (“eco”, que significa “casa”), pertencerá à vertente “ecologia” tudo quanto respeita diretamente ao ambiente e à vertente “economia” tudo quanto respeita às finanças, ao mundo do trabalho e ao progresso social. Esta divisão permite afirmar que todos os partidos preconizam explicitamente uma harmonização entre ecologia e economia, em diversos momentos dos seus manifestos. A única diferença relevante está associada à respetiva construção macrodiscursiva: a maioria dos manifestos faz um apelo sistemático e recorrente a tal harmonização, ao longo do corpo textual, enquanto alguns outros a evocam exclusivamente (ou quase) nos capítulos ou secções que se dedicam a temas ambientais ou com repercussões ambientais diretas (como a energia ou a agricultura, por exemplo).

ECO-REBEL

É o caso dos manifestos do PCP, e do do PDS de 2009, que optam por alusões à ecologia em secções específicas, ao contrário de todos os outros documentos, onde surge a fórmula “desenvolvimento sustentável” e sinónimos respetivos ou palavras da família de “sustentável”, por exemplo, ao longo dos textos.

Esta harmonização é traduzida na fórmula “desenvolvimento sustentável” no discurso de todos os partidos. Contudo, o PCP opta por utilizar mais frequentemente outras expressões para evocar um estado de coisas semelhante:

(7) A política de ambiente e recursos naturais pela qual o PCP luta tem por objetivo a criação das condições necessárias à concretização de um desenvolvimento integrado e equilibrado do país (PCP, 2005: 30).

No que respeita aos restantes manifestos, o desenvolvimento sustentável é claramente eleito como tema basilar ou ao qual se concede grande relevo na definição da via política a adotar:

(8) O desígnio central da política de ambiente para os próximos anos deve ser o de contribuir mais decisivamente para estruturar o processo de desenvolvimento sustentável do País, integrando a definição e a execução das diferentes políticas sectoriais (PS, 2002: 58);

(9) O objetivo essencial do CDS-Partido Popular (...) é apostar num modelo de desenvolvimento sustentável, que representa a aliança entre o crescimento económico, a justiça social, a qualificação dos jovens e o respeito pelo ambiente (CDS, 2005: 2).

No caso do segmento apresentado em (9), há que assinalar que ocorre na abertura do manifesto, ou seja, trata-se da primeira afirmação que o partido elabora no processo de apresentação das suas propostas ao eleitorado e, conseqüentemente, um momento fulcral da sua organização discursiva, que dá o tom para o desenvolvimento estratégico e argumentativo do manifesto eleitoral do partido.

4.3. Ambientalismo e outras lógicas discursivas

Para além das referidas diferenças de tratamento das questões ambientais, há uma outra, verdadeiramente significativa.

Pode observar-se que o discurso dos partidos da esquerda mais radical (BE, PEV e PCP) é um discurso polémico, panfletário e ideológico, integrando questões que remetem para

ECO-REBEL

o ambiente no quadro da crítica ao sistema capitalista, reivindicando a coletivização dos bens essenciais e dos recursos naturais. Nega a mercantilização do ambiente, defende um modelo alternativo de desenvolvimento e liga os direitos sociais à preservação da natureza. Trata-se de um discurso moralista e agônico, que tece críticas explícitas ou subjacentes à construção de *frames* disfóricos ativados por expressões como “inércia”, “negligência” ou “hipocrisia”, identificáveis ao longo dos manifestos destes partidos – constituindo, como seria de esperar, críticas violentas aos seus adversários políticos. As sequências seguintes exemplificam estas ocorrências:

(10) Os recursos naturais não podem ser propriedade de uns poucos, para prejuízo da grande maioria dos Portugueses. Por isso é necessário, por um lado, fazer uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados, e por outro promover uma verdadeira justiça fiscal (PEV, 2002: 3);

(11) Os conceitos de desenvolvimento e de ambiente não são dissociáveis. A perspetiva ambiental tem de estar, sempre, presente em todas as políticas sectoriais, e não encarar o desenvolvimento numa exclusiva perspetiva económica, como vulgarmente tem vindo a acontecer, o que apenas serve para negar o próprio princípio do desenvolvimento. Encarar o desenvolvimento na perspetiva estrita das atividades económicas e desvalorizar o seu impacto sobre a natureza é característica de uma economia de matriz capitalista, direcionada para a criação de lucros de curto prazo, à custa do futuro do planeta (PCP, 2005: 30).

Em (10), a referência à necessidade de promover uma “verdadeira justiça fiscal” ativa um implícito e evoca necessariamente uma crítica, dirigida aos partidos políticos que ocuparam o poder no passado; ao mesmo tempo, o partido / locutor constrói para si um *ethos* (AMOSSY, 2010) de honestidade, apresentando-se como garante da verdade evocada, imagem reforçada pela aproximação do partido à maioria dos cidadãos contra “uns poucos” que se apropriam dos bens comuns e através do desejo (e da promessa implícita) de uma “distribuição mais justa dos rendimentos gerados”. Este discurso moralista, construído sobre uma ética difícil de refutar, é retomado em (11), com outros argumentos mas com o mesmo tipo de raciocínio lógico (aponta para valores sólidos e difundidos na sociedade), tem uma forte capacidade de se impor e está frequentemente presente na argumentação dos ativistas ambientais.

ECO-REBEL

Diversamente, o discurso do partido de centro-esquerda (PS) e o do partido de centro-direita (PSD) é mais pragmático e menos marcado por um posicionamento ideológico. Os documentos respetivos apresentam medidas concretas e fazem projeções do que prometem realizar no caso de vitória eleitoral.

Os seus manifestos (à exceção do do PSD de 2009) são longos, mas neles a crítica ocupa um lugar menor; abarcam múltiplos setores do governo e da vida social, propondo medidas específicas e detalhadas, numa perspetiva claramente prospetiva. O discurso mantém-se estritamente dentro dos limites do senso comum e do “politicamente correto” e parece responder a todos os problemas sociais e individuais dos cidadãos, do crescimento económico ao desemprego, da educação aos acidentes de trânsito, da política linguística à defesa nacional. Assim, não causa surpresa que, relativamente às questões ambientais, o discurso seja politicamente correto, assumindo a centralidade do desenvolvimento sustentável e proclamando que a defesa do ambiente terá sempre um papel transversal a todas as políticas setoriais. Os manifestos anunciam intervenções em diferentes questões que se relacionam direta ou indiretamente com o ambiente (a preservação ambiental, as águas residuais, a poluição atmosférica, o ruído, os resíduos industriais, os parques naturais, a pesca, a agricultura, o ordenamento do território, o planeamento urbano, os transportes, o turismo, a segurança alimentar, a energia, etc.) e proclamam sistematicamente o desejo de atingir uma relação harmoniosa entre a atividade humana (o desenvolvimento económico, a melhoria das condições de vida, o aumento da rentabilidade produtiva, o desenvolvimento social) e o ambiente (preservação e usufruto).

Trata-se de propostas político-administrativas apresentadas como viáveis, a concretizar ao longo da legislatura, na circunstância de a maioria dos eleitores se identificar com elas e votar no partido para governar durante o período em causa. Submetem-se a uma lógica legislativa e funcional do aparelho do governo. Como a história dá a ver, o PS e o PSD são as forças políticas mais suscetíveis de ganhar eleições (desde a instauração do regime democrático, em 1974, sempre um destes partidos teve a maioria dos deputados no parlamento). Por isso, mesmo que se aceite algum grau de exagero, populismo ou manipulação nos discursos de campanha eleitoral, pode supor-se que há, entre os dirigentes destes partidos, a perceção da possibilidade de ganharem as eleições e de se verem confrontados com as suas promessas pré-eleitorais. Seria então justo supor um

ECO-REBEL

esforço para apresentar propostas honestas e concretizáveis, e não ideias radicais e utópicos, sem qualquer possibilidade de adesão à realidade.

Contudo, não é fácil afirmar se há verdadeiramente um *frame* geral de harmonização nas promessas e projeções destes partidos. A par de afirmações que reconhecem a centralidade e a urgência da preservação ambiental, parece haver momentos nos quais a evocação das causas ambientais não se destina a mais do que enfeitar o discurso, construído sob a lógica poderosa da economia que tudo subjuga. A sequência seguinte mostra um destes casos em que a economia se afirma sobre todas as restantes dimensões da vida social e política:

(12) Para o Governo do PS será essencial conferir prioridade à adoção pela União de uma agenda de desenvolvimento sustentada para o século XXI (...). O objetivo (...) é transformar a economia europeia na mais competitiva do Mundo em 10 anos. Para isso há que prosseguir a reformulação do tecido produtivo europeu com base na sociedade do conhecimento e na utilização das novas tecnologias de comunicação, garantindo a coesão social e territorial, reafirmando o objetivo do pleno emprego, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão, bem como a salvaguarda do equilíbrio ambiental, da paz e da segurança interna. Há também que prosseguir a liberalização dos mercados (PS, 2002: 9-10).

O domínio da economia sobre a ecologia é particularmente observável no manifesto do PSD de 2009 e, com ainda maior evidência, nos manifestos do CDS, o partido mais à direita no espectro parlamentar. Nestes manifestos, a natureza é sistematicamente configurada como recurso disponível para o homem, como fonte de riqueza:

(13) Quanto à política de florestas, que constituem uma das nossas maiores riquezas, (...) o número de incêndios florestais tem vindo a aumentar, destruindo violenta e criminosamente uma das maiores riquezas naturais do nosso País: as florestas. (...) Torna-se assim necessário incentivar o investimento produtivo na floresta e sensibilizar toda a população nacional para a enorme importância dos espaços florestais e campestres, como elementos essenciais à preservação ambiental do País e para o bem-estar da sociedade atual e das gerações vindouras. (...) e para a valorização e comercialização dos produtos florestais (CDS, 2002: 31).

4.4. A fórmula “desenvolvimento sustentável”

A fórmula “desenvolvimento sustentável” está presente em todos os manifestos. Em alguns, é adotada como pedra angular da política económica do país (ver exemplo (9), um dos mais explícitos a esse nível). São frequentes lexias da mesma família, como “sustentabilidade” ou “sustentar”: por exemplo, o manifesto do PSD de 2005 menciona “sustentabilidade” 29 vezes; o do CDS de 2005, 17 vezes.

Contudo, são diversos os casos em que a análise do contexto imediato destas expressões mostra que o adjetivo “sustentável” e outras palavras da sua família não são utilizados no quadro traçado pela lógica ambiental, mas no da economia. Assim, surge, no manifesto do PS de 2005, 10 vezes “desenvolvimento sustentável”, mas 171 vezes “desenvolvimento” e 27 vezes “sustentável” (em ambos os casos, como se compreende, cada uma das palavras da expressão surge separada da outra). Encontra-se um grande número de ocorrências de “sustentabilidade” associada à Segurança Social (trata-se da fórmula “sustentabilidade da Segurança Social”) e com outros empregos, como “crescimento sustentável” (PSD, 2002: 65), “mobilidade sustentável” (PSD, 2005: 69 e PS, 2005: 102), “um serviço nacional de saúde sustentável” (PS, 2009: 74), etc.

Pode verificar-se que há um número significativo de ocorrências de dupla e tripla adjetivação, como “desenvolvimento harmonioso e sustentável” (PEV, 2002: 1), “desenvolvimento sustentável e equilibrado” (PS, 2002: 138), ou “desenvolvimento sustentável, equilibrado e justo” (PSD, 2005: 73). Neste caso, trata-se de um pleonasma, visto que o semantismo de “sustentável” inclui ou implica o(s) outro(s) adjetivo(s) utilizado(s), ou então a fórmula perde uma parte do seu valor semântico quando é utilizada no discurso político – razão pela qual o enunciador sente a necessidade de completar ou especificar o sentido da expressão.

Na mesma linha, é possível identificar o uso frequente de “sustentado”, em coocorrência com “sustentável”. O seu efeito mais visível reside na modalização que assiste a tais usos: se o semantismo de “sustentável” incorpora uma orientação presente-futuro, conseqüentemente hipotética e imperfetiva, o de “sustentado” comporta uma orientação presente-passado, concreta e perfetiva, atribuindo ao discurso um caráter mais assertivo e tangível.

5. Conclusões

Pode concluir-se que as preocupações face ao ambiente estão presentes com grande relevo e visibilidade em todos os manifestos eleitorais e que o ambientalismo enquanto discurso

também perpassa o discurso político plasmado no *corpus* analisado, mostrando uma transferência de vocabulário entre os agentes e os discursos ambientais e políticos.

Os *frames* e o repertório interpretativo recortados permitem identificar posicionamentos diferentes entre os partidos políticos. Neste aspeto, as evidências do *corpus* não oferecem novidade, mas a confirmação do que é, mais ou menos, a voz comum. Assim, os que se situam mais à esquerda utilizam o ambientalismo como discurso empenhado ou “engajado” e panfletário, sob o escopo de um posicionamento político e ideológico; apresentam-se como forças políticas do contrapoder e o ambiente é um dos seus instrumentos de luta.

Os partidos políticos do centro (e do poder) preferem um discurso onde o ambiente se submete a uma lógica legislativa e organizacional, eventualmente como estratégia de embelezamento do discurso e de resposta a demandas sociais, um discurso politicamente correto (uma forma de higiene verbal), mas onde se identificam segmentos que suscitam e autorizam a dúvida sobre o real sentido de muitas das afirmações e promessas. De alguma forma, poderá ser identificada nestes casos a manifestação do *greenwashing* que tantas vezes constitui argumento de acusação e refutação entre ambientalistas e outros atores sociais.

Finalmente, o partido que se posiciona à direita é claro na sua conceção de usufruto da natureza, configurada como recurso ao serviço do homem para uma exploração mais ou menos equilibrada. Ainda que defenda explícita e insistentemente o desenvolvimento sustentável, o discurso eleitoral deste partido, mais do que os restantes, submete a ecologia aos interesses da economia, reduzindo a natureza ao potencial valor económico que pode proporcionar.

A fórmula “desenvolvimento sustentável”, adotada discursivamente por diversos manifestos como pilar fundamental do edifício económico e social do país, sofreu um deslizamento semântico e modificou parcialmente o seu sentido original (a sua alta frequência está longe de ser sinónimo de univocidade) e a presença massiva tanto da fórmula, quanto da sua variante “desenvolvimento sustentado”, quanto ainda de outros lexemas da mesma família no discurso político constitui uma estratégia retórica e económica, a partir de um discurso reconhecido e valorizado pelo destinatário eleitor.

A análise efetuada, ainda que mostre a presença do interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal, não tem a capacidade para definir com rigor se a presença do interdiscurso resulta de uma mudança de mentalidades e de formas de agir,

ou se se limita a constituir um véu diáfano e pouco consequente, com objetivos manipulatórios, uma simples estratégia de propaganda para atingir objetivos de conquista do poder. Ou, caso haja um pouco de cada uma destas vertentes, qual o peso relativo de cada uma delas no desenho final do discurso político português.

Referências

- AMOSSY, R. *La présentation de soi*. Paris: PUF, 2010.
- BEAURAIN, C. Économie et développement durable dans les discours de la production territoriale. *Mots. Les langages du politique*, n.72, p. 44-58, 2003.
- FOUST, C. R.; MURPHY, W. Revealing and Reframing Apocalyptic Tragedy in Global Warming Discourse. *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, n.3, v.2, p. 151-167, 2009.
- HALLIDAY, M. New Ways of Meaning: The Challenge to Applied Linguistics. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (Eds.). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, 2001. p. 175-202.
- HARRÉ, R.; BROCKMEIER, J.; MÜHLHÄUSLER, P. *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage, 1999.
- JUNG, M. Ecological Criticism of Language. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (Eds.). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, 2001. p. 270-285.
- KRIEG-PLANQUE, A. *La notion de formule en analyse du discours: cadre théorique et méthodologique*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009.
- KRIEG-PLANQUE, A. La formule "développement durable": un opérateur de neutralisation de la conflictualité. *Langage et société*, n.134, p. 5-29, 2010.
- MOIRAND, S. Les manifestations discursives dialogiques de la rencontre entre sciences, médias et politique. In: TOVAR et al. (Eds.). *Lengua, Discurso, Texto. (I Simposio Internacional de Análisis del Discurso)*, vol. II. Madrid: Visor, 2000. p. 2681-2697.
- MOIRAND, S. Communicative and cognitive dimensions of discourse on science in the French media. *Discourse Studies*, n.5, v.2, p. 175-206, 2003.
- MYERSON, G.; RYDIN, Y. *The language of environment. A new rhetoric*. London: UCL Press, 1996.
- OIM, H.; SALUVEER, M. Frames in linguistic descriptions. *Quaderni di Semantica*, VI, p. 295-305, 1985.
- ORR, D. *Ecological Literacy: Education and the Transition to a Postmodern World*. Albany: State University of New York Press, 1992.
- RAMOS, A. M.; RAMOS, R. Ecoliteracy Through Imagery: A Close Reading of Two Wordless Picture Books. *Children's Literature in Education*, n.42, v.4, p. 325-339, 2011.
- RAMOS, R.; CARVALHO, A. *Science as Rhetoric in Media Discourses on Climate Change*. In: DAM, L.; HOLMGREEN, L.-L.; STRUNCK, J. (Eds.). *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-Day Society*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2008. p. 223-247.
- RAMOS, R. *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2009.
- RAMOS, R. Contributos para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa. *Revista Galega de Filoloxia*, n.12, p. 155-176, 2011.
- RAMOS, R. O interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal. In: ORTIZ-PREUSS, E.; COUTO, E.; RAMOS, R. (Orgs.) *Múltiplos olhares em linguística e linguística aplicada*. São Paulo: Pontes Editores, 2016, p. 55-74.
- TUOMINEN, T.; SAVOLAINEN. Discourse, cognition, and reality: toward a social constructionist metatheory for library and information science. In: BRUCE, H. et al. (Eds.). *Emerging frameworks and methods: CoLIS 4. Proceedings of the fourth international conference*

on conceptions on library and information science. Greenwood Village, CO: Libraries Unlimited, 2002. p. 271-283.

Apêndice (Corpus)

Bloco de Esquerda. *Manifesto eleitoral*. 2002.

Bloco de Esquerda. *Tempo de viragem. As prioridades para uma governação que imponha um novo ciclo de políticas. Programa eleitoral do Bloco de Esquerda. Legislativas 2005*. Lisboa/Porto: Edições do Bloco. 2005.

Bloco de Esquerda. *Programa para um governo que responda à urgência da crise social. A política socialista para Portugal*. 2009.

Centro Democrático e Social. *Programa de governo*. 2002.

Centro Democrático e Social. *Programa de governo. Legislativas 2005*. 2005.

Centro Democrático e Social. *Programa de governo*. 2009.

Partido Comunista Português. *Por uma política de esquerda. Mudar para melhor. Programa eleitoral do PCP*. 2002.

Partido Comunista Português. *Programa eleitoral do Partido Comunista Português. Eleições legislativas*. 2005.

Partido Comunista Português. *Programa eleitoral do PCP. Eleições legislativas 2009*. 2009.

Partido Ecologista “Os Verdes” *Manifesto eleitoral*. 2002.

Partido Ecologista “Os Verdes”. *Manifesto verde para as eleições legislativas 2009*. 2009.

Partido Ecologista “Os Verdes”. *Manifesto eleitoral*. 2005.

Partido Social-Democrata. *Compromiso de mudança*. 2002

Partido Social-Democrata. *Legislativas 2005. Manifesto eleitoral PPD/PSD. Um contrato com os portugueses*. 2005.

Partido Social-Democrata. *Compromisso de verdade. Programa eleitoral do Partido Social Democrata 2009-2013*. 2009.

Partido Socialista. *Programa do governo*. 2002.

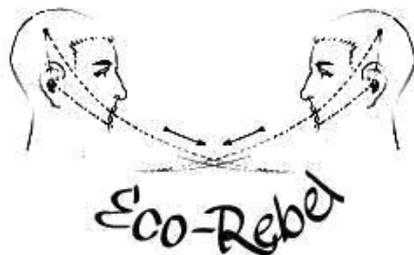
Partido Socialista. *Compromissos de governo para Portugal. 2005-2009*. 2005.

Partido Socialista. *Programa de governo do Partido Socialista. Avançar Portugal. 2009-2013*. 2009.

Recebido: 15/05/2017.

Revisto: 12/06/2017.

Aceito: 14/07/2017.



ECOLOGIA DAS LÍNGUAS

Peter Mühlhäusler (University of Adelaide, Austrália)

R e s u m o : O objetivo deste texto é apresentar algumas questões fundamentais para quem desejar abordar as línguas de uma perspectiva ecológica. O autor não apresenta resposta a essas perguntas, deixando ao leitor a tarefa de procurar por elas.

P a l a v r a s - c h a v e : Ecologia linguística. Diversidade linguística. Diversidade biológica. Vitalidade e morte de língua.

A b s t r a c t : The objective of this text is to present some fundamental questions to those wishing to approach languages from an ecological perspective. The author does not give any answer to these questions, leaving to the reader the task of looking for them.

K e y w o r d s : Ecological linguistics. Language diversity. Biological diversity. Language vitality and death.

Ernst Haeckel, que criou o termo 'ecologia' em 1866, definiu-o do seguinte modo:

Por ecologia queremos dizer o corpo de conhecimento relativo à economia da natureza. A investigação de todas as relações do animal com o meio ambiente inorgânico e o orgânico. Aí estão incluídas, sobretudo, as relações harmoniosas e desarmoniosas com os animais e plantas com os quais ele entra em contato, direta ou indiretamente. Em suma, ecologia é o estudo de todas as complexas inter-relações às quais Darwin se referiu como sendo aquelas condições da luta pela existência.

Desde que esse excerto foi escrito muita coisa mudou. Uma dessas mudanças é a extensão da metáfora ecológica a novos domínios como ecologia da mente ou ecologia da língua. Uma segunda mudança é uma reavaliação da noção de "condições da luta pela existência". Ecologias funcionais caracterizam-se predominantemente por vinculações mutuamente benéficas e só em pequena escala por relações competitivas.

O pensamento ecológico apresenta uma série de características distintivas, tais como:

ECO-REBEL

- levar em conta não apenas fatores internos ao sistema, mas uma gama maior de fatores ambientais;
- consciência dos perigos do monoculturalismo;
- consciência da limitação dos recursos naturais e humanos;
- visão de longo prazo; e
- consciência dos fatores que mantêm a higidez das ecologias.

Aplicado à linguística isso significa que é necessário repensar o grosso da ideologia corrente. Sobretudo:

A noção de línguas como sistemas simples e delimitados ou a hipótese da independência de Chomsky que isola estrutura devem ser rechaçadas. Para os falantes das línguas indígenas da Austrália, por exemplo, questões de direito à terra não podem ser separados das questões de propriedade e uso de língua.

O foco da linguística ecológica é a diversidade das línguas humanas e suas funções, não princípios gerais de descrição gramatical. Uma nova questão é a da estrutura da natureza da diversidade linguística bem como a função social e biológica dessa diversidade. Pequenas línguas com pouquíssimos falantes em uma ecologia linguística estruturada, em que tanto línguas francas intercomunitárias de porte médio quanto línguas francas regionais maiores possibilitam que todos se comuniquem e mostrem suas identidades. Essas ecologias estruturadas têm sido documentadas para as línguas da América do Norte por Drechsel (1997), que provê um modelo para a coexistência de línguas grandes e pequenas em uma mesma área de comunicação.

O que os linguistas ecológicos querem dizer é que isso é mais aplicável do que uma linguística não ecológica e que a aplicação na área de planejamento, ensino e revitalização linguística pode ser bastante vantajosa. Uma razão para isso é que a abordagem ecológica leva em consideração um número muito maior de parâmetros. Isso pode ser exemplificado com o caso da revitalização da língua kaurna do sul da Austrália, em contraposição a outras tentativas não ecológicas de revitalização.

A preocupação com uso a longo prazo se manifesta em estudos de adaptação da língua a condições ecológicas em mudança, como na obra de Halliday (1992). A adaptação pode ser melhor vista sobretudo nas situações de ilhas desertas como é o caso de Pitcairn e Norfolk Island (MÜHLHÄUSLER, 1996a). Um dos objetivos

do planejamento linguístico deve ser possibilitar que línguas ou ecologias existentes sobrevivam em condições externas em mudança acelerada. Mesmo que todas as línguas possam ser postas a serviço das necessidades comunicativas de seus falantes, isso não se dá de supetão.

A questão central da linguística ecológica é: O que é a viabilidade a longo prazo das línguas em seu meio ambiente? Isso significa que revitalização de línguas como o maori ou o havaiano deve levar em conta uma gama de fatores, além dos de ensino eficiente dessas línguas a um grupo de aprendizes de línguas indígenas.

A abordagem ecológica ao estudo da língua foi avançada pioneiramente por Haugen (1972). Ele focalizou inicialmente as inter-relações entre línguas (que ele considerou como dadas) e seus entornos (arredores sociais, meio ambiente). Teóricos mais recentes da ecolinguística (FILL, 1998) não consideram a língua como dada, e relações que são diferentes modos de falar se tornaram um tema importante.

A teoria ecológica, como desenvolvida em Mühlhäusler (1990, 1996b) e Fill (1993), trata da questão: Qual é o sistema de suporte que mantém uma ecologia ao longo do tempo? Implícita nessa questão está a hipótese de que diversidade estrutural de modos de falar, em vez de monolinguismo, é a situação natural e que qualquer tentativa de se contrapor à diversidade linguística é equivocada.

A abordagem ecológica à língua faz uma série de novas perguntas, como:

Qual é a relação entre diversidade de línguas e diversidade de formas de vida?

As línguas podem sobreviver em condições de degradação ambiental?

Qual é a estrutura/gramática da diversidade linguística? O que faz dela mais do que a soma de suas partes constituintes?

Como podemos verificar o bem-estar de uma ecologia linguística?

A abordagem ecológica à língua tem muitas aplicações, incluindo:

planejamento de comunidades linguisticamente estáveis;

criação de um sistema de apoio ao ensino de L2;

exigir um sistema de apoio a programas de revitalização linguística; e

integração de letramento com outras práticas sociais.

Exemplos de todas essas áreas devem ser apresentados e a literatura pertinente deve ser resenhada. Ênfase especial deve ser dada às implicações da ecolinguística para a política linguística e no planejamento linguístico.

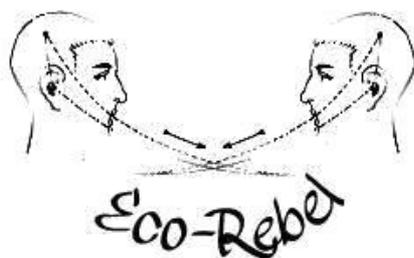
Referências

- BREWER, R. *The Science of Ecology*. Philadelphia: Saunders College Publications, 1988.
- DRECHSEL, Emmanuel. *Mobilian Jargon*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- HALLIDAY, M. New ways of meanings. In M. PÜTZ (ed.) *Thirty Years of Linguistic Evolution*. Amsterdam: Benjamins, 1992.
- HAUGEN, E. *The Ecology of Language: Essays by Einar Haugen*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- FILL, A. *Ökolinquistik*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.
- _____. Ecolinguistics: State of the Art 1998. *Arbeiten aus Anglistik und Amerikanistik* 23 (1), 3-16, 1998.
- MÜHLHÄUSLER, P. Preserving languages or language ecologies: a top-down approach to language survival. *Oceanic Linguistics* 31. 163-180, 1998.
- _____. *Language Ecology: Linguistic Imperialism and Language Change in the Pacific Region*. London: Routledge, 1996a.
- _____. Ecological and non-ecological approaches to language planning. In M. HELLINGER & U. AMMON (eds.) *Contrastive Sociolinguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996b.

Traduzido do inglês por Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

Texto convidado.

Ecolinguística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 3, n. 2, 2017.



RESENHA

GAIO, Mario Luis Monachesi. *Etnicidade linguística em movimento: os processos de transculturalidade revelados nos brasileiroítalos do eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2017, 318p.

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG)

Antigamente, a defesa de teses de doutorado era um acontecimento social. Havia não só a presença dos familiares do candidato, mas também de outras pessoas e até da imprensa, que noticiava o evento para a comunidade. Hoje em dia, porém, a produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado já é tão intensa que é praticamente impossível se ter uma visão de conjunto sobre elas. Nesse cenário, dificilmente uma tese se sobressai dentre as demais. Não é o caso da tese supra, de Mario Luis Monachesi Gaio, defendida na UFF, sob a orientação de Mônica M. M. Savedra, com coorientação de Konstanze Jungbluth, da Europa-Universität Viadrina, de Frankfurt-Oder, Alemanha. Trata-se de uma tese produzida fora do eixo Brasília-Goiânia que aplica de modo bastante consistente a variante da ecolinguística aí praticada, a linguística ecossistêmica. O que é mais, ela trata de um tema também pouco estudado, que é a imigração italiana em Juiz de Fora (MG) e no Rio de Janeiro, sendo que o normal é pensar em italianos em São Paulo e no sul do Brasil. Só esses dois motivos já justificariam a resenha dela em *ECO-REBEL*, como já fora feito com a tese *Corpus Approach to Ecological Discourse Analysis and L2 Writing Pedagogy*, de Robert Poole, defendida na University of Arizona (EUA), por usar conceitos da análise do discurso ecológica em outro país (*ECO-REBEL* v. 2. n. 2, 2016, p. 127-131).

É uma tese extensa (são 258 páginas de tese, mais 60 de anexos), mas, antes de tudo, intensa. Ela começa por uma seção de Introdução – subdividida em 5 capítulos – (p. 4-6), precedida de uma Nota Inicial (p.1), na qual se prepara o contexto para o que será discutido nas demais partes. A seção 2, Identidade e Imigração (22-58), discute em 7 capítulos e subcapítulos questões como "identidade linguística e cultural", "nacionalismo e identidade", "língua, cultura e identidade", "a internet como território" (uma grande

contribuição ao entendimento do território), "o ecossistema cultural" (assunto recém-introduzido na linguística ecossistêmica), "comunidade de fala", "a comunidade de fala na perspectiva da linguística ecossistêmica" e "as comunidades de prática". O autor deveria ter explicitado melhor em que as "comunidades de prática" se assemelham ou se diferenciam da comunidade de fala.

A seção 3, Contato de Línguas (58-77), discute a questão do título, embora não exponha a versão linguístico-ecossistêmica sobre o assunto, muito detalhadamente apresentada em Couto (2009). O autor cita clássicos como Weinreich, Thomason e Kaufman e outros, sem expor em pormenores nenhuma das propostas. Ele fala em "Contato de línguas e seus efeitos" (3.2), "Fronteiras linguísticas" (3.2.1), "Extinção de línguas" (3.2.2) – que é o que aconteceu no caso da língua dos italianos que investiga –, "Língua de herança e língua por herança" (3.2.3) e "Língua e emoção" (3.2.4), assunto bastante pertinente, mas que foi tratado de modo bastante sucinto.

A seção 4, Transculturalidade (77-104), toca em um dos assuntos mais importantes no contexto da tese. Nela são discutidos assuntos como "Migração, transnacionalismo, diáspora" (4.1), "Transculturalidade, hibridismo e sincretismo" (4.2), "Hibridismo cultural" (4.2.1) e "Sincretismo cultural" (4.2.2). O assunto é importante porque os descendentes de italianos em Juiz de Fora e Rio de Janeiro já estão totalmente assimilados à cultura brasileira, às vezes não tendo nem interesse na ancestralidade. Não obstante, o conceito de transculturalidade é interessante, pois revela a porosidade e a maleabilidade da comunidade de fala em geral e, sobretudo, da dos italianos.

A seção 5, "A perspectiva ecolinguística" (104-135), é uma das exposições da variante brasileira da ecolinguística (a linguística ecossistêmica) mais detalhada feita fora do grupo centrado em Brasília e Goiás. O autor revela um grande conhecimento do assunto, expondo-o em seus mínimos detalhes. Tanto que a tese poderia ser considerada uma tese de ecolinguística, a despeito do fato de o autor declarar logo nas primeiras páginas que se trata de um trabalho de sociolinguística. Isso se explica pela divisão de áreas na academia, em que a ecolinguística ainda não tem o lugar que mereceria. No caso, a tese foi produzida no contexto da área de pesquisa sociolinguística.

A seção 6, "Metodologia de investigação" (135-236), é a mais longa da tese, preenchendo 96 páginas, sendo a seção sobre ecolinguística a segunda em extensão, 30 páginas. Aqui cabe uma crítica ao autor. Na verdade, os capítulos que compõem esta seção não tratam apenas de "metodologia". Pelo contrário, ela é o cerne da monografia, pois, é nela que o

autor interpreta a questão da imigração italiana em Juiz de Fora e Rio de Janeiro, mais na primeira cidade do que na segunda, de modo mais detalhado, aplicando sobretudo conceitos da linguística ecossistêmica. Por exemplo, ele faz uma interessante comparação entre uma comunidade de fala discutida na literatura linguístico-ecossistêmica com a dos jornaleiros descendentes de italianos em Juiz de Fora.

Na seção 7, "Discussão final" (237-242), podemos notar que o autor poderia ter abordado seu assunto da perspectiva da obsolescência e morte de língua. Tanto que ele mesmo diz que "O legado transcultural não é identificado através de marcas linguísticas claras e patentes nas falas de informantes, mas marcas culturais permaneceram através de atitudes registradas em artefatos, mentefatos e sociofatos que compõem o ecossistema cultural dos indivíduos, constituindo a manifestação da etnicidade em movimento" (p. 237). O autor acrescenta, "no entanto, sentir-se ou perceber-se descendente desses italianos imigrantes pode ser motivo de orgulho pela natureza do tipo de imigração". Por fim, vêm as "Considerações finais" (242-246), seguidas das Referências (247-257), bastante inclusivas.

De um modo geral, nota-se uma grande segurança teórica no autor, não só apresentando as teorias que irá utilizar, mas também sugerindo aperfeiçoamentos nelas, como a proposta de ampliar o conceito de território (T) para incluir o "território virtual". Mas, uma das grandes contribuições para a linguística ecossistêmica é o uso do conceito de "ecossistema cultural", proposto em época bastante recente (Couto 2016). Dos componentes da cultura (língua, naturofatos, artefatos, mentefatos, sociofatos) o autor do artigo nos forneceu exemplos convincentes de mentefatos. Aqui a tese ora resenhada apresenta uma grande contribuição para a linguística ecossistêmica, melhor, para o conceito de "ecossistema cultural" no subcapítulo 6.4. Entre os exemplos de mentafatos, temos o "sentimento de italianidade", a "memória individual", "territórios virtuais" etc. Mas, o mais interessante é a própria discussão sobre o assunto, salientando sua relevância. Um aspecto interessante da imigração italiana no Brasil é a onomástica. Isso pode ser constatado em qualquer lista de nomes, como nos elencos das novelas, nas listas de alunos nas escolas, sobretudo em escolas de São Paulo, mas não só. Infelizmente, porém, os nomes próprios não foram levados em conta na análise da comunidade de fala italiana de Juiz de Fora. Sabemos que o uso nomes de pessoas vivas em textos acadêmicas envolve questões éticas. Melhor, sabemos que os "comitês de ética" frequentemente proíbem seu uso. Mas, será que eles têm razão? Em pesquisas mais antigas, quando essa proibição

ainda não era moda, víamos pessoas orgulhosas de ver seu nome citado em textos publicados. Será que a proibição de uso de nomes de pessoas deve ser levada tão a ferro e fogo assim?

É claro que há aspectos na tese que devem ser melhorados. Começando por uma compressão ou até eliminação da longa enumeração de dados do IBGE que se vê a partir da página 8. Além disso, o autor não deu o devido valor a um fator que, a meu ver, sempre contribuiu para o desaparecimento da língua e cultura de imigrantes, a semelhança/diferença linguístico-cultural. Será que o fato de a língua e a cultura italiana, além do biótipo dos falantes, serem bastantes parecidas com as dos brasileiros não tiveram nenhum papel no desaparecimento da língua italiana? Veja-se o caso do japonês em São Paulo e do alemão no sul do Brasil. São línguas e culturas bem mais distantes das brasileiras, motivo pelo qual mantêm por muito mais tempo o que trouxeram do país de origem. O autor se propõe aplicar a sociolinguística, mas, na verdade, introduz diversas outras teorias que contribuem com ela, ressaltando-se a ecolinguística (linguística ecossistêmica), até mesmo conceitos mais recentes, como "ecossistema cultural". Por isso, teria sido melhor partir de uma única teoria, como a ecolinguística, e recorrer ao auxílio de outras se e quando necessário. Afinal, a linguística ecossistêmica é multimetodológica. Ela sozinha daria conta do recado. No entanto, isso não deslustra o valor da tese.

Os aspectos positivos da tese são de longe muito mais numerosos do que os negativos. Primeiro, não há muitos dos costumeiros defeitos de forma, como erros de digitação, obras mencionadas no texto que não estão nas Referências, e vice-versa, etc. Segundo, o fato de ter chamado a atenção para os dois sentidos mais usados nas interações comunicativas, audição e visão, embora as pessoas não se limitem a eles (isso talvez possa ser interessante no estudo das 'regras interacionais'). Na verdade, nos atos de interação comunicativa pode-se lançar mão de qualquer um dos cinco sentidos. Terceiro, para a linguística ecossistêmica temos não apenas a exposição e comentário dos conceitos teóricos, mas também aplicação de muitos deles, frequentemente seguidos de alguma crítica, muito bem-vinda. Quarto, nota-se que o autor propõe algumas inovações terminológicas, como "multivíduo" e "brasileirítalos", já que os indivíduos que são objeto de seu estudo fazem parte de diversas redes interacionais.

Há aspectos que poderiam ter sido apresentados de outra perspectiva. Por exemplo, teria sido melhor se o autor tivesse tratado da questão dos imigrantes italianos de Juiz de Fora

e Rio de Janeiro da perspectiva da obsolescência e morte de língua, em vez da do "contato de línguas". É a obsolescência que salta à vista na tese. Afinal de contas, obsolescência e morte de línguas são consequências do contato. Melhor dizendo, elas são duas das consequências do contato. Na verdade, o autor toca na questão da obsolescência/morte de língua e cultura. Teria sido muito interessante se ele tivesse discutido um pouco mais qual das duas permanece por mais tempo, se fósseis culturais são mais encontráveis do que fósseis linguísticos. O autor menciona de passagem um ou dois exemplos, mas sem lhes atribuir uma importância maior. Por fim, já que a tese adota a perspectiva ecolinguística, teria sido interessante se, no que discute da página 93 em diante, tivesse enfatizado que, nesta teoria, não se fala em "norma culta", por ser muito preconceituosa, nem em "norma padrão", por ser também preconceituosa mesmo que em menor grau: o que não é padrão é "desvio", logo, algo pior. Por tudo isso, a linguística ecossistêmica prefere os conceitos de "língua estatal" e "dialeto estatal", ou seja, aqueles ligados ao estado, variedades que se opõem a "dialeto urbanos" e "dialeto rurais".

A ideia de "nuvem de interação" (p. 121) é muito interessante. No entanto, a expressão que o autor usou para expressá-la não parece muito feliz. Na verdade, os interagentes estão com os pés firmemente fincados no chão. A única questão é que estão distantes fisicamente um do outro. Não teriam sido melhores expressões tais como "interação *in absentia*", "interação à distância" e assemelhadas? Já que o autor se utilizou do arcabouço teórico da linguística ecossistêmica, teria sido interessante incluir nessa discussão o conceito de "descomunhão" discutido em Couto (2015). Teria sido interessante, outrossim, que o autor tivesse ressaltado que a ecolinguística que utiliza não é a "linguística ambiental", que trata só de questões ecológico-ambientais, questão discutida detalhadamente em Couto (2017).

Enfim, trata-se de uma tese inovadora por vários motivos. Afinal, ela usa uma teoria ainda jovem, a ecolinguística, sobretudo sua variante linguística ecossistêmica. Como se trata de uma proposta teórica ainda pouco conhecida no Brasil, o trabalho de Mario Gaio traz uma grande contribuição à teoria, não só expondo-a, mas também criticando alguns pontos, sugerindo aplicações e até propondo novos conceitos que poderiam enriquecê-la. Outra contribuição é tratar de um caso de imigração pouco estudado.

Referências

COUTO, Hildo H. do. Descomunhão. Disponível em:
<http://ilinguagem.blogspot.com.br/2015/09/descomunhao.html>

ECO-REBEL

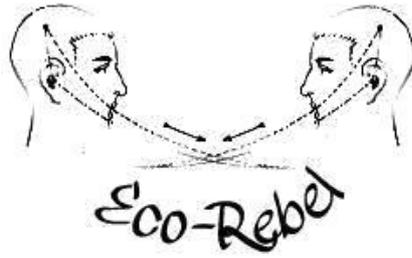
_____. Ecosistema cultural. Disponível em:
<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br>

_____. Linguística ambiental. Disponível em:
<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2017/03/linguistica-ambiental.html>

Recebido: 30/04/2017.

Aceito: 25/06/2017.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 2, 2017.



RESENHA

Language Ecology v. 1, n. 1, 2017. General Editors: Umberto Ansaldo & Lisa Lim. Amsterdam: John Benjamins Company. ISSN 2452-1949 / E-ISSN 2452-2147, 103p.

Hildo Honório do Couto (UnB)

A revista em epígrafe é a primeira a surgir em papel em nível internacional sobre o tema "língua e ecologia". No nível *online* já havia uma publicação com um nome bastante parecido, ou seja, *Language & Ecology*, desde 2004, disponível no site da The International Ecolinguistics Association (IEA), <http://ecolinguistics-association.org>. No Brasil já havia surgido nossa *ECO-REBEL*, no primeiro semestre de 2015, também disponível apenas *online*, mas apresentando todos os requisitos exigidos de uma publicação científica. Portanto, ao que sabemos, a revista *Language ecology* aqui resenhada é a terceira que surgiu sobre esse tema. Curiosamente, nem os organizadores nem os autores dos artigos nela presente mencionam as duas anteriores.

Vou começar esta resenha reproduzindo o que os organizadores, Umberto Ansaldo e Lisa Lim (ambos da Universidade de Hong Kong), dizem no Editorial que abre o primeiro número de *Language Ecology*: "A ecologia da linguagem é um arcabouço para o estudo da língua como concebida sobretudo no trabalho de Einar Haugen de 1971/1972, em que ele define ecologia da linguagem como 'o estudo das interações entre uma língua qualquer e seu meio ambiente'". Eles acrescentam que essa proposta "foi uma reação à noção de língua abstrata – como uma entidade monolítica, descontextualizada, estática –, propagada por Chomsky, concebendo-a como um arcabouço amplo e interdisciplinar". Em seguida, mencionam as 10 questões às quais, segundo Haugen, a futura disciplina deveria se dedicar. Entre elas os organizadores mencionam linguística histórica, sociolinguística, contato, variação, etnolinguística etc. De acordo com Ansaldo e Lim "responder a algumas ou todas essas questões é parte das tarefas da ecologia da linguagem" (*language ecology*). Eles dizem ainda que "desde Haugen, a noção de ecologia na linguística passou a incluir questões de natureza social, educacional, histórica

ECO-REBEL

e de desenvolvimento", às quais se acrescentariam tópicos como "mudança linguística e social, línguas ameaçadas e direitos humanos". A revista não pretende propor nem apoiar a criação de uma nova disciplina, "pelo contrário", dizem, "nós estamos interessados em desfazer fronteiras disciplinares, e damos boas-vindas a perspectivas sobre a língua que sejam contextualizadas e interconectadas". Ora, isso é um dos objetivos do grupo em torno de ECO-REBEL também.

Levando essa última asserção e o que subsegue em consideração, a revista vem com propostas bastante inovadoras. Dizem os organizadores que desejam "uma revista que se afaste de artigos demasiadamente longos e repetitivos nos quais a revisão da literatura prévia toma a maior parte do texto". A revista quer artigos que sejam "perspicazes, mas, ao mesmo tempo, inteligíveis a um público mais amplo". Pretendem também priorizar autores do mundo não eurocêntrico, como o "Sul Global" e o Oriente. Tanto que não exigirão dos autores que usem um inglês escurido, castiço, com o que pretendem aliciar pesquisadores jovens.

As propostas são interessantes e podem ser compatibilizadas com alguns dos objetivos da linguística ecossistêmica, mas não com todos. Acho que esses objetivos de certa forma complementam os de ECO-REBEL e do grupo que ela representa. Vejamos o conteúdo do primeiro número de *Language ecology*, que consta de quatro artigos, precedidos de um Editorial apresentando a proposta da revista.

O artigo de Jackie van den Bos, Felicity Meakins & Cassandra Algy, "Searching for 'Agent Zero': The origins of a relative case system", analisa uma das mudanças que ocorreram nos sufixos de caso do crioulo Gurindji derivado da língua Gurindji do norte da Austrália, no caso, o sufixo ergativo *-ngku/-tu*, que passou a indicar o caso nominativo, sobretudo na linguagem das crianças. Agora o sufixo está indicando tanto possuidor quanto sujeito. Na seção 2 do artigo (The *-ngku* variant and its language ecology) os autores apresentam a "ecologia" dessa inovação, ou seja, quem a pratica, onde mora, com quem convive, que idade tem etc. Isso justifica a inclusão do texto em uma revista de "ecologia da linguagem" que se aproxima da linguística ecossistêmica: lembremos que esta encara seu objeto de modo holístico, não se restringindo à exoecologia linguística.

Kara Fleming, em "Hong Kong's language ecology and the racialized linguistic order", deixa transparecer, já no próprio título, que vai investigar a política de "trilinguismo e bilinguismo" de Hong Kong ("trilinguismo" em inglês, cantonês e mandarim). A autora mostra que essa política não consegue esconder as questões raciais que acabam

determinando a ordem social em que a língua é usada. Dos mais de 7 milhões de habitantes de Hong Kong, 94% são etnicamente chineses e falam variedades de cantonês, além de comunidades que falam as variedades hakka, hokkien e chiuchow (línguas independentes, que as autoridades chinesas querem fazer passar por dialetos do mandarim), embora influenciados pelo cantonês. Há minorias de filipinos, indonésios, indianos e norte-americanos, além de grupos menores ainda, como o dos nepaleses e o dos paquistaneses. O inglês exerce o papel de língua franca entre as diversas etnias originárias do sul da Ásia. Legalmente, ele é oficial junto com o chinês (referindo-se tanto ao cantonês falado quanto ao mandarim escrito).

O artigo de Guillaume Fon Sing, "Creoles are not typologically distinct from non-Creoles", discute uma questão que foi alvo de acalorados debates entre os crioulistas no final do século passado, com alguns argumentando que os crioulos têm gramáticas diferentes das línguas não crioulas e outros dizendo que não, que eles só podem ser tidos como uma classe à parte devido às condições sócio-históricas de seu surgimento. O autor mostra que o primeiro tipo de argumento (os crioulos seriam estruturalmente diferentes dos não crioulos) se baseia numa seleção mal feita de línguas a ser investigadas, de modo que as conclusões não são válidas. Em suma, "os crioulos não são tipologicamente diferentes dos não crioulos". Um dos signatários do quarto e último artigo deste número de *Language ecology* (Mufwene) é um dos autores que, na mencionada polêmica, sempre defendeu a tese de que os crioulos são línguas como quaisquer outras.

O quarto e último texto é de Salikoko Mufwene & Cécile Vigouroux e se intitula "Individuals, populations, and Timespace: Perspectives on the ecology of language revisited". Os autores abrem a discussão salientando que sua "ecology of language" é diferente da ecolinguística; segundo eles, sua abordagem é inspirada na macroecologia – mas, a da linguística ecossistêmica também. Eles a aplicam à evolução linguística, articulando vários fatores internos e externos à língua que são importantes para seu surgimento filogenético, inclusive para as mudanças estruturais que a língua sofreu e para explicar como algumas se especiaram em variedades especiais (deram lugar a mais de uma língua). A ecologia externa também influi em como a língua prospera ou entra em obsolescência. Por fim, os autores mostram como essas ideias da "Language ecology" podem ser importantes para a sociolinguística qualitativa.

São poucos artigos para uma revista acadêmica que se pretende de nível internacional. No entanto, nada do que se discute nesses quatro textos extrapola o âmbito de interesse da linguística ecossistêmica. Como é sobejamente sabido, ela procura encarar seu objeto de estudo (a língua e a linguagem em sua integralidade) de maneira abrangente, holística. Por isso, ela se interessa tanto pela endoecologia ("ecologia interna" de Mufwene e Vigouroux) quanto pela exoecologia linguística (a "ecologia externa" desses autores). Como vimos, o texto de Bos, Meakins & Algy é basicamente endoecológico, embora inclua uma pequena seção exoecológica. O de Fleming é praticamente só exoecológico. O de Sing fica a meio caminho entre as duas posições, o que, de certa forma, acontece também com o de Mufwene e Vigouroux.

É importante ressaltar que há estudiosos que não apreciam a proposta da revista *Language ecology* ora resenhada. Na opinião deles, o objetivo dela não é ecolinguístico. Para esses pesquisadores, trata-se de uma revista de sociolinguística, que não avança nada de novo em relação ao que já se vinha fazendo sob essa rubrica. Vale dizer, para eles *Language ecology* usa a ecologia apenas como uma metáfora, crítica com a qual o ecolinguista Mark Garner e o movimento da linguística ecossistêmica concordam. A proposta da revista não parte da ecologia; procura ir até ela. Uma outra crítica é o fato de a revista ser antropocêntrica, não incluir as outras espécies vivas (e até seres não vivos como a terra, o ar e as águas) em seu âmbito de interesse. Isso para o setor da linguística ecossistêmica chamado de análise do discurso ecológica (ADE) é inaceitável. Eu, particularmente, criticaria a própria composição do Conselho Editorial (Editorial Board). Ele não contém nenhum dos nomes internacionalmente conhecidos na área da ecolinguística, exceto, talvez, o de Salikoko Mufwene, cuja presença honraria qualquer publicação. O problema é que ele diz explicitamente logo no início de seu artigo que não é ecolinguista, com o que se aproximaria dos objetivos da revista. Aliás, ele e Vigouroux usam o mesmo nome da revista para o que fazem (*ecology of language, language ecology*), que também foi o nome usado por Einar Haugen em 1971/1972. O que é mais, no Conselho há até o nome de um gerativista do MIT (Michel DeGraff), o que é de estranhar, pois a gramática gerativa é o representante máximo da posição criticada por quem tem uma visão ecológica dos fenômenos da linguagem.

Enfim, nós da linguística ecossistêmica consideramos bem-vinda a publicação de *Language ecology*, pois, apesar de seus objetivos não coincidirem 100% com os dela, de certa forma os complementa. Não é uma publicação que poderia ser a publicação da

ECO-REBEL

linguística ecossistêmica, mas uma grande aliada, uma parceira. Eu sou de opinião de que vale a pena os leitores de ECO-REBEL tomarem conhecimento dela.

Recebido: 05/06/2017.

Aceito: 20/072017.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 2, 2017.